

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Sandra Regina dos Santos

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA
EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTENCIA SOCIAL**

Taubaté – SP

2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Sandra Regina dos Santos

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA
EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Taubaté – SP

2014

SANDRA REGINA DOS SANTOS

**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a) _____ Universidade _____

Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a) _____ Universidade _____

Assinatura _____

“O futuro não vem pronto e tão pouco chega numa nave metálica,
com luzes piscando numa ribalta sideral. Somos nós a tecer pelo
fio do trabalho o tempo que conjugamos, a história que construimos...
com suor, com batalha, risada, com gana, braços, memória.”

(Andréa Lima)

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar meus agradecimentos ao meu companheiro de todos os momentos: Sérgio Alves. Meu mais profundo agradecimento por toda compreensão, paciência, incentivo e ajuda. Seu amor e apoio foram fundamentais para que eu pudesse alcançar esse sonho.

Aos meus pais Miguel e Carmen, quero evidenciar minha profunda gratidão por terem compreendido minhas ausências durante o percurso do mestrado.

À Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, pela ética, compromisso profissional, respeito, acolhida para comigo. Além do brilhantismo profissional que lhe acompanha, é dotada de uma luz radiante, pelo ser humano incrível, sensível, ao mesmo tempo corajosa. Obrigada pelo respeito ao longo desses dois anos e meio, sabendo entender meu momento. Suas orientações, tanto profissionais quanto pessoais contribuíram imensamente para que a finalização desta dissertação fosse possível.

Ao querido amigo Leandro Ferrari, que através de seus conselhos, me fez acreditar que é possível passar por todos os obstáculos sem temer e perder a confiança. Fez-me desconfiar o tempo todo, de todas as coisas que me impediam de seguir adiante.

A minha amiga Andréa Cristina Oliveira Ferreira, a qual agradeço com todo meu carinho e amor pela atenção, trocas riquíssimas que teve desde o início comigo. Tenha certeza que você foi uma das pessoas mais responsáveis por eu ter concluído esse trabalho. Nos momentos mais difíceis você sempre me atendeu prontamente, sem nenhuma restrição, por isso faço das suas as minhas palavras, você foi o maior presente que esse mestrado me deu.

A minha querida amiga Nilsen Aparecida Vieira Marcondes, grande incentivadora dos meus estudos, fazendo-me acreditar que é possível promover a mudança. Você desde o início esteve ao meu lado, ajudando e contribuindo

imensamente em todos os sentidos para que eu pudesse chegar ao final desta obra.

A minha grande amiga de toda vida, Ivanete das Neves, fiel escudeira, companheira não somente da jornada de trabalho. Você é exemplo de profissionalismo, competência, ética e mesmo nos momentos em que as forças se esgotavam jamais perdeu o compromisso ético com a profissão.

A minha estimada amiga, Tânia Virginia da Silva, pessoa espontânea, autêntica, verdadeira. Obrigada pelo período em que dividimos lado a lado conversas, desabafos profissionais e pessoais. Você é admirável sempre.

À Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira Paz que, de forma muito carinhosa, atendeu prontamente o convite em participar da minha banca de qualificação e de defesa, destinando parte de seu tempo para contribuir com o aprimoramento dos meus conhecimentos.

Ao querido Prof. André Luiz da Silva, que desde o início tive o privilégio de tê-lo em minhas bancas internas do mestrado e também por sua participação na minha banca de qualificação e defesa. Obrigada pela sabedoria de suas colocações e discussões sempre pertinentes que possibilitaram ainda mais o enriquecimento do meu trabalho.

Por fim, quero agradecer aos assistentes sociais que concederam suas entrevistas. Sem suas preciosas narrativas jamais seria possível a realização desta dissertação. Quero manifestar meu respeito e admiração que tenho por cada um de vocês, pois sabemos que são poucos os que se prontificam a falar de seu trabalho. Portanto, vocês são corajosos por possibilitar essa abertura, a fim de que o trabalho dentro das organizações sociais fosse passível de análises e discussões.

E finalizo utilizando uma frase do poeta alagoano Djavan: “sabe lá o que é não ter e ter que ter pra dar?”. Eu respondo, que vocês sabem!

RESUMO

Esta dissertação, objetiva contribuir para o debate em torno do trabalho dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais da rede de proteção básica, reguladas por meio de convênios à gestão pública municipal no movimento da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de São José dos Campos, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista. Mediante aos novos rumos instituídos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as organizações sociais incorporaram-se a esse sistema como corresponsáveis nas intervenções dadas ao enfrentamento das expressões da questão social. Assim, seus serviços e ações prestados a sociedade devem ser voltados à garantia dos direitos. Desse modo, abordou-se nessa pesquisa, a visão desses profissionais sobre a implementação da PNAS/SUAS, suas práticas profissionais e que relações guardam com o SUAS, e por fim, as facilidades e dificuldades enfrentadas no trabalho. Portanto, o assistente social, dentro desses espaços sócio-ocupacionais insere-se também como um dos principais construtores dessa nova política. Trata-se de uma pesquisa qualitativa; de natureza básica; do ponto de vista dos objetivos, descritiva. Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia da História Oral, com a técnica da entrevista semiestruturada, orientada por um roteiro, definido em três eixos. A pesquisa foi realizada com 05 assistentes sociais, que atuam em organizações sociais da rede de proteção social básica conveniadas a gestão municipal. Dessa maneira, as narrativas coletadas pelos cinco sujeitos, foram analisadas e discutidas em profundidade através da perspectiva analítica da Teoria Social Crítica e subsidiadas por diversos autores, além das normativas legais dentre as quais destacam-se: PNAS/SUAS/NOB, Norma Operacional Básica- Recursos Humanos (NOB-RH), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Resolução nº109/2009- Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Sinteticamente, os resultados indicaram que: a PNAS/SUAS, foi implementada no município estudado, porém há muitos entraves de diferentes ordens; os serviços socioassistenciais, bem como as práticas profissionais dos assistentes sociais ofertados nas organizações sociais não propiciam a proteção social; a precarização do trabalho dos assistentes sociais contratados pelas organizações sociais pela via da terceirização afeta as condições de trabalho dos profissionais e, conseqüentemente a qualidade da prestação dos serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Assistência Social. Organizações Sociais. Trabalho do Assistente Social.

ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to the debate around the social workers who work in social organizations of the basic safety net, regulated through agreements with municipal public management in the implementation of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS) in the city São José dos Campos, located in the metropolitan area of Vale do Paraíba Paulista. Through the new directions set by the Política Nacional de Assistência Social (PNAS), through the Sistema Único de Assistência Social (SUAS), social organizations were incorporated into this system as co-interventions given to addressing the expressions of the social question. Thus, their services rendered to society and actions should be aimed at ensuring the rights. Thus, the approach of this research were based on the vision of these professionals about the implementation of the PNAS/SUAS, their professional practices and relationships that keep with the SUAS, and lastly, the facilities and difficulties at work. Therefore, the social worker within these socio-occupational spaces is also included as one of the leading builders of this new policy. This is a qualitative research of basic nature, from the point of view of the objectives and descriptive. To collect data, was used the methodology of oral history with the technique of semi-structured interviews, guided by a script, set on three questions-axes. The survey was conducted with 05 social workers who work in social organizations of basic social safety net bound to the municipal management. Thus, the narratives collected by five subjects were analyzed and discussed in depth by the analytical perspective of Critical Social Theory and subsidized by various authors, beyond legal regulations, among which are: PNAS/SUAS/NOB, Standard Operating Base-Human Resources (NOB-RH), Organic Law of Social Assistance (LOAS), Resolution No. 109/2009- Typification of Social Assistance Services. In summary, results indicated that: PNAS / SUAS was implemented in the city studied, but there are many barriers of different orders; the social assistance services, and the professional practice of social workers in social organizations offered do not provide social protection; the precariousness of social workers employed by social organizations by way of outsourcing affects the working conditions of professionals and hence the quality of service delivery.

KEYWORDS: Sistema Único de Assistência Social. Social organizations. Social Work Assistant.

LISTA DE SIGLAS

BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CLT	- Consolidação de Leis Trabalhistas
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
FUNDHAS	- Fundação Hélio Augusto de Sousa
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	- Ministério de Desenvolvimento Social
NOB-	- Norma Operacional Básica
NOB-RH	- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONG	- Organização Não Governamental
PAIF	- Proteção e Atendimento Integral à Família
PATES	- Programa de Apoio Técnico as Entidades Sociais
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
SDS	- Secretaria de Desenvolvimento Social
SOSAM	- Serviço de Orientação Social e Apoio Material
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
UEL	- Universidade Estadual de Londrina
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	- Universidade de Brasília
UNESP	- Universidade Estadual de São Paulo
UNITAU	- Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1	Introdução	11
1.1	Problema	17
1.2	Objetivos	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	Delimitação do Estudo	18
1.4	Relevância do Estudo	22
1.5	Organização do Trabalho	24
2	Revisão da Literatura	26
2.1	O Trabalho do assistente social terceirizado no contexto da PNAS/SUAS, sob a lógica do capitalismo	26
2.2	Levantamento das produções científicas do trabalho dos assistentes sociais no SUAS	36
2.2.1	CAPES	37
2.2.2	Google Acadêmico	39
2.2.3	Artigos dos Periódicos Científicos	49
2.2.3.1	Revista Ser Social	41
2.2.3.2	Revista Serviço Social & Sociedade	42
2.2.3.3	Revista Katálys	42
2.2.3.4	Revista Serviço Social e Realidade	44
2.2.3.5	Revista O Social em Questão	44
2.2.3.6	Revista Libertas	45
2.2.3.7	Revista Textos Contextos	45
2.2.3.8	Revista de Políticas Públicas	46
2.2.3.9	Revista Serviço Social em Revista	46
2.2.3.10	Revista Praia Vermelha	47
3	Proposição	50
4	Método	52
4.1	Tipo de Pesquisa	54
4.2	População e Amostra	56
4.3	Instrumentos	61

4.4	Procedimentos para Coleta de Dados	61
4.5	Procedimentos para Análise de Dados	63
5	Resultados e Discussões	65
5.1	Visão da PNAS/SUAS e as possibilidades de implementação no município	67
5.2	Práticas comuns no âmbito da organização, e que relações guardam com o SUAS	103
5.3	Dificuldades e Facilidades enfrentadas no trabalho	140
6	Considerações Finais	162
	Referências	169
Apêndice I	Instrumento de Coleta de Dados	179
Anexo A	1ª Declaração de Aprovação do Comitê de Ética	180
Anexo B	2ª Declaração de Aprovação do Comitê de Ética	181
Anexo C	Ofício	182
Anexo D	Termo de Autorização da Instituição	183
Anexo E	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	184

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do trabalho dos assistentes sociais nas organizações sociais e sua contribuição para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de São José dos Campos-SP.

Contudo, entende-se que é impossível abordar o trabalho profissional sem adentrar no debate mais amplo acerca dos processos contemporâneos que afetam a vida dos trabalhadores de modo geral.

Nesse sentido, cabe compreender as causalidades desse processo amplo, profundo e de longo prazo, cujas raízes encontram-se na crise de acumulação do capital, à qual se espalha desde os anos 70 do século XX e “expõe as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes: a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego” (MOTA, 2010, p.13) dentre outras.

Trata-se, segundo estudiosos da questão (MOTA, 2010; MANDEL 1990; MÉSZÁROS, 2002), de uma crise estrutural inerente ao desenvolvimento do capitalismo, quer dizer, a própria dinâmica do capitalismo coloca barreiras à sua expansão, como já previra Marx (1998).

Nessa direção, pode-se afirmar que a crise econômica ou período de recessão do capital ocorrido no contexto mundial desde os anos 1970, foi marcado por seus próprios limites históricos devido ao alcance da sua maturidade e de suas longas ondas de expansão¹ – forte desenvolvimento de suas forças produtivas e intensa contradição com as relações de produção – gerando uma crise de superprodução (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 115-116). Disso, resultou segundo as autoras (2007), na alta da inflação que “já não era mais estimuladora da demanda global” (p. 116).

Como forma de enfrentar a crise a partir do pós-70, o capital administrou pela inflexão caracterizada por seu período de estagnação (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 116). E, conduzido por um projeto neoliberal, o capital construiu estratégias visando à retomada das taxas de lucro, dentre elas destacam-se: o crescimento da

¹ O argumento das autoras encontra sustentação na obra O Capitalismo Tardio do marxista alemão Ernest Mandel (1982), segundo o qual o desenvolvimento capitalista é realizado por meio de “ondas longas de aceleração e desaceleração e o descompasso entre a produção e a realização da mais-valia promove os ciclos longos de estagnação e expansão do capital” (BEHRING, 2000).

economia de mercado, a reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado e a globalização do capital.

Assim, as estratégias foram para “reestruturar as esferas da produção e da reprodução social” (DUARTE, 2007, p. 13).

A nova fase do capitalismo, conforme Duarte (2007, p. 13) tem como objetivo:

[...] garantir os padrões de acumulação e da manutenção da hegemonia, com adesão e consentimento da classe trabalhadora, o capital reorganiza relações e funções sociais para o Estado, a sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões política, econômica, cultural e ideológica da vida social.

Os resultados advindos da nova fase do capitalismo causaram transformações no campo do trabalho, uma vez que pelo fenômeno da globalização do capital ocorreu:

[...] um conjunto de variáveis, dentre as quais destaca-se: o estuendo avanço da técnica e da tecnologia, configurando o que alguns chamam de revolução informática, informacional ou digital; a crise do modo fordista de organização da produção e da hegemonia industrial norte-americana; e o desmonte da estrutura de Estados protetores, com o deslocamento acelerado de responsabilidades por provisões públicas para a sociedade civil, acompanhada da retração de direitos sociais e trabalhistas (PAULA, 2012, p. 138).

A partir dos anos de 1970 até o cenário contemporâneo, ocorreram grandes transformações no cenário mundial, acentuando cada vez mais a desigualdade social em várias partes do mundo capitalista, agudizando as expressões da questão social².

No escopo dessas transformações sócio-históricas tem-se um grande redimensionamento também no âmbito dos Estados, sobretudo, no que tange à regulação das relações do mercado, bem como na prestação de serviços sociais.

No que tange à prestação de serviços sociais há um fortalecimento das organizações sociais³ pela via da terceirização, sendo inclusive a lógica dominante,

² Questão Social: é entendida para além das “expressões de pobreza, misérias e “exclusão””. Na era do capital financeiro, ou capital fetiche, a questão social apresenta novas configurações que se conduzem pela banalização da vida humana como descartáveis e indiferentes perante o outro. Portanto, nessa perspectiva, a vida humana se condensa na banalização, sendo que a sociabilidade humana é subordinada às coisas na qual o desenvolvimento econômico no capital financeiro, se traduz na barbárie social (IAMAMOTO, 2007, p. 125-126)

que constitui a transferência cada vez mais do trato da questão social para a sociedade civil (MONTAÑO, 2005).

As perspectivas ligeiramente descritas apontam para mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado, como estratégia para a reprodução do capital. Tal tendência atinge diretamente as políticas sociais de modo geral e a assistência social em particular, visto que esta política desde a aprovação da Constituição Federal de 1988 que a situou como política de proteção social, compondo o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social; a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004); Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS/ 2005) busca se consolidar como política pública ainda que em meio a inúmeras contradições.

A Política de Assistência Social incorpora a lógica da terceirização dos serviços socioassistenciais, fato que incide diretamente na precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, profissionais que atuam, dentre outros, na efetivação do SUAS.

Na lógica imperante, os assistentes sociais enfrentam desafios postos a profissão, entre os quais, vivenciar em seu cotidiano de trabalho, alterações significativas que (re) constituem limites e desafios, também possibilidades de trabalho (DUARTE, 2007, p. 13).

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo centrar as discussões em torno do trabalho dos assistentes sociais terceirizados pela regulação do convênio junto à gestão municipal na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de São José dos Campos- SP. A escolha do tema se originou por meio do contato direto desta pesquisadora com essa realidade de trabalho, que resultou em inquietações acerca desse espaço sócio-ocupacional e do trabalho dos assistentes sociais que nele atuam, principalmente do processar do SUAS.

Importa informar que para se chegar a aprovação do SUAS foi percorrido um longo caminho a começar pela materialização da Constituição de 1988, por meio do Capítulo II, Seção I, do artigo 194, que discute e consagra a Seguridade Social compreendendo-a como um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder

³ O termo Organizações Sociais tem origem na saúde, sendo “as instituições do setor privado, sem fins lucrativos, que atuam em parceria formal com o Estado e colaboram de forma complementar, para a consolidação do Sistema Único de Saúde, conforme previsto na Lei Orgânica nº 8080/90” (Fonte: <http://www.transparencia.sp.gov.br/organizacoes.html>). Sendo que no campo da Assistência Social desempenham o mesmo papel, conforme definição da PNAS, que será tratado mais adiante.

Público e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. E também por meio da Seção IV, em seus artigos 203 e 204, que apresenta a Assistência Social como Política Pública de proteção social, política de direitos, de responsabilidade estatal.

Dessa forma, a Assistência Social passa a ser considerada como direito reclamável, vista como responsabilidade do Estado (CARDOSO, 2006, p. 2-13).

Todavia, anteriormente à referida Constituição as ações desta área eram realizadas de forma isolada e entendidas

[...] como expressão de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvendo desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas de regulação do favor- o toma lada cá-, quer pelo primeiro damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos (MESTRINER, 2012, p. 41).

E também por assistentes sociais, que tinham ainda suas práticas sociais voltadas à filantropia, à caridade e ao conservadorismo, em geral com cunho religioso, voltados a movimentos da Igreja Católica, que dominou o setor da filantropia, por intermédio das congregações religiosas, apoiadas pelas encíclicas papais (MESTRINER, 2012, p. 40).

Após a Constituição de 1988, tem-se a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), através da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, a qual discute e regulamenta a forma como se dará o funcionamento e a diretriz da Assistência Social no Brasil.

A promulgação desta Lei é bastante representativa porque instituí a obrigatoriedade da criação do repasse financeiro fundo a fundo, os Conselhos e Planos Assistenciais, além de reforçar a Assistência Social sob o “paradigma: [...] da proteção social, defesa do caráter público e garantia de direitos aos usuários” (PAZ, 2012, p. 113), rompendo com os desvios do dinheiro público, descontinuidades dos atendimentos e fragmentação dos serviços socioassistenciais.

Desta forma, a assistência social passa a compor o tripé da seguridade social, em conjunto com a Saúde e a Previdência Social.

É importante ressaltar que essa conquista legal e histórica para a assistência social, posteriormente com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, se deu por uma mobilização nacional, “[...] resultado das lutas de trabalhadores,

usuários, conselheiros, gestores, movimentos sociais, dentre outros atores, pelo reconhecimento da Constituição e das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) [...]” (PAULA, 2012, p. 145).

Rumo às novas bases de organização tem-se na IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 15 de outubro de 2004, pela Resolução n. 145.

Dessa forma, “A Política Nacional ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2005b, p. 11).

Entende-se por Proteção Social, conforme definição da Política Nacional de Assistência Social (2005b, p. 31-32):

- *Segurança de sobrevivência* que propicie aos cidadãos o acesso ao rendimento de forma que venha a promover sua autonomia no sentido amplo da palavra;
- *Segurança de acolhida*, entendida como primordial pela Política de Assistência Social, uma vez que está ligada a provisão das necessidades humanas (direito a alimentação, vestuário, abrigo) em que muitas vezes os indivíduos por alguma razão, sejam elas por questões sociais ou por problemas familiares de ordem múltiplas, não apresentam condições de alcançar tal autonomia;
- *Segurança de convívio ou vivência familiar*, neste campo a Política de Assistência Social supõe que apesar das múltiplas inaceitações ou intolerâncias existentes na área do convívio humano, a dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, dentre outras, devem ser ressaltadas para que possa ser caminhado na perspectiva do direito ao convívio.

Decorrente do processo de aprovação da PNAS houve em 15 de julho de 2005, pela Resolução n. 130, a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB/2005), a fim de operacionalizar que se propõe a PNAS. Esse documento se configura ao lado da PNAS, como base para a implantação e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A presente Norma Operacional, “consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil” (BRASIL, 2005a, p. 79).

A NOB/SUAS, ainda

[...] disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e a legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide da construção do SUAS (BRASIL, 2005a, p. 84).

O SUAS, aprovado pela Lei 12.435, em 6 de julho de 2011, pela Presidenta da República, Dilma Rouseff caracteriza-se conforme definição da NOB/2005, como “sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social brasileira” (BRASIL, 2005a, p. 86). Este sistema apresenta novas prerrogativas que visam romper como já mencionado com aqueles modelos tradicionais de assistência, vistos sob a concepção de ajuda, favor, caridade, que ainda persistem na sociedade brasileira, pois passa a tratar de fato e com mais afinco a Assistência Social focando-a como direito do cidadão e dever do Estado.

Ainda sobre essa perspectiva pode-se afirmar que:

[...] a novidade do SUAS é a concepção de Estado que embasa sua formulação, que rompe com o ideário neoliberal e com a lógica da filantropia e do favor, que ainda perdurava, e defende abertamente a ação direta do Estado, por meio do financiamento público para a criação de equipamentos públicos (inseridas na Lei do Plano Plurianual, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais), de ações planejadas, com análise da capacidade de gestão dos entes, articuladas e priorizadas no território e com centralidade na família (STUCHI, 2012, p. 178-179).

Por essas considerações, a construção das proposições da PNAS/SUAS/NOB, dependem muito da “[...] capacidade estratégica de enfrentar condicionantes, determinantes e impactos nos elementos do presente e do passado, que não condizem com o modelo que se deseja concretizar para o futuro” (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012, p. 9). E, nesse mesmo sentido, pode-se dizer sobre a precarização do trabalho do assistente social.

Por fim, falar do trabalho do assistente social no contexto do SUAS partindo da análise desta legislação, bem como da realidade vivida pelos profissionais remete à reflexão acerca dos muitos obstáculos e desafios a serem superados para garantir a sua efetivação.

Portanto, há muito que se refletir por parte de todos os agentes envolvidos sobre as relações entre o Estado e a sociedade, bem como o trabalho do assistente social nesse processo.

1.1. PROBLEMA

Novos desafios são postos frente à implementação do SUAS no país, principalmente em nível municipal, devido a (re) organização da rede de serviços socioassistenciais.

Reflete-se que dentre esses novos desafios, constituí-se a regulação entre a esfera pública e privada, sendo um dos campos mais polêmicos de discussões, uma vez que o reconhecimento e vínculo das organizações sociais como “integrantes da rede socioassistencial, as quais devem desenvolver suas atividades para garantir direitos aos usuários” (SILVA, 2011, p. 23), se faz cada vez mais presente especialmente nas realidades dos municípios de grande porte.

O marco legal da nova configuração das organizações sociais no SUAS, permite que elas sejam complementares às ações da gestão pública e, ao mesmo tempo, são estratégicas (de certa forma) para a gestão municipal, uma vez que os municípios de grande porte, em sua maioria, enfrentam dificuldades em apresentar condições físicas e humanas suficientes para atendimento de sua demanda local.

De outro lado, os trabalhadores em geral vivem processos de precarização, resultante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, decorrente de um processo estratégico mais amplo do capital no enfrentamento de sua crise cíclica. No escopo dessas mudanças, o Estado também sofre as injunções desse processo sobretudo no sistema de gestão dos gastos públicos, ou seja, aqueles afetos às políticas sociais. Nesse sentido, os trabalhadores sociais – incluindo-se os assistentes sociais, experienciam tais processos e lutam para efetivar seus compromissos ético-políticos em um cenário pouco favorável aos trabalhadores e seus direitos.

Por essas colocações, considera-se importante conhecer a realidade e o desenvolvimento do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nessas organizações sociais da rede de proteção social básica (porta de entrada para o atendimento dos usuários), que ofertam serviços decorrentes de convênios com a gestão pública municipal, para compor a rede de serviços socioassistenciais na implementação do SUAS.

Diante de tais colocações, torna-se importante problematizar: **Como os assistentes sociais contratados por organizações sociais dentro do contexto do SUAS veem essa implementação, suas práticas e em que condições vêm desenvolvendo seus trabalhos?**

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam em organizações sociais da rede de proteção social básica na efetivação do SUAS.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer e analisar a visão dos Assistentes Sociais sobre a PNAS/SUAS;
- Analisar as práticas dos Assistentes Sociais no âmbito das organizações sociais;
- Analisar a precarização do trabalho dentro das organizações sociais.

1.3. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada no município de São José dos Campos- SP, localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, e estrategicamente entre São Paulo e Rio de Janeiro, atravessado pela Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra (conhecida como Via Dutra), inaugurada em 1950.

O município está bem próximo de destinos turísticos do Vale do Paraíba, como litoral norte, serra da Mantiqueira e da Basílica Nacional, maior santuário mariano do mundo, na cidade de Aparecida.

A zona rural concentra quase 70% do território do município, boa parte em áreas de proteção ambiental, o que corresponde há 52,36% do território.

É o principal município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba por possuir em seu núcleo urbano um grande pólo tecnológico no qual estão inseridos o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CTA), que é constituído pelos institutos: de Aeronáutica e Espaços (IAE), de Estudos Avançados (IEAv), Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e o de Fomento e Coordenação industrial (IFI). Além da Empresa Brasileira da Aeronáutica (EMBRAER), a Petrobras: Refinaria Henrique Lage (REVAP) (PMSJC, 2014; SILVA, 2011, p. 35).

Segundo o boletim dos dados municipais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sobre o Boletim de Informações (2013, p. 5), o município apresenta os seguintes dados:

- No que tange as finanças públicas - apresenta relevância na economia nacional por concentrar uma receita orçamentária anual de mais de 1 bilhão por ano (em 2009 R\$ 1.281,4 milhões, o que retrata uma alta de 38,1% no período ou 8,40% ao ano);
- Sobre as receitas geradas a partir das atividades econômicas do próprio município - à receita orçamentária total em 2009 foi de 36,36%;
- As despesas municipais com saúde, educação, administração, urbanismo e transporte, foram responsáveis por 81,14%; já em relação à assistência social, as despesas alcançaram 4,06% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,21%.

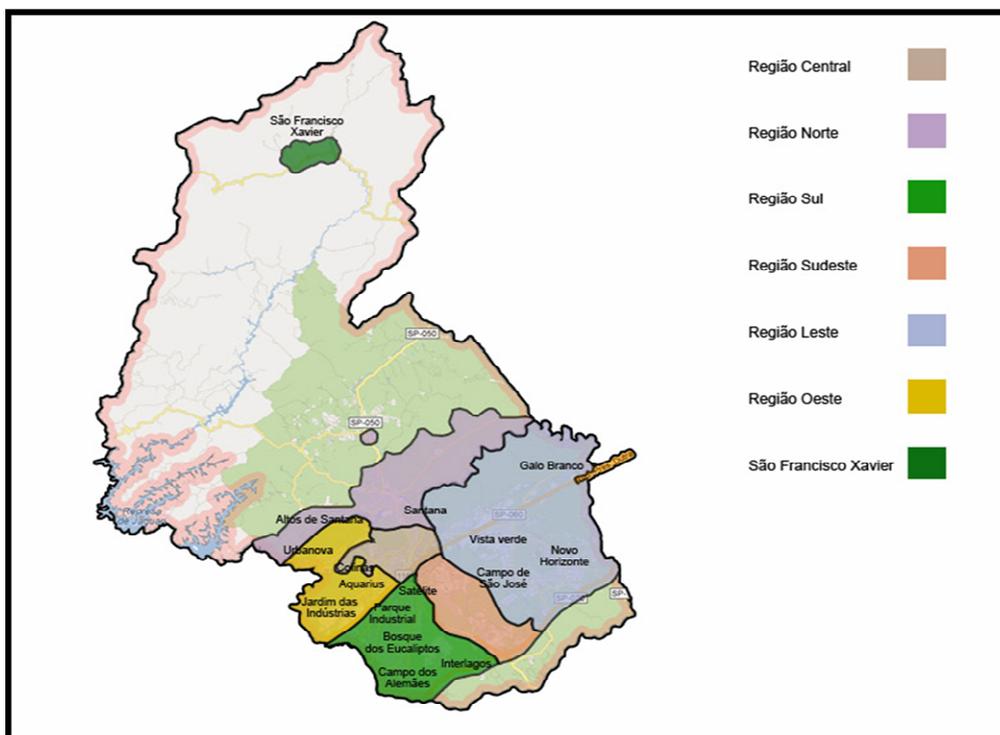
De acordo com o IBGE - Censo Demográfico de 2010, São José dos Campos, está classificado pelo Código dos municípios nº 354990; sua população era de 629.921 habitantes, sendo que 615.175 (97,97%) da população residia em área urbana e 12.815 (2,03%) em área rural; a média de moradores por domicílio era de 3,32; a taxa de crescimento anual (entre 2000 a 2010) era de 1,57%; a densidade demográfica correspondia a 572,9 habitantes por km²; a área total do município é de

1.099, 61 km² , a área urbana é de 353,9 km² , área rural de 745,7 km² (PMSJC, 2014; BRASIL, 2013, p. 2).

Devido a sua densidade demográfica, o município se divide por regiões, e segundo ainda dados do IBGE - Censo 2010, o número populacional por região se caracteriza da seguinte forma: Centro da população 72.115; Norte 59.800; Leste 160. 990; Sudeste 45.800; Sul 233.536; Oeste 41.163; e no Distrito de São Francisco Xavier, 1.343 (PMSJC, 2014).

Abaixo, segue o mapa do município com sua organização territorial:

Figura 1 - Mapa da divisão regional do município de São José dos Campos



Fonte: PMSJC – Secretaria de Planejamento Urbano, 2014.

No que se refere à caracterização da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, esta conta com as seguintes Secretarias: - Fundações e Autarquias: Fundação Cultural; Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS); Urbanizadora Municipal (URBAM). Secretarias: Administração, Assuntos Jurídicos, Comunicação, Defesa do Cidadão, Desenvolvimento Econômico e C & T, Desenvolvimento Social, Educação, Esportes e Lazer, Fazenda, Fundo Social de Solidariedade, Gabinete do

Governo, Habitação, Meio Ambiente, Obras, Planejamento Urbano, Promoção da Cidadania, Regularização Fundiária, Relações do Trabalho, Saúde, Serviços Municipais, Transportes e Turismo.

Dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) que se encontram os serviços ofertados e as informações necessárias a população joseense no que corresponde ao campo da assistência social, quais sejam: Unidades de Atendimento, Orientação e Apoio Material, Casa do Idoso, Centro de Integração da Pessoa com Deficiência (INTEGRA) Programa de Desenvolvimento Comunitário (PRODEC), Programa de Incentivo à Qualificação (PIQ), Entidades Conveniadas, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Sistema de Informação da Assistência Social (SIAS), Disque Denúncia, Legislação, Bolsa Família, Juventude Cidadã, Disque Emergência Social, Morador de Rua, Programa de Apoio Técnico às Entidades Sociais (PATES), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Renda Cidadã, Renda Mínima, Apoio às Famílias, Leite Gratuito, Espaço Ponto Com, Conselhos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC).

Todos esses serviços supracitados encontram-se especificados (objetivos e quem executa) com seus respectivos endereços e disponíveis para acesso no site oficial da prefeitura.

Dentre os programas ofertados para o atendimento da população, tem-se o: Serviço de Orientação Social e Apoio Material (SOSAM), que faz parte da rede de proteção social básica. Este programa integra a rede socioassistencial, porém sua execução ocorre pela via das organizações sociais (entidades sociais), conveniadas à gestão municipal, programa este escolhido para análise do trabalho dos assistentes sociais terceirizados.

Essas organizações sociais recebem orientação e acompanhamento sob a supervisão técnica de assistentes sociais concursadas da prefeitura, através do Programa de Apoio Técnico às Entidades Sociais (PATES)⁴. Este serviço público foi

⁴ Para maior aprofundamento, recomenda-se a leitura da Dissertação de Mestrado: A Relação com Entidades Sociais na Gestão da Assistência Social em São José dos Campos: uma experiência em análise; elaborada e defendida pela Assistente Social Ana Lúcia de Souza Barros Silva, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2011. Esta dissertação elucida o movimento histórico da regulação da esfera pública com a privada dentro do município de São José dos Campos, bem como sobre a implantação do PATES e da PNAS/SUAS.

instituído em 1991 e responde à unidade organizacional denominada Assessoria de Política de Incentivo às Entidades Sociais (APIES), que é comandada por uma assistente social. A APIES compõe a Divisão de Políticas Setoriais do Departamento de Divisão de Políticas Setoriais (DDS) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) (SILVA, 2011, p. 16).

Tomando como referência Silva (2011), que em sua Dissertação de Mestrado apresenta um resgate histórico desde 1965 até o início do ano 2000 sobre a existência das organizações sociais no município de São José dos Campos, bem como da regulação entre setor público e privado, nota-se que este percurso histórico é permeado por avanços e retrocessos, por continuidades e descontinuidades e fragmentação da assistência social dentro do município, visto que isso é algo que se presencia recentemente, mesmo após a implementação da PNAS/SUAS, aspecto que será abordado nas subseções 1 e 2 desta pesquisa.

Assim, a escolha do objeto de estudo está relacionada diretamente com a área da pesquisadora que por meio de inquietações refletiu sobre a importância de pesquisar assistentes sociais que trabalham no SUAS pela via da terceirização, reguladas por convênios. E por considerar também a importância de refletir o novo papel das organizações sociais dentro desse Sistema, a partir do artigo 3º da Loas.

A pesquisa foi realizada com cinco assistentes sociais de diferentes organizações sociais, mas que desenvolvem os mesmos programas, entre eles o SOSAM (conforme mencionado anteriormente), dentro da rede socioassistencial na proteção social básica.

O recorte estabelecido, possibilitou abranger como a implementação da PNAS/SUAS ocorreu no município como um todo e a visão dos assistentes sociais atuantes nessas organizações sobre essa nova política de assistência social.

1.4. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Tendo em vista a implantação do SUAS, ora em curso em todo o território nacional como novo modelo de padronização dos serviços socioassistenciais na direção dos direitos; da perspectiva do controle social nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal; do processo de descentralização político-administrativa para os municípios, bem como dever do Estado frente à efetivação da

política de assistência social, evidencia-se a importância dos profissionais que compõem esse sistema, como a principal tecnologia deste, bem como dos impactos e desafios que se configuram para os assistentes sociais que atuam em organizações sociais da rede de proteção social básica, que se mantêm por meio dos convênios firmados junto a gestão municipal.

Justifica-se tal estudo porque existem algumas organizações sociais por meio de seus dirigentes e/ou presidentes, que não desenvolvem ações correspondentes ao previsto no SUAS, uma vez que permanecem presos à concepção antiga das práticas da Assistência Social reconhecidas como favor, sem reconhecer a ótica do direito, o que, conseqüentemente, também implica na visão que possuem do trabalho do assistente social estigmatizado pelo mesmo viés.

Nessa realidade, mais uma vez o assistente social se vê num misto de dilemas, pois mesmo partindo da defesa do SUAS, e, reconhecendo-o como legítimo para garantia dos direitos dos cidadãos, este profissional ao integrar-se ao quadro de funcionários dessas organizações sociais, vivenciando práticas fragmentadas, entre outras formas de desqualificação, por sua condição de assalariamento, precisa desse trabalho para se manter na sociedade capitalista.

Concorda-se, com as colocações de Raichelis (2010), ao expor os vários dilemas que afligem os assistentes sociais, uma vez que:

essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outras (RAICHELIS, 2010, p. 758-759).

Acrescenta-se que a pertinência dessa pesquisa contribui para ampliação de novos debates em torno da composição das organizações sociais que compõem essa rede dentro da assistência social no âmbito do SUAS, pois hoje vemos que há uma carência dessas discussões em torno das práticas profissionais dos assistentes sociais que atuam nessas organizações sociais, uma vez que a visibilidade do trabalho hoje é centrada nos profissionais dos CRAS e CREAS, que são os espaços mais legítimos de entrada dos cidadãos e de consolidação do Sistema.

Apesar de existirem ricas contribuições teóricas no que diz respeito à precarização do trabalho dos assistentes sociais no contexto das terceirizações, e que envolvem o mundo do trabalho na sociedade capitalista, ainda é necessário caminhar no sentido de se compreender as práticas e as contradições existentes em experiências singulares como a dos trabalhadores - assistentes sociais que atuam nas organizações sociais.

Ao considerar que o SUAS está em processo de construção e movimento no país, e que esta processualidade se transforma à medida que essa política trabalha com as expressões da questão social existentes na sociedade, acredita-se certamente que esta pesquisa poderá contribuir, para um (re) pensar dos pontos frágeis que ainda existem na efetivação desse sistema.

Acrescenta-se também a certeza de que a temática desta pesquisa e estudo é de grande valia para os assistentes sociais que se encontram em situações dessa natureza, pois possibilitará a (re) avaliação e o (re) pensar de suas práticas e, igualmente, para os gestores municipais e representantes das organizações sociais na medida em que os resultados desse estudo propiciam um despertar sobre o entendimento de que eles também não estão isentos de responsabilidades na condução da implementação do SUAS e da prática profissional dos assistentes sociais.

Por fim, considera-se a investigação oportuna, primeiro porque o SUAS incentiva a realização de estudos como forma de contribuir para sua efetivação, e segundo porque se tem o desejo de agregar mais conhecimento para a literatura do Serviço Social no compromisso de fortalecer a formação de novos profissionais tanto do Serviço Social como de outras áreas profissionais que irão atuar no SUAS, como por exemplo a Psicologia.

1.5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta Dissertação de Mestrado, organizada em seis seções, problematiza como vem sendo desenvolvido o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas organizações sociais conveniadas a gestão pública municipal, da rede de proteção social básica na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Assim, na seção 1, tem-se a Introdução com a delimitação do problema, objetivo geral e específicos, delimitação e relevância do estudo, como a organização do trabalho.

Na seção 2, tem-se a Revisão da Literatura na qual se apresenta o “estado da arte sobre o trabalho dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais na efetivação do SUAS” objetivando verificar a existência ou não de produções acadêmicas referentes ao que se propõe esta pesquisa. Na sequência, apresenta-se o material pesquisado e uma discussão sobre o levantamento realizado, refletindo sobre a pertinência da realização dessa pesquisa.

Na seção 3, refere-se sobre a Proposição, na qual são expostas algumas hipóteses para o problema de pesquisa ora apresentado.

A seção 4, refere-se à apresentação do Método adotado, incluindo tipo de pesquisa, população e amostra, instrumentos, procedimentos para coleta e análise dos dados.

A seção 5, tem-se os Resultados e Discussões, garantindo ênfase nas narrativas dos pesquisados, uma vez que a partir delas ocorre a reflexão sobre a processualidade do SUAS no município pesquisado, pelo viés da terceirização dos serviços socioassistenciais da rede de proteção social básica.

Por fim, as considerações finais.

Nos Apêndices situam-se todos os instrumentais elaborados pela pesquisadora, segundo determinações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté – UNITAU.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Considerando ser de suma importância o debate teórico para complementação, sustentação da pesquisa, a revisão da literatura torna-se crucial para dar fundamentação aos dados coletados, alargando o conhecimento de forma que possibilite discorrer com qualidade, clareza, objetividade sobre eles.

O mapeamento da revisão da literatura permite que se privilegie uma determinada época e período em que as diferentes publicações de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, publicações em periódicos, comunicações em anais de congressos, de seminários, bem como outras fontes que foram tratadas para possibilitar a composição do referencial teórico. Esse conjunto de pesquisas ainda são reconhecidos por seu caráter descritivo da produção acadêmica e científica, à luz de categorias que se caracterizam em cada trabalho sobre os quais serão analisados os fenômenos (FERREIRA, 2002, p. 258).

Quanto ao referencial teórico adotado para elaboração do estudo desta pesquisa, pautou-se na Teoria Social Crítica, pois a adoção desse referencial teórico qualifica significativamente o aprimoramento intelectual do Serviço Social na produção acadêmica, na elaboração de projetos de intervenção, e ainda na instrumentalização do assistente social na própria intervenção profissional. Portanto, adotar essa perspectiva teórica na pesquisa do Serviço Social, permite o fornecimento de novos subsídios para analisar a vida social no sistema capitalista com seus processos de produção e reprodução (GUERRA, 2009, p. 702-712).

Como forma de enriquecer a revisão da literatura, optou-se trazer uma breve reflexão a partir do levantamento de autores que tratam questões em torno do trabalho precarizado, principalmente do assistente social terceirizado no atual contexto capitalista dentro da esfera pública no âmbito municipal, especialmente após a aprovação da PNAS/SUAS.

2.1. O trabalho do assistente social terceirizado no contexto da PNAS/SUAS, sob a lógica do capitalismo

As novas fases do capitalismo financeiro e internacionalizado na cena contemporânea produzem a concentração da riqueza, ao que lamamoto (2007, p. 111) denomina “pólo social (que é, também espacial) e, noutro, a polarização da

pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social*".

Como foi elucidado na introdução dessa dissertação, o capital apresenta ondas recessivas de crescimento e de superprodução, e para retomar suas taxas de lucro cria novas estratégias que hoje se configuram no deslocamento espacial de capitais numa mobilidade geográfica para novos espaços a fim de garantir a produção e exploração capitalista. Dessa forma, o capital financeiro, para garantir então sua superprodução, introduziu a produção de novas tecnologias acompanhadas das mais diversas formas de organização do trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 111-112).

Portanto, pode-se dizer que a consequência desse processo "[...] subsume a construção de sujeitos coletivos ou os limita a grupos funcionais ao sistema (PAULA, 2012, p. 138).

A expansão do novo mundo produtivo capitalista das últimas décadas, resultou em fortes mutações que abalaram e alteraram os sentidos do trabalho nesses novos tempos. Nessa perspectiva, a nova morfologia do trabalho, ou seja, sua forma de ser (no sentido ontológico), não é mais igual às formas que compreendiam a era do operário industrial e rural tradicionais, que hoje são substituídos pelos novos contingentes de mulheres e homens que vivem do trabalho terceirizado, sob a subcontratação e temporalidade, que cada vez mais se amplia. As consequências dessas características são a perda de seus direitos, uma vez que acontece a redução cada vez mais da carteira assinada e salários rebaixados acentuadamente (ANTUNES, 2007, p. 16).

Além desse "desenho multifacetado" (ANTUNES, 2007, p. 16), têm-se os novos contornos, que se dão pela incorporação de novas tecnologias que passam a ser fator determinante das novas condições de trabalho, pelas "[...] quais o trabalhador deve se subordinar, pois é ela agora que diz o que e como ele deve produzir (ritmo, movimentos, tempo etc.)" (ZEFERINO, 2009, p. 6).

Nesse sentido, corrobora-se com a reflexão de Antunes (2007, p. 16), segundo o qual o trabalho vivo e as formas vivas, são substituídos "pelo maquinário técnico-informacional presente no trabalho morto". E nesse novo tipo de trabalho, tem-se a intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho, através da operação de várias máquinas. Além dessa forte tendência, o mesmo autor afirma que:

[...] hoje presenciamos também a ampliação do que Marx chamou de trabalho *imaterial*, realizado nas esferas da comunicação, publicidade e marketing, próprias da sociedade de *logos*, da marca, do *simbólico*, do *involucral* e do *supérfluo*. É o que o discurso empresarial chama de “sociedade do conhecimento”, presente [... em grandes empresas], e que são resultados do labor (imaterial) que, articulado e inserido no trabalho material, expressam as formas contemporâneas do valor (ANTUNES, 2007, p. 16-17).

Considera-se que essas características tornam-se negativas para as relações de trabalho, tendo em vista que as novas formas e processos capitalistas, conduzem a flexibilização do mercado, numa intensa competitividade tanto internacional como inter-regional (IAMAMOTO, 2007, p. 112).

Nessa direção, reflete-se que a flexibilização no mundo do trabalho, expande a competitividade entre os próprios trabalhadores, levando-os cada vez mais à individualidade. Por essa lógica Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 26) vão dizer que “no plano ideológico, político e cultural, o incentivo à individualidade transforma-se no mais puro individualismo”. Porque cada indivíduo, para garantir seu emprego, é responsável pelas suas qualificações e atributos que são exigidos pela reestruturação para se adaptarem as novas situações.

“Assim, é na conjugação das condições objetivas e subjetivas da globalização, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais que a centralidade da flexibilização do trabalho se evidencia” (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p. 26).

Pode-se ainda refletir que os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal, enfrentam condições como: o achatamento de baixos salários, a não valorização independente de seu segmento de trabalho, a ameaça de demissões em decorrência das crises financeiras, pois mesmo que o trabalhador tenha uma formação superior, aprimoramento de conhecimentos teóricos e longa caminhada de experiências práticas não garante hoje um emprego que ofereça condições ideais para se trabalhar (RAICHELIS, 2010, p. 757-759). Assim, “a classe trabalhadora hoje incorpora tanto os trabalhadores materiais como aqueles que exercem trabalho imaterial, predominantemente intelectual” (ANTUNES, 2007, p. 21).

Importa mencionar que as inovações no mercado de trabalho se intensificaram e junto com elas as desigualdades sociais e o pauperismo, principalmente para o grande contingente de trabalhadores, homens e mulheres (hoje inclusive incorpora-se o trabalho ilegal de crianças, jovens e idosos), que vivem de subempregos e/ou empregos precários, subcontratações e desempregos, fato que agrava suas

condições de vida, resultados de uma pobreza que é reproduzida historicamente, e que não é natural. Esses trabalhadores principalmente os desempregados, que são sobrantes para as necessidades do capital, são desprezados, abandonados ficando à margem da total exclusão do acesso ao mercado de trabalho (ANTUNES, 2011, 2007; IAMAMOTO, 2007).

Ainda sobre a análise reflexiva das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, concorda-se também, com a autora Yazbek, a qual coloca que:

[...] as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho (com os processos de flexibilização produtiva, os avanços tecnológicos e informacionais, a robótica, etc.) e, sobretudo, nas formas de organização das relações de trabalho, trazem graves consequências para o tecido social em geral. Configura-se um novo perfil para a questão social, com a precarização, insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores, que perdem suas proteções, e enfrentam o desemprego e crescimento do trabalho informal [...] (YAZBEK, 2007, p. 23).

Essas reflexões apontadas pelos autores citados até aqui, são importantes para se pensar que independente da formação e qualificação ou não do trabalhador, a lógica do mundo do trabalho em seus mais diversos segmentos, apresenta-se cada vez mais opressora, de forma que os trabalhadores se veem subjugados, oprimidos e explorados pelo capital, principalmente em suas novas fases de flexibilização do mercado.

E no âmbito dessa complexidade de discussões sobre as formas de trabalho, independentes de seu contexto histórico, o desemprego, a precarização do trabalho, a pobreza dos trabalhadores, as mazelas sociais, a banalização da vida humana, todos decorrentes das mais diversas formas das expressões da questão social, que emerge preocupação por parte da classe dominante, pois a reação dos trabalhadores configura-se como uma ameaça a ordem burguesa. Desta forma, tal fenômeno adquire caráter público, sendo que no estágio de expansão produtiva e comercial monopolística do capital que ocorreu o acirramento das suas contradições, as lutas de classes. Mediante a necessidade em dar respostas às manifestações da questão social, o Estado acaba intervindo através da implantação de políticas sociais. Assim, “surge um espaço sócio-ocupacional que será ocupado por uma emergente profissão: o Serviço Social” (MONTAÑO, 2006, p.142).

Ampliando a perspectiva desse mesmo autor, o surgimento do Serviço Social enquanto profissão é então:

[...] um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social”. Nesta perspectiva, entende-se o assistente social como um profissional que desempenha um papel político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sociotécnica do trabalho (MONTAÑO, 2009, p. 30)

O surgimento do Serviço Social na fase do capitalismo monopolista é também abordado por Netto (1992), o qual afirma:

[...] a emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social (NETTO, 1992, p. 70).

Entender o surgimento do Serviço Social pelas afirmativas supracitadas remete ainda a reflexão de que essa profissão “[...] se insere na sociedade capitalista madura como um tipo de especialização do trabalho articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais” (RAICHELIS, 2010, p. 752). Ao se constituir enquanto profissão respaldada desde os anos de 1980 por uma percepção crítica da realidade, o Serviço Social se vê inserido num contexto a partir de totalidade, que abrange a dimensão social, política e econômica.

Assim, é levado a direcionar suas ações tanto aos interesses das classes hegemônicas, uma vez que seu vínculo trabalhista se dá na maioria das vezes com o Estado, que por sua vez é o representante dos interesses do capitalismo e este “[...] como instrumento do referido projeto de classe” (MONTAÑO, 2009, p. 29), como ao mesmo tempo aos interesses da classe trabalhadora e de outros segmentos mais pauperizados da sociedade, tendo em vista o caráter de prestação de serviço que acompanha a profissão. Nesse sentido, o Serviço Social se configura como uma profissão que “[...] participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (MONTAÑO, 2009, p. 31).

Essa perspectiva teórica, leva ao reconhecimento de que estes profissionais também fazem parte do contingente precário de trabalho, iguais a tantos outros trabalhadores e vivenciam relações de submissão, subalternização, desqualificação de sua especialização.

O Serviço Social enquanto profissão está pautado e resguardado por uma legislação, Lei n. 8.662, de 07 de junho de 1993, e independente do espaço

ocupacional no qual os profissionais estão inseridos, desenvolvem suas intervenções, mediante competências e atribuições (IAMAMOTO, 2009a, p. 7), e não escapam entretanto, mesmo amparados por proteções legais, às consequências da atual divisão social do trabalho imposta pelo capitalismo em sua nova fase.

Os vínculos trabalhistas dos assistentes sociais estão atrelados às instituições privadas, públicas, nas organizações sociais entre outros. É no setor público com ênfase maior na esfera municipal (áreas de saúde e da assistência social) e nas organizações sociais, que a maioria dos assistentes sociais estão vinculados seja por meio de ingressos via concursos ou contratos temporários (no caso dos espaços públicos) ou por processos de seletividade ou indicações (no caso das organizações sociais).

Intenciona-se destacar esses dois espaços ocupacionais como *locus* privilegiado de reflexão, pois se entende que pela via do setor público, neste caso enfatizando a prefeitura municipal como um dos órgãos federados, é que ocorre a implementação e a efetivação das Políticas Sociais, as quais representam um dos campos mais polêmicos de atuação e desdobramento das ações do assistente social. E ainda, compreende-se também que esse campo, não se constituiu como espaço exclusivo da atuação estatal, mas também das organizações sociais, pois mediante convênios firmados com os gestores municipais, estas também desenvolvem ações dentro dos diversos segmentos que compõem o campo das Políticas Sociais.

Nesse sentido, entender o significado e o processamento do trabalho do assistente social se faz necessário também em decorrência da conjuntura atual, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), à qual tem desencadeado alterações no campo da Assistência Social do país.

Mas tais mudanças nesse campo, não deixam de ser:

[...] pressionada de um lado, por forças que buscam aprisioná-la sob o amálgama genético da benemerência, portanto confessional, e de outro, por forças contrárias que ambicionam conferir-lhe *status* de política de natureza pública, portanto laica [...] (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012, p. 8).

Por tais considerações, a gestão da PNAS na perspectiva do SUAS, apresenta importantes eixos estruturantes relacionados a sua organização como: *Matricialidade Sociofamiliar*, *Descentralização político-administrativa* e

Territorialização, Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, Financiamento, Controle Social, O desafio da participação popular/cidadão usuário, A Política de recursos Humanos, A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (Brasil, 2005b, p. 39).

Assim, esse novo modelo de política pública altera todas as bases de sustentação que se tinham da assistência social até então. Desse modo, mudanças significativas ocorreram também nos municípios, que passaram a ter destaque como protagonistas nessa construção juntamente com os cidadãos que neles habitam. O município é o *locus* privilegiado da vida social onde os indivíduos sociais constroem sua história e também identifica os contingentes de pobreza.

Em tempo de mudanças no cenário brasileiro no que tange a Política de Assistência Social, o Serviço Social que já se posicionara a favor das lutas sociais, dos direitos das classes trabalhadoras participa ativamente da construção, efetivação e aprovação do SUAS, e através do Projeto Ético-Político, o qual defende políticas públicas com direito de cidadania e qualidade na prestação dos serviços socioassistenciais aos usuários demandatários da Assistência Social.

Com a implantação do SUAS por todo o território nacional, o mercado de trabalho no campo da assistência social aumentou significativamente, e não somente para os assistentes sociais, mas para outros profissionais envolvidos nessa área. Paralelamente e no mesmo ritmo dessa implantação, percebe-se também a contraditoriedade existente nesse processo, uma vez que a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais ainda ocorrem, considerando que são trabalhadores assalariados, muitas vezes subordinados a processo de alienação e restrição ou total dela, em relação à sua autonomia técnica (RAICHELIS, 2010, p. 751).

Verifica-se que, apesar de aprovadas inúmeras legislações referentes à gestão da Política de Assistência Social no Brasil, com suas diversas resoluções que promulgam e norteiam os novos rumos na elaboração à área no país, ainda assim o assistente social, como uma das profissões de extrema importância nesse processo de implantação do SUAS, contudo enfrenta o sucateamento de seu trabalho na medida em que é submetido às mais diversas condições que “[...] desconfiguram o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado [...]” (RAICHELIS, 2010, p. 759).

Tal sucateamento e desconfiguração do trabalho vêm na contramão daquilo que se entende como trabalho, pois se concorda com Antunes (2010a, p. 67) quando afirma que:

A história da realização dos seres sociais, ao longo de seu processo de desenvolvimento histórico-social [...] objetiva-se por meio de produção e reprodução da existência humana. Para isso, os indivíduos iniciam um ato laboratório básico, desenvolvido pelo processo de trabalho. É a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas.

Portanto, em tempos de SUAS que se enfatiza a reflexão e discussão, uma vez que os assistentes sociais atuam dentro desse novo modelo, seja na rede socioassistencial da *proteção social básica*, cujo atendimento se destina as famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da prevenção, sendo que aqui não há o rompimento dos vínculos familiares, quanto na *proteção especial* destinada a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados. A *proteção básica* por seu turno é executada nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005b, p. 33-36).

E na *rede de proteção social especial*, dividida em *média complexidade* (garante atendimento as famílias e indivíduos com seus direitos violados) e *alta complexidade* (garante atendimento para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça, onde são retirados de seu núcleo familiar e comunitário), cujo atendimento se destina as famílias ou indivíduos que tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco pessoal e social. Este trabalho é executado pelo CREAS por meio de programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005b, p. 36-38), bem como por meio do trabalho direto ou indireto ao Gestor Municipal.

No que tange a gestão da Política de Assistência Social, principalmente em nível municipal, destaca-se um aspecto muito preocupante, em relação à terceirização dos serviços públicos pela via das entidades ou organizações sociais, que se intensificaram a partir da década de 1990, devido à Contrarreforma do Estado brasileiro, (que será tratada na primeira subseção). Por esse fato, pode-se refletir que esse processo camufla de alguma forma, a desresponsabilização do Estado sob os serviços públicos.

Não obstante a essa lógica, os profissionais terceirizados pela via das organizações sociais dentro da efetivação do SUAS, não deixam de ser uma alternativa para o Estado que se exime de suas responsabilidades.

O estreitamento com parcerias estabelecidas por meio dos convênios com as organizações sociais levam os trabalhadores a sentirem dificuldades, pois pela via das terceirizações dos serviços socioassistenciais deparam-se com contratos de trabalhos frágeis, uma vez que com o convênio a gestão municipal se dá anualmente e isso reflete diretamente na vida profissional e pessoal dos trabalhadores assistentes sociais que vivem sob incertezas.

É possível refletir que a falta de segurança no trabalho leva a várias consequências na vida pessoal, uma vez que não se sabe ao certo quanto tempo ficará no emprego devido a renovação ou não do convênio, sem contar com as mudanças de governo que trazem possibilidade de desemprego.

Essa condição de insegurança reflete na prática dos profissionais e por consequência, leva à fragmentação do trabalho desenvolvimento junto à população demandária dos serviços ofertados pelas organizações sociais. Como esse serviço pode vir acabar de um ano para o outro, o trabalho desenvolvimento poder ser rompido.

Com isso, a população uma vez mais sofre as penalidades da ausência de continuidade de políticas públicas seguras e concretas que possam vir a garantir seus direitos da forma como prevê as leis como LOAS e SUAS.

Contudo, a terceirização dentro do Estado pela via das organizações sociais não deixa de ser uma tendência mundial, devido às mutações do mundo do trabalho, expressando-se cada vez mais na redução de concursos públicos como mecanismos legítimos que possam assegurar o emprego formal direto, com vistas às garantias de direitos aos trabalhadores, bem como possibilidade de lutar por condições melhores de trabalho. Pela via da terceirização há o desmonte dos movimentos de lutas, fragilizando trabalhadores que se veem assombrados pelo desemprego, assim sendo, submetem-se as mais diversas formas oferecidas por quem os emprega.

Nesse sentido, concorda-se com Antunes ao afirmar que a terceirização:

[...] trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso

entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista (ANTUNES, 2004, p. 340).

Sem dúvida, são grandes os dilemas nessa construção, primeiro por conta das várias interpretações equivocadas sobre o Sistema por parte dos gestores municipais e dirigentes de organizações sociais, os quais ainda não compreendem o SUAS como política pública de proteção social, como direito do cidadão, ou como política do Estado e não de governo.

Concorda-se que a isto também se deve:

[...] a expressões conjunturais afetadas ao campo da assistência social e da filantropia brasileiras, especificamente aquilatadas a partir dos constantes reordenamentos institucionais no interior do Estado brasileiro promovidos desde o início do processo de redemocratização do país. Tais reordenamentos, com características e conteúdos distintos, vêm evidenciando desconfortos e constrangimentos as políticas sociais brasileiras (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012, p. 8).

Segundo, porque não dizer, por parte dos próprios assistentes sociais que também sentem dificuldades na aplicação desse novo modelo no cotidiano de seu trabalho.

Portanto, reflete-se que:

[...] a aplicação do modelo supõe a alteração do que já vinha ocorrendo e, ainda, um novo modo de realizar leitura dos fatos e elementos em mutação. Um modelo não tem aplicação quando é concebido sob o estranhamento do real. Sua aplicação supõe conhecer os fatos e os fatores do real que podem fragilizá-lo, isto é, que retiram a força dos fatores que estrategicamente o fortalecem. Tudo isso, a proposta e o conhecimento dos fatores que a aceleram ou interditam são parte do pré-desenho do futuro desejado (SPOSATI, 2009, p. 16).

Desse modo, a implementação do SUAS (em movimento no país) na esfera municipal, requer mudanças nas formas de atuação e na visão que se tem da política e de seus usuários. Tais mudanças exigem empenho e esforços por parte de todos os agentes envolvidos na sua construção para desconstruir ou construir novas formas de se fazer a política de Assistência Social, que visem atender o que preconiza esse novo modelo. É fato que, ter novos olhares e entendimento não tem sido “tarefa fácil” para aqueles que comungam do SUAS, uma vez que muitos são os embates, movimentos para que seja garantido sua efetivação.

Conhecer as realidades do processo do SUAS, os fatos e os fatores que retiram as forças ou o fortalecem, certamente como bem dito nas colocações de Sposati supracitada, são partes importantes para o desenho do que se deseja no futuro.

2.2. Levantamento das produções científicas do trabalho dos assistentes sociais no SUAS

Em se tratando da elaboração deste levantamento, informa-se que o período percorrido, num primeiro momento, deu-se de maio de 2012 com término em dezembro de 2012, contudo em decorrência da necessidade de tentar nova busca no site da CAPES, o qual esteve temporariamente em manutenção por um longo período inibindo a consulta. Em junho de 2014, realizou-se nova consulta neste banco de dados, no qual foi possível verificar as teses de mestrado e doutorado disponíveis.

O método utilizado foi o exploratório, com abordagem quantitativa, porque as informações coletadas se deram por meio de um levantamento, e qualitativa porque foi realizada uma reflexão a partir do levantamento realizado.

Com os novos rumos no âmbito da política de assistência social no Brasil, há necessidade de estar sempre verificando as produções científicas que discutem a respeito dessa questão. Esse motivo, que sustenta e mobiliza a pesquisadora por buscar novas contribuições para essa área em questão, especificamente sobre o trabalho dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais na efetivação do SUAS.

Portanto, reforça-se que:

O desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade [...] (FERREIRA, 2002, p. 259).

Considera-se então, de suma importância verificar como vem ocorrendo o tratamento acadêmico em torno da temática a ser estudada, para tanto, realizou-se um levantamento com o objetivo de mapear as pesquisas realizadas em base de dados acadêmicos que possam possibilitar a composição e o aprofundamento do

referencial teórico. Assim, para a realização do levantamento, estipulou um recorte temporal iniciado em 2005, definido de forma intencional, uma vez que a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ocorreu em 2004, sendo que a partir desse ano, já se poderia haver trabalhos que retratassem as mudanças ocorridas nos municípios, principalmente a partir da aprovação do SUAS como lei.

As bases de dados pesquisadas foram o Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, considerando que apresentam amplo banco de dados, com acesso gratuito das produções publicadas. Todavia, é sabido que esses sites não esgotam todas as produções científicas, tendo em vista que existem outras fontes de armazenamento.

Para esta pesquisa optou-se pela busca nessas duas fontes para recorrer às dissertações de mestrado e tese de doutorado, tendo-se como descritores: “organizações sociais e serviço social”, “trabalho e serviço social”, “terceirização e serviço social”, “terceirização e sistema único de assistência social”.

Ainda nas revistas científicas do Serviço Social (via internet) com maior representatividade como: Revista Ser Social (UnB), Serviço Social & Sociedade, Revista Katálisys (Florianópolis-SC), Revista Serviço Social e Realidade (UNESP/Franca), Revista O Social em Questão (PUC-RJ), Revista Libertas (Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora), Revista Textos e Contextos (PUC-RS), Revista de Políticas Públicas (UFMA), Serviço Social em Revista (UEL) e Revista Praia Vermelha (UFRJ) que também pudessem vir a contribuir com seus artigos, para expansão da leitura e exploração do tema a ser investigado.

2.2.1. CAPES

Antes de apresentar os resultados encontrados no banco de dados da CAPES, esclarece-se que não foi possível estabelecer o recorte temporal a partir de 2005, uma vez que estavam disponíveis para acesso produções somente a partir do ano de 2010. Assim sendo, o recorte possível foi de 2010 a 21/06/2014. Sendo encontrados os seguintes resultados, a partir das expressões exatas:

- 1) Descritor: “organizações sociais e serviço social” - nenhum resultado encontrado;
- 2) Descritor: “trabalho e serviço social” - 1 resultado encontrado;

- 3) Descritores: “terceirização e serviço social” - nenhum resultado encontrado;
- 4) Descritores: “terceirização e sistema único de assistência social” - nenhum resultado também fora encontrado.

Considerando que somente no descritor “trabalho e serviço social” que fora encontrado uma produção, o qual será brevemente apresentado.

Ellen Lucy Tristão, em sua dissertação de Mestrado: O Serviço Social em debate: trabalho ou ideologia? Uma sugestão de análise; pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 2011, sob a orientação de José Paulo Netto, realiza uma pesquisa com objetivo de elucidar os elementos que balizam as análises polarizadas acerca da natureza do Serviço Social: as que compreendem a profissão por meio da categoria trabalho.

Tristão (2011), para esta discussão fez destaque para Marilda Iamamoto e para as contribuições de Sérgio Lessa, os quais consideram o Serviço Social como ideologia, sendo que ambos estão ancorados na tradição marxista. Mas, para entender essa questão desenvolveu o fundamento de seu estudo nas obras de Karl Marx e György Lukács, numa análise que se difere em muitos momentos de Iamamoto e Lessa. Para compreender este debate, a autora traz as principais categorias e elementos que são pertinentes, sendo: ontologia, trabalho como fundante do ser social, trabalho na especificidade capitalista, mercadoria, força de trabalho, trabalho coletivo. E para explicar o Serviço Social como ideologia, utilizou das seguintes categorias consideradas pertinentes para o debate: complexo, reprodução social e ideologia com base na Ontologia do Ser Social de Lukács.

Portanto, o estudo de Tristão embora relevante por tratar da profissão do assistente social por meio da categoria trabalho, não guarda relação com o objeto de estudo desta dissertação, que foca especificamente o trabalho no âmbito do SUAS pela via das organizações sociais.

Conclui-se no referido banco de dados, pelos descritores utilizados, que não há trabalhos que investigam o mesmo objeto de estudo.

2.2.2. GOOGLE ACADÊMICO

O levantamento na base de dados do Google Acadêmico realizou-se da seguinte forma: não se prendeu ao recorte temporal, mas somente aos descritores: “organizações sociais e serviço social”, “terceirização e serviço social”, “terceirização e sistema único de assistência social”. E mediante as buscas, encontrou-se 435 resultados, mas esses trabalhos científicos não apresentaram relações com o tema da pesquisa.

Por esse motivo, reforça-se ser de suma importância o tema dessa pesquisa, mesmo focando a realidade de um único município dos 5.561 do país, pois no que tange a implementação do SUAS, não somente no município de São José dos Campos, mas nos demais municípios do Brasil, esse novo modelo está em curso, e certamente muitos são os desafios a serem enfrentados. Especialmente pelas próprias diversidades de características e peculiaridades das realidades das cidades brasileiras.

Outro ponto é que dentro do SUAS não há como ignorar as diferenças, uma vez que centra na territorialização como um dos princípios de fundamental importância. Como já referido, o território é o local onde tudo acontece, motivo pelo qual precisa ser valorizado e reconhecido para se trabalhar as dificuldades com as famílias e seus indivíduos que ali residem.

Portanto, explorar esse tema, visando-o como uma das partes da construção e processualidade de implementação do SUAS, nos permite refletir que o trabalho dos assistentes sociais dentro desse novo modelo se dá através de diversas formas e contextos históricos peculiares de cada município. Entender o SUAS como uma Lei, reconhecendo sua importância, é o primeiro passo para posteriores reflexões de como se configura na realidade dos municípios e respectivamente na (re) estruturação do trabalho dos profissionais que nele se compõem.

Desse modo, a lacuna existente sobre pesquisas que retratam essa realidade, vem reforçar a grande motivação por parte da pesquisadora pelo tema escolhido, uma vez que a preocupação emergiu pelo contato com essa realidade de trabalho

(como já colocado em outro momento), no município de São José dos Campos, considerado de grande porte⁵.

É importante evidenciar que a Política Nacional de Assistência Social, entende os municípios de grande porte, como aqueles que:

[...] são os mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram-se mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infra-estrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços de várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade) (BRASIL, 2005b, p. 46).

Assim, tais inquietações levaram a problematizar tal lacuna existente nesse processar do SUAS no referido município, justamente por apresentar problemas sociais e por enfrentar dificuldades em executar e reestruturar-se para atender as exigências da PNAS.

2.2.3. Artigos dos Periódicos Científicos

O levantamento realizado (via internet) dos artigos dos periódicos científicos a partir das revistas que tem uma representatividade expressiva para referida categoria de profissionais e outros afins, não tratam somente das questões ligadas especificamente à categoria, mas abrangem um leque de possibilidades, uma vez que abordam diversos assuntos sobre as várias problemáticas que ocorrem na sociedade, sobre questões políticas, sociais, econômicas, violência, drogas, políticas públicas em geral, etc.

Assim, segue o levantamento por revistas, no qual não foi adotado o uso dos descritores utilizados para busca nos bancos de dados da CAPES e Google Acadêmico. Nestas fontes de pesquisa as buscas se deram de forma um pouco

⁵ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios recebem classificação conforme seu número de habitantes. No Brasil, a classificação se faz por meio de cinco divisões, sendo: Municípios de Pequeno Porte 1 – população até 20.000 habitantes; Municípios de Pequeno Porte 2 – população de 20.001 a 50.000 habitantes; Municípios de Médio Porte – população de 50.001 a 100.000 habitantes; Município de Grande Porte – população de 100.001 a 900.000 habitantes; Metrôpoles – população de mais de 900.000 habitantes (IBGE, 2010).

mais livre, adotando como critério “artigos relacionados” e “artigos não relacionados” ao tema da pesquisa, qual seja, o trabalho dos assistentes sociais nas organizações sociais na efetivação do sistema único de assistência social (SUAS).

Desse modo, a seleção se deu num primeiro momento pelos títulos dos artigos, e após seleção dos artigos, realizou-se a leitura dos resumos de acordo com o assunto tratado que pudesse ter uma relação ao tema da pesquisadora.

Logo, adotou-se o recorte de tempo de 2005 a 2012, porém ressalta-se que em determinados periódicos científicos das revistas havia disponível na internet somente alguns anos, desse modo, nessas situações, não foi possível seguir o mesmo padrão do recorte temporal nas buscas.

2.2.3.1. REVISTA SER SOCIAL

Na Revista Ser Social, foi possível seguir o recorte temporal estipulado pela pesquisadora (2005 a 2012), sendo encontrado catorze revistas: número 16 e 17/2005 não estavam disponíveis para acesso; número 18/2006- composta por 04 artigos; número 19/2006- composta por 06 artigos; número 20/2007- composta por 07 artigos; número 21/2007- composta por 10 artigos; número 22/2008- composta por 08 artigos; número 23/2008- composta por 04 artigos; número 24/2009- composta por 04 artigos; número 25/209- composta por 05 artigos; número 26/2010- composta por 10 artigos; número 27/2010- composta por 08 artigos; número 28/2011- composta por 10 artigos; número 29/2011- composta por 09 artigos; número 30/2012- composta por 09 artigos.

Do levantamento realizado, verificou-se que somente dois artigos foram relevantes destacar para complementação da leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 1- Revista Ser Social (UnB)

Ano	Número	Tema	Autor
2007	20	A Assistência Social prevista na constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS	Potyara Amazoneida Pereira Pereira
2012	30	Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional	Jeane Andréia Ferraz Silva

2.2.3.2. REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

Na Revista Serviço Social & Sociedade, a busca se deu em doze revistas que estavam disponíveis para acesso, sendo a partir do número: 101/2010- composta por 07 artigos; 102/2010- composta por 08 artigos; 103/2010- composta por 08 artigos; 104/2010- composta por 09 artigos; 105/2011- composta por 08 artigos; 106/2011- composta por 08 artigos; 107/2011- composta por 09 artigos; 108/2011- composta por 10 artigos; 109/2012- composta por 09 artigos; 110/2012- composta por 07 artigos; 111/2012- composta por 09 artigos; 112/2012- composta por 08 artigos.

Foram selecionados cinco artigos, uma vez que contribuem para o aprofundamento das leituras dessa pesquisa, conforme tabela abaixo:

Tabela 2- Revista Serviço Social & Sociedade

Ano	Número	Tema	Autor
2010	nº 101	A Atitude investigativa no trabalho do Assistente Social	Cristina Kologiski Fraga
2010	nº 104	A crise, o desemprego e alguns desafios atuais	Ricardo Antunes
2010	nº104	O CFESS na defesa das condições de trabalho e do Projeto Ético Político profissional	Silvana Mara de Moraes dos Santos
2010	nº104	Intervenção profissional do Assistente Social e as condições de trabalho no SUAS	Raquel Raichelis
2011	nº107	O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos	Raquel Raichelis

2.2.3.3. REVISTA KATÁLISYS

Na Revista katálisys, a busca se deu em quinze revistas com recorte temporal de 2005 a 2012, onde havia maior número disponível, sendo: **“Cidadania direitos e acesso a justiça”**- número 08/volume 01/2005- composta por 10 artigos; **“Serviço Social: contribuições analíticas sobre o serviço social”**- número 08/volume 02/2005- composta por 11 artigos; **“Poder Judiciário, cultura e sociedade”**- número 09/volume 01/2006- composta por 10 artigos; **“Serviço Social na América**

Latina: balanço, desafios e perspectivas”- número 09/volume 02/2006- composta por 11 artigos; **“Pesquisa em Serviço Social**”- revista de número especial, composta por 08 artigos; **“Políticas Sociais no Governo Lula; promessas e realidade**”- número 10/volume 01/2007- composta por 10 artigos; **“Democracia e participação**”- número 10/volume 02/2007- composta por 14 artigos; **“Economia solidária e auto gestão**”- número 11/volume 01/2008- composta por 12 artigos; **“Violência: Expressões na contemporaneidade**”- número 11/volume 02/2008- composta por 13 artigos; **“Sujeitos políticos, lutas sociais e direitos**”- número 12/volume 01/2009- composta por 09 artigos; **“As configurações do trabalho na sociedade capitalista**”- número 12/ volume 02/2009- composta por 16 artigos; **“Desigualdade e gênero**”- número 13/volume 01/2010- composta por 16 artigos; **“Serviço Social e Pobreza**”- número 13/volume 02/2010- composta por 16 artigos; **“Políticas Sociais e questão contemporânea**”- número 14/volume 01/2011- composta por 14 artigos; **“Ética e Direitos Humanos**”- número 14/ volume 02/ 2011- composta por 15 artigos; **“Relações sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais**”- número 15/volume 01/2012- composta por 15 artigos; **“Formação e exercício profissional em Serviço Social**”- número 15/ volume 02/2012- composta por 13 artigos.

Nesta revista optou pela escolha de dois artigos considerados relevantes ao tema da pesquisa para o aprofundamento da leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 3- Revista Katálisys (Florianópolis-SC)

Ano	Número	Mês	Tema	Autor
2009	02	Julho/ Dezembro	Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional	Monica Maria Torres de Alencar; Sara Granemann
2009	02	Julho/ Dezembro	Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial	Giovanni Alves

2.2.3.4. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE

Na Revista Serviço Social e Realidade, estava disponível para consulta a partir do ano de 2007, sendo a última edição até o ano de 2010. Segue o levantamento da busca realizada, sendo oito revistas: número 01/volume 16/2007- composta por 14 artigos; número 02/volume 16/2007- composta por 13 artigos; número 01/volume 17/2008- composta por 18 artigos; número 02/volume 17/2008- composta por 13 artigos; número 01/volume 18/2009- composta por 14 artigos; número 02/volume 18/2009- composta por 14 artigos; número 01/volume 19/2010- composta por 14 artigos; número 02/volume 19/2010- composta por 12 artigos.

Foi escolhido um artigo para auxiliar na complementação da leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 4- Revista Serviço Social e Realidade (UNESP/ FRANCA)

Ano	Número	Tema	Autor
2008	01	Serviço Social e questão social na globalização	Ana Cristina Brito Arcoverde

2.2.3.5. REVISTA O SOCIAL EM QUESTÃO

Na Revista O Social em Questão, estava disponível para consulta somente a partir de 2010. Segue o levantamento da busca realizada, sendo quatro revistas: ano 13/ número 24/2010- composta por 12 artigos; ano 14/ número 25/26/ 2011- composta por 15 artigos; ano 15/ número 27/2012- composta por 13 artigos; ano 15/ número 28/2012- composta por 14 artigos.

Sendo selecionado um artigo para compor a leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 5- Revista O Social em Questão (PUC-RIO)

Ano	Número	Tema	Autor
2012	25/26	O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado	Wagner de Souza Leite Molina

2.2.3.6. REVISTA LIBERTAS

Na Revista Libertas, a busca seguiu o padrão estipulado (2005 a 2012), pois estavam disponíveis os anos do recorte temporal. Segue o levantamento encontrado dos artigos, sendo oito revistas: número especial/2005- composta por 14 artigos; número 1 e 2/ volume 06 e 07/2006/2007- composta por 12 artigos; número 01/ volume 08/2008- composta por 08 artigos; número 02/volume 08/2008- composta por 09 artigos; número 01/volume 09/2009- composta por 07 artigos; número 02/volume 09/2009- composta por 09 artigos; número 01/volume 10/2010- composta por 07 artigos; número 02/volume 10/2010- composta por 10 artigos.

Dentre esses, foram escolhidos dois artigos para leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 06- Revista Libertas (FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE JUIZ DE FORA)

Ano	Número	Mês	Tema	Autor
2005	Numero especial	Janeiro/Dezembro	As atribuições privativas presentes no exercício profissional do Assistente Social: uma contribuição para o debate	Mabel Mascarenhas Torres
2010	01	Janeiro/Junho	Precarização do trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social	Girlene Maria Matias Cavalcante; Rosa Prêdes

2.2.3.7. REVISTA TEXTOS E CONTEXTOS (PUC-RS)

Nesta revista realizou-se a busca seguindo o recorte de tempo, sendo possível seguir o padrão linear. Porém, da busca realizada não foi encontrado nenhum artigo relacionado ao tema da pesquisa. Sendo quinze revistas: número 01/volume 04/2005- composta por 20 artigos; número 01/volume 05/206- composta por 13 artigos; número 02/volume 05/2006- composta por 12 artigos; número 01/volume 06/2007- composta por 13 artigos; número 02/volume 06/2007- composta por 14 artigos; número 01/volume 07/2008- composta por 12 artigos; número 02/volume

07/2008- composta por 09 artigos; número 01/volume 08/2009- composta por 09 artigos; número 02/volume 08/2009- composta por 14 artigos; número 01/volume 09/2010- composta por 15 artigos; número 02/volume 09/2010- composta por 15 artigos; número 01/volume 10/2011- composta por 15 artigos; número 02/volume 10/2011- composta por 15 artigos; número 01/volume 11/2012- composta por 15 artigos; número 02/volume 11/2012- composta por 15 artigos.

2.2.3.8. REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA)

Nesta revista, adotou-se o mesmo critério de busca da Revista Textos e Contextos. Sendo que das quinze revistas não foi encontrado nenhum artigo relacionado ao tema como mostra: número 01/volume 09/2005- composta por 10 artigos; número 02/volume 09/2005- composta por 07 artigos; número 01/volume 10/2006- composta por 07 artigos; número 01/volume 11/2007- composta por 07 artigos; número 02/volume 11/2007- composta por 11 artigos; número 01/volume 12/2008- composta por 15 artigos; número 02/volume 12/2008- composta por 12 artigos; número 01/volume 13/2009- composta por 20 artigos; número 02/volume 13/2009-composta por 13 artigos; número 01/volume 14/2010- composta por 20 artigos; número 02/volume 14/2010- composta por 15 artigos; número 01/volume 15/2011- composta por 17 artigos; número 02/volume 15/2011- composta por 12 artigos; número 01/volume 16/2012- composta por 23 artigos; número 02/volume 16/2012- composta por 20 artigos.

2.2.3.9. SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA (UEL)

Nesta revista a busca se realizou pelos mesmos critérios das demais, porém não estava disponível o acesso de todos os anos pela internet. Dos anos possíveis, nenhum artigo estava relacionado ao tema da pesquisa. Segue levantamento realizado nas dez revistas: 2005, 2006, 2007 e 2008 – acesso indisponível pela internet; número 01/volume 12/2009- composta por 10 artigos; número 02/volume 12/2010- composta por 09 artigos; número 01/volume 13/2010- composta por 08 artigos; número 02/volume 13/2011- composta por 08 artigos; número 01/volume

14/2011- composta por 10 artigos; número 02/volume 14/2012- composta por 11 artigos.

2.1.3.10. REVISTA PRAIA VERMELHA (UFRJ)

Para finalizar, buscou-se a consulta (por algumas vezes) no site da Revista Praia Vermelha (UFRJ), todavia não foi possível a consulta, pois encontrava-se indisponível para acesso na internet o conteúdo de suas revistas. Desse modo, não foi possível verificar os artigos publicados.

Diante do levantamento realizado verificou-se que a produção do conhecimento em alguns dos mais reconhecidos periódicos científicos do Serviço Social que fazem referência a Política Pública de Assistência Social, constatou-se que termos como “PNAS/SUAS”, “estado/terceiro setor”, “serviço social/SUAS”, “questão social”, “atribuições do assistente social”, “assistência social”, “políticas neoliberais”, “assistente social/trabalhador assalariado” situam-se como principais eixos norteadores para discussão e reflexão da implementação do SUAS nas realidades brasileiras, e, de como o assistente social se situa nesse novo movimento, frente a esses novos rumos, que implicam diretamente no seu trabalho, na sua atuação, seja no espaço público ou nas organizações sociais conhecidas por terceiro setor.

Já os termos como “trabalho”, “crise”, “desemprego”, “desafios”, “mudanças recentes”, “novas condições de trabalho”, “violações de direitos”, “ofensiva do capital”, “reestruturação produtiva”, “capitalismo”, “globalização”, “precarização”, situam-se como principais eixos norteadores da temática trabalho em tempos atuais.

Compreender que essas afirmativas fazem parte dos novos modos de produção capitalista em tempos contemporâneos, remete-nos a entender também que os assistentes sociais são parte desse mundo juntamente com tantos outros trabalhadores.

Neste ensaio, mais uma vez, reforça-se a necessidade e importância de ampliar temas de pesquisa que direcionem para essa problemática, tão presente na realidade de trabalho dos assistentes sociais contratados pela via das organizações sociais, que são prestadores de serviços a esfera municipal. Isso certamente não é

uma realidade apenas do município focado para realização da pesquisa, mas acredita-se muito que há outros que caminham nesse mesmo sentido.

Desse modo, por meio das análises dos artigos pesquisados, reflete-se que embora tragam contribuições pertinentes e significativas ao debate dessa pesquisa, pode-se dizer que encontram ainda escassas as produções científicas que visam abordar especificamente sobre o trabalho dos assistentes sociais dentro das organizações sociais na efetivação do SUAS. Sendo que essa questão precisa vir à tona como forma de despertar e ampliar as discussões em torno dessa realidade.

Assim, falar da implementação do SUAS nos municípios, e das realidades de trabalhos dos profissionais que nele se compõem, remete-nos a refletir toda sua processualidade desde a aprovação da PNAS em 2004, sendo que os percalços para se chegar na sua efetiva implementação ocorrem pelas mais diversas invariáveis existentes nas peculiaridades regionais de cada município.

Deve se levar em conta o tipo de porte do município que varia de acordo com os números de habitantes e famílias referendadas por CRAS E CREAS, bem como dos serviços já existentes que necessitam se adequar para estar de acordo com a Tipificação, e/ou necessidade de planejamento por parte do órgão gestor para criação de novos que possam ofertar serviços na rede de proteção social básica e especial de média e alta complexidade.

Por fim, faz-se necessário mencionar que os dados bibliográficos exploratórios levantados, possibilitam uma noção do tema a ser pesquisado, mas

[...] é imperioso reforçar que todo e qualquer mapeamento que se propõe a fazer de determinada produção acadêmica tem suas limitações. Considera-se muito pretensioso da parte do pesquisador acreditar que sua construção sobre o “estado da arte” é capaz de refletir fidedignamente a trajetória histórica de um objeto específico de investigação (MARCONDES, 2013, p. 27-28).

Nesse sentido, considera-se que os artigos relacionados e escolhidos para leitura, apresentam assuntos relevantes que servem não somente como complementos teóricos para ampliar o conhecimento acerca do problema da pesquisa, bem como para nortear as análises e discussões, considerando que se baseiam numa perspectiva crítica da realidade social.

Portanto, a escolha pelos artigos relacionados, partiu primeiramente das palavras chaves que os mesmos apresentaram em seus resumos e que tinham

proximidade com o tema da pesquisa, tais como: assistência social, PNAS/SUAS, precarização do trabalho, capitalismo, reestruturação do capital, terceirização, crise, desemprego, intervenção profissional, atitude investigativa, entre outras palavras, conforme já mencionado anteriormente. Assim, justifica-se a escolha pela opção “artigos relacionados”.

Quanto à opção “artigos não relacionados”, justifica-se que após leitura dos resumos, esses artigos não apresentaram relação com tema proposto por esta pesquisa, razão pela qual foram descartados.

A fim de obter visibilidade maior de todo mapeamento obtido nos periódicos científicos das revistas do Serviço Social, optou-se pela elaboração final de uma tabela para ilustrar o número de artigos considerados “relacionados” e “não relacionados” ao tema da pesquisa. Conforme tabela abaixo:

Tabela 7- Artigos Relacionados e Não Relacionados

Nome das Revistas	Artigos Relacionados	Artigos Não Relacionados	Total de Artigos
Serviço Social & Sociedade	05	95	100
Katálysis	02	211	213
Ser Social	02	92	94
Serviço Social e Realidade	01	111	112
O Ser Social em Questão	01	53	54
Libertas	02	74	76
Textos e Contextos	00	206	206
Políticas Públicas	00	209	209
Serviço Social em Revista	00	56	56
Total	13	1.107	1.120

3. PROPOSIÇÃO

Em face das inquietações, indignações pelas condições de trabalho dos assistentes sociais terceirizados que compõem o contexto do SUAS, esta pesquisa tem como proposta, a partir da problematização, conhecer como os assistentes sociais contratados por organizações sociais dentro do contexto do SUAS veem essa implementação, suas práticas e em que condições vêm desenvolvendo seus trabalhos.

Diante desse problema, pensou-se em algumas hipóteses que pudessem ser apresentadas como respostas provisórias ao mesmo, mediante ao que se tem de conhecimento com base nas observações empíricas da pesquisadora num dado momento e contexto através do próprio contato com essa realidade de trabalho, das experiências vivenciadas em um determinado momento da carreira profissional, uma vez que também atuou juntamente com outras assistentes sociais nas organizações sociais da rede de proteção social básica conveniadas a gestão pública municipal na efetivação do SUAS.

Desse modo, num primeiro momento, acredita-se que as indicações das prováveis e provisórias respostas às condições de trabalho dos profissionais mencionados se deem em decorrência das seguintes situações:

- Os assistentes sociais que atuam em organizações sociais, não conseguem desenvolver com qualidade seus atendimentos, uma vez que se encontram sobrecarregados pela quantidade de serviços e metas de atendimentos que são obrigados a cumprir e isso faz com que a qualidade do atendimento e abordagem na realidade das famílias se dê de forma superficial;
- Os assistentes sociais pertencentes às organizações sociais permanecem à margem das discussões da implantação do SUAS, porque não há entendimento e preocupação por parte do gestor municipal de que deva envolvê-los nas discussões. Tais profissionais são chamados somente quando há necessidade de repassar mais serviços, uma vez que o corpo técnico pertencente à gestão municipal é insuficiente para atender a toda demanda por serviços socioassistenciais. Assim sendo os profissionais das organizações

sociais ficam impossibilitados de contribuírem com a construção do sistema, bem como de se sentirem pertencentes a ele;

- O trabalho dos assistentes sociais dentro das organizações sociais é envolvido por muitas intervenções internas e externas, de forma que dificulta a autonomia desse profissional para efetivação de sua prática.

Considerando tais hipóteses, é imprescindível evidenciar que as mesmas podem ser refutadas, caso não venham a comprovar ou confirmar-se nas afirmativas dessa seção. Mas isso não deixa de ser positivo, uma vez que a pesquisa nos move a novos conhecimentos, ampliando os horizontes intelectuais, que possam beneficiar a sociedade com novas descobertas. Pois todo estudo de pesquisa nunca se dá por acabado, sendo algo sempre em movimento dialético.

4. MÉTODO

Esta pesquisa baseia-se do ponto de vista teórico-metodológico na teoria social crítica para subsidiar as análises e discussões. Assim, importa refletir sobre os conceitos chaves da teoria elaborada por Marx, bem como sobre o método marxista.

De acordo com Netto (2009, p. 672), Marx, a partir de seu conhecimento acumulado, desenvolveu sua concepção metodológica analisando criticamente a “sociedade burguesa, com objetivo de descobrir a sua estrutura e dinâmica”. Nesse sentido, “não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele” (Ibid. p. 672), ou seja, sua crítica consiste num posicionamento frente ao conhecimento, trazendo-o ao exame racional de forma que seus fundamentos, condicionamentos e limites se tornem conscientes a partir de processos históricos reais, os quais foram analisados verdadeiramente na realidade social.

Para Marx, segundo Netto (2009, p. 673), “a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento”, ou seja, ele parte da perspectiva de que ela [a teoria] tem especificidades e que o “conhecimento teórico é o conhecimento do objeto real tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2009, p. 673).

Nesse sentido, acrescenta Netto (2009, p. 675), que a teoria de Marx, é “a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa [...]” e que essa reprodução não é mecânica, ou um mero reflexo do objeto. Ao contrário, para Marx, (segundo explica Netto, 2009), o objeto apresenta-se somente sua aparência, mas para alcançar a sua essência (sua dinâmica e estrutura) é preciso ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos e, ainda, criticá-los, revisá-los com criatividade e imaginação, por isso, o sujeito nesse processo tem um papel ativo na pesquisa. E quanto mais o sujeito que pesquisa se aproximar das diferentes formas da realidade de seu objeto e dela forem fiel, mais essa reprodução do conhecimento teórico será verdadeira.

Portanto, “compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo” (GUERRA, 2009, p. 705). Desse modo, é por meio do método de pesquisa através de seus

processos analíticos e pela operação de sua síntese, que será possível propiciar o conhecimento teórico, capturar a estrutura e dinâmica, ou seja, a essência do objeto (NETTO, 2009).

E o conhecimento por esse referencial teórico-metodológico, deve ir para além da aparência imediata da realidade da vida cotidiana, ou seja, deve capturar o movimento desse objeto, a lógica que o constitui, seus fundamentos, bem como sua capacidade de transformação (GUERRA, 2009, p. 706). “Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações” (NETTO, 2009, p. 685).

Guerra (2009, p. 707), também afirma que quanto mais esse conhecimento se expressar na consciência do sujeito e constituir no “concreto pensado” (Ibid. 2009, p. 707, apud MARX, 1983, p. 219) maior será a capacidade de capturar/incorporar o vir a ser da processualidade desse movimento, a sua negatividade, as determinações contraditórias de seu objeto e analisá-los. Nesse sentido, a razão oriunda desse movimento é dialética, e é isso que eleva o conhecimento em seu nível mais alto.

Uma vez que o pesquisador define seu referencial teórico-metodológico por essa teoria crítica, os instrumentos ou técnicas que serão adotados na pesquisa para que o pesquisador apodere-se da matéria podem ser os mais diversos, pois o próprio Marx recorreu à utilização de diferentes técnicas que hoje se caracterizam como pesquisa documental, bibliográfica, textual, entrevistas, entre outras formas (NETTO, 2009, p. 675-676).

Entretanto, a escolha dos instrumentos e das técnicas de pesquisa é orientada pela perspectiva teórica- metodológica que orientará o processar do conhecer.

Evidencia-se que o conhecimento resultante da realidade é sempre provisório e parcial, uma vez que a realidade social está sempre em movimento (dialético), e estudar/analisar, portanto determinado objeto, significa situá-lo em seu momento histórico (GUERRA, 2009, p. 705). Por isso, a realidade conforme ainda Guerra (2009, p. 709) deve ser:

[...] apreendida como processo de totalização numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes. Tomando como exemplo uma instituição (e/ou organização), lócus de trabalho profissional, como a totalidade mais ampla e complexa, as partes (organograma, hierarquia,

regulamentos, metas, missão, projetos, recursos, cultura) são totalidades de menos poder explicativo. Nesta concepção, não há partes, mas totalidades parciais. Não há todo (instituição), que se encerra em si, mas totalidades em processo (instituição cujas forças sociais e políticas se renovam permanentemente) e que só se explicam em relação (com as totalidades parciais que a compõe).

Acredita-se por essa afirmativa, que o SUAS deva ser analisado em suas mais diversas formas e partes, ou seja, precisa ser decomposto de acordo como é concebido e caracterizado pelos agentes que se envolvem nele e por ele, tendo em vista que está em curso na sociedade brasileira e as particularidades de sua processualidade devem ser consideradas, sem ofuscar a análise da sua totalidade.

Por fim, a investigação na perspectiva da teoria social crítica de Marx por meio do método marxista, que é o próprio conhecimento, parte de uma perspectiva de totalidade da realidade social e constrói mediações para o desvelamento desse real, “mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (NETTO, 2009, p. 696). Assim, o referencial teórico adotado, incorpora-se a essa avaliação e reflexão, de forma que possa contribuir para identificar por meio de novas análises e discussões as lacunas de conhecimentos que ainda existem no movimento da implementação do SUAS, no aparato da gestão municipal.

4.1. TIPO DE PESQUISA

A pesquisa classifica-se do ponto de vista da natureza como básica porque pretende, conforme Silva e Menezes (2005, p. 20), gerar novos conhecimentos que sejam úteis e que envolvam conceitos e interesses universais. Desse modo é importante conhecer como os assistentes sociais contratados por organizações sociais dentro do contexto do SUAS veem essa implementação, suas práticas e em que condições vêm desenvolvendo seus trabalhos.

Quanto à forma de abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa porque ao se debruçar sobre as práticas profissionais dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais, entende-se ser necessário compreender os significados que os mesmos atribuem à sua intervenção no movimento da implementação do SUAS, na região onde está trabalhando.

Considera-se que os significados que os assistentes sociais das organizações sociais atribuem as suas práticas, certamente não são os mesmos após o processo de implantação do SUAS no país, pois vive-se um novo e profundo contexto histórico da Assistência Social, que reflete em novas formas de se fazer as políticas públicas, bem como de se atuar.

Nesse sentido, a busca pelo foco qualitativo dentro da pesquisa será de grande valia, pois se concorda com as análises de Minayo, quando faz referência a pesquisa qualitativa como aquela que “trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos [...]” (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Além de que por parte da pesquisa qualitativa, é possível obter dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo (NEVES, 1996, p.1). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa:

[...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque a medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável [...] o contato direto com o sujeito da pesquisa [...] (MARTINELLI, 2003, p. 21-22).

Em relação ao ponto de vista dos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva porque o interesse da pesquisadora centra-se no registro e análise de conhecer o trabalho dos assistentes sociais terceirizados dentro do Sistema Único da Assistência Social, a partir das experiências vivenciadas por eles em seus contextos de trabalhos. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 21), pesquisa descritiva, “visa descrever os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porque” das coisas”.

A coleta dos dados desta pesquisa foi realizada por meio da Metodologia da História Oral, à qual possibilitou o aprofundamento de relatos orais de assistentes sociais, de suas experiências e memórias individuais sobre a realidade profissional dentro das organizações sociais.

A História Oral é uma metodologia que busca respeito aos relatos do passado da sua memória, que é considerada um processo individual/singular, que ocorre pelo meio social dinâmico em suas estruturas sociais e históricas. Nesse sentido, as

recordações podem ser semelhantes, contraditórias e até mesmo sobrepostas (PORTELLI, 1997, p. 16).

Sob a concepção do mesmo autor, a História Oral, além de construir esses padrões, se concentra em pessoas comuns que estão obscuras e isoladas, que nem sempre tiveram voz na sociedade, aquelas consideradas minorias, as quais recebem representatividade através do valor e importância que cada uma tem. Pois cada pessoa é dotada de “grande número de histórias *em potencial*” (PORTELLI, 1997, p. 17). Desse modo, o pesquisador que utilizar desse procedimento irá enriquecer sua experiência, pois cada entrevista realizada é considerada “importante, por ser diferente de todas as outras” (Ibid., 1997, p. 17).

Por isso a História Oral:

[...] tende a representar a realidade não como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...] (PORTELLI, 1997, p. 16).

Assim sendo, esta metodologia permite estabelecer uma relação de igualdade entre sujeito e pesquisador, justamente por não apresentar a neutralidade que enriquece a experiência de quem pesquisa.

Por fim, a História Oral, reforça o quanto é importante se partir do espaço onde o sujeito da pesquisa se encontra e do significado de sua experiência naquele local.

Por essas considerações, reforça-se ser de grande importância evidenciar os assistentes sociais terceirizados dentro das organizações sociais, para que suas memórias e vozes singulares recebam a devida representatividade na implementação do SUAS, pois como trabalhadores sociais, contribuem para a construção histórica da PNAS.

4.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Ao se pensar na pesquisa, já se tinha (primeiramente) como foco que iriam ser entrevistados somente os assistentes sociais vinculados às organizações sociais, reguladas pelo convênio com a gestão pública do município de São José dos Campos-SP, que atuam no programa SOSAM.

Sobre as organizações sociais, é importante situar que estas desenvolvem um trabalho de atendimento a indivíduos e famílias, de caráter emergencial e/ou pontual, com repasse de recursos materiais como: cestas básicas, passes urbanos, fotos, óculos de grau, bem como orientações e encaminhamentos para os serviços da rede socioassistencial e indicações/cadastramentos nos programas sociais da esfera federal, estadual e municipal. Este serviço denominava-se até 2010, pelo nome de Plantão Social. Após esse ano, o nome foi alterado (porém o formato continuou o mesmo) em virtude da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde estabelece normas para o funcionamento dos serviços ofertados a população somente pelos CRAS e CREAS.

Esse serviço não é realizado por uma única organização social. Segundo levantamento elaborado pelo PATES (conforme já mencionado na delimitação do estudo), o número é de dez organizações sociais, com dezessete unidades de SOSAM, com um total de quarenta e três assistentes sociais. Estes serviços são subdivididos entre as quatro regiões do município⁶, sendo que na região Sul são cinco unidades; na região Norte, duas unidades; na região Leste, seis unidades e região Centro, quatro unidades.

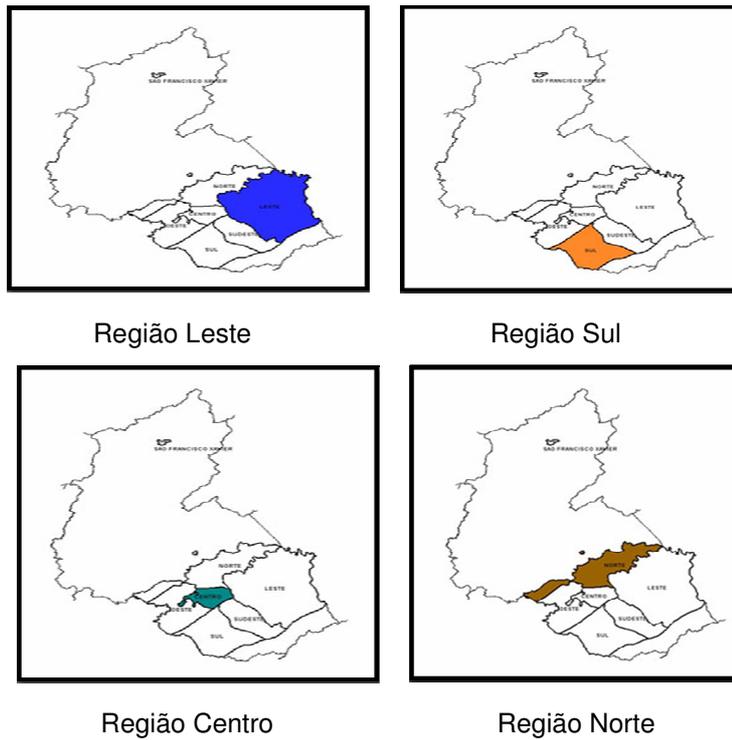
E o segundo lugar pela escolha do recorte regional, optando pelas quatro regiões, conforme supramencionado, considerando que nessas regiões já existiam, anteriormente à aprovação da PNAS/SUAS, uma estrutura de atendimento social pela gestão municipal, através da SDS.

Outro aspecto considerado sobre o recorte regional, é que essas regiões apresentam características distintas entre si, nesse sentido, verificar como se caracterizava a implementação do SUAS em cada uma delas tornou-se relevante, visto que o Sistema valoriza não somente as diferenças regionais, como também as locais para realizar o levantamento e mapeamento das necessidades e carências daquele território e de seus cidadãos.

A seguir tem-se o mapa do município de São José dos Campos a partir do recorte estabelecido para esta pesquisa, com destaque nas quatro regiões:

⁶ O trabalho social desenvolvido pela SDS é descentralizado desde 1996 e subdividido em 04 regiões administrativas.

Figura 2 - Mapa do Recorte Regional da Pesquisa



Fonte: PMSJC - Secretaria de Planejamento Urbano, 2014.

Em relação à escolha do número de sujeitos entrevistados, foi utilizado o levantamento da equipe do PATES, sobre o número total de assistentes sociais contratados pelas (diferentes) organizações sociais, sendo que até o primeiro semestre de 2012 (período onde se fechou o levantamento da pesquisa), esse número ainda representava quarenta e três profissionais. Justifica-se que não se optou por entrevistar os quarenta e três profissionais, mas sim doze, porque há entidades que tem mais de uma unidade na mesma região e também e em regiões diferentes. Por isso, não haveria a necessidade de escolher todas.

Por outro lado, destaca-se que em uma pesquisa de natureza qualitativa, a preocupação está mais no aprofundamento do nível de realidade e significados dados a ela (MINAYO, 2004, p. 21-22) do que no número de sujeitos propriamente dito.

Assim, foram escolhidos quatro profissionais da região Leste e quatro da região Sul; duas da região Norte e duas da região Centro, totalizando doze. Justifica-se que para se chegar a esse resultado, foi considerado o número de unidades das

organizações sociais implantadas por região, sendo que as regiões Leste e Sul apresentam maior quantidade que nas regiões Centro e Norte.

A partir do recorte regional estabelecido, bem como do número de sujeitos entrevistados, um outro passo foi a escolha dos assistentes sociais que foram entrevistados. Sendo que esta escolha se deu de forma aleatória por meio de sorteio, por duas razões: primeiro, por buscar contemplar os profissionais, independente de suas posições técnicas e políticas; e segundo, pelo fato dessa pesquisadora ter aproximação com todos os assistentes sociais, o que seria difícil optar entre um ou outro.

Assim, justifica-se a escolha pelo sorteio aleatório, de forma que houve primeiramente a divisão dos nomes desses profissionais por organização social e região de atuação.

Após a descrição do percurso realizado para se chegar ao número de doze sujeitos, é importante ressaltar que esse número inicial não foi alcançado, porque logo após início da pesquisa, o número foi reduzido para **cinco**. Pois, dos doze profissionais, sete não aderiram à pesquisa, sendo que seis não se dispuseram a conceder a entrevista, não se sabe o motivo, uma vez que não retornaram os contatos realizados para justificar a desistência; outro assistente social desistiu de conceder a entrevista, supõe-se pela dificuldade de entendimento acerca das questões, porque em um dos contatos telefônicos realizados, chegou a mencionar isso, ainda que tenha sido esclarecido acerca dos objetivos da pesquisa, não retornou mais aos contatos realizados.

Portanto, devido aos obstáculos, fechou-se com o número de **cinco** profissionais, após os vários esforços e tentativas significativas por parte da pesquisadora. É válido justificar que não foi possível recorrer aos demais profissionais, devido à indisponibilidade de tempo em decorrência do prazo de término do curso de Mestrado.

Não obstante, considera-se que o número de pesquisados foi suficiente, pois o objetivo a que se propôs a pesquisa foi alcançado.

Os cinco assistentes sociais entrevistados para a realização desta pesquisa apresentam as seguintes características:

- **AS1** - estudou na Universidade de Taubaté (UNITAU) e se formou em 2006. Iniciou seu contrato com a organização social em abril de 2007;
- **AS2** - estudou na Universidade de Taubaté (UNITAU) e se formou em 2004. Iniciou seu contrato com a organização social em agosto de 2010;
- **AS3** - estudou na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e se formou em 2008. Iniciou seu contrato com a organização social em março de 2009;
- **AS4** - estudou na Universidade de Taubaté (UNITAU) e se formou em 2004. Iniciou seu contrato com a organização social em março de 2006;
- **AS5** - estudou na Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e se formou em 2007. Iniciou seu contrato com a organização social em maio de 2010.

É interessante notar que os profissionais guardam proximidade em relação ao tempo de formação, bem como universidades comuns, até porque no Vale do Paraíba tanto a UNITAU, quanto a UNIVAP, são referências do curso de Serviço Social. Outra característica que se aproxima, é pelo tempo que iniciaram seus contratos de trabalho em suas respectivas organizações sociais, nesse sentido, já apresentam acúmulo e experiências em suas práticas profissionais.

Em relação ao critério de escolha pelo município, destaca-se dois considerados de maior importância que são: 1º) pela *vivencia/experiência*, uma vez que a pesquisadora atuou no município em questão, em organizações sociais dessa natureza, com profissionais da mesma categoria, e como já citado, motivo pelo qual se desencadeou as inquietações e interesse pelo objeto da pesquisa; 2º) pela *acessibilidade*, uma vez que a pesquisadora reside no município de Taubaté-SP, também localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, sendo de fácil acesso ao município de São José dos Campos-SP, onde foi realizado a pesquisa; e também por conhecer sua realidade decorrente dos dez anos em que lá trabalhou, o que propiciou uma certa facilidade pelos conhecimentos acumulados ao longo desses anos.

4.3. INSTRUMENTOS

Neste estudo, conforme exposto anteriormente, utilizou-se a metodologia da História Oral para realização da coleta de dados, entendendo que esta metodologia permite que se trabalhe com a entrevista guiada por um roteiro.

Para a realização da História Oral, por meio da entrevista, foi definido um roteiro em três eixos para conduzir e organizar a entrevista. Dessa maneira, permitiu o esclarecimento daquilo que ficou duvidoso ou mesmo auxiliar na recondução dos objetivos, sempre que o entrevistado tenha se desviado do tema em pauta ou se apresentou com dificuldades de apreensão daquilo que lhe foi perguntado (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Evidentemente, que essa característica da entrevista permitiu primeiramente esta relação de interação entre a pesquisadora e seus entrevistados, de forma que as informações pudessem ser recolhidas conferindo alcance para a construção de dados a partir das narrativas, bem como produção de conhecimento para aqueles que se interessarem pelo assunto, em especial a classe dos assistentes sociais.

A escolha por tal técnica fez-se mediante necessidade de conduzir o direcionamento das informações coletadas, uma vez que a centralidade da atenção volta-se para o conhecimento das seguintes realidades, consideradas importantes para se chegar ao objetivo do estudo, sendo elas: 1º) visão da PNAS/SUAS e as possibilidades de implementação no município; 2º) práticas comuns no âmbito da organização, e que relações guardam com o SUAS; 3º) dificuldades e facilidades enfrentadas no trabalho.

4.4. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Na primeira fase, o Projeto de Pesquisa foi submetido à apreciação do Conselho de Ética de Pesquisa da UNITAU, aprovado em 10 de agosto de 2012, sob o nº 353/12 (anexo A), e, a partir dessa aprovação iniciou-se primeiramente o contato com os assistentes sociais selecionados pelo sorteio, via telefone, para verificar a aceitação ou não da pesquisa e quando positiva a resposta, foi solicitado que conversassem informalmente com os responsáveis pelas organizações sociais, para realização da coleta de dados, (apêndice I).

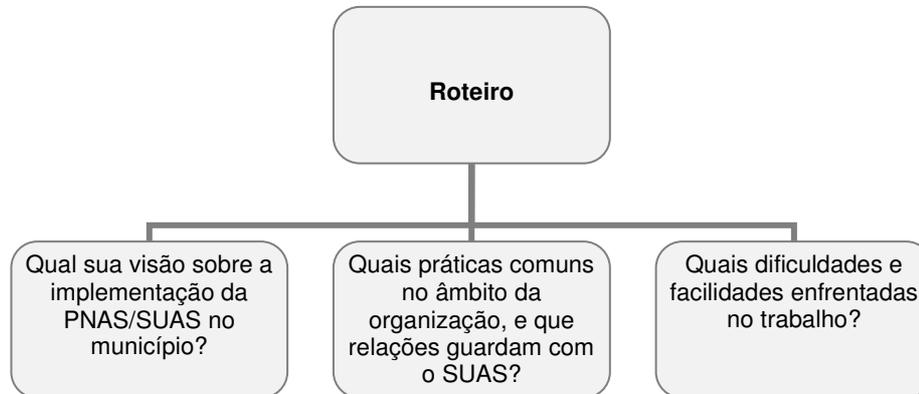
Após a liberação, foi então encaminhado ofício (anexo C) para cada presidente das organizações sociais, a fim de que pudesse ser liberada formalmente a participação do assistente social.

Os profissionais que aceitaram participar foram previamente esclarecidos de forma mais detalhada sobre o objetivo do estudo, e orientados de modo informal sobre os quatro eixos estruturadores da entrevista.

Por fim, foram agendadas as entrevistas com os assistentes sociais que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que, primeiramente, foi garantido aos profissionais o sigilo de sua identidade, do local onde trabalha, bem como de sua saída do estudo a qualquer momento, se assim desejasse, segundo, que o agendamento do dia, hora e local fora estipulado por cada profissional, conforme disponibilidade de suas agendas para realização da entrevista. As entrevistas ocorreram em locais diversificados como: casa do entrevistado, biblioteca, dentro do carro em estacionamento de padaria, e até do local de trabalho de um dos sujeitos. No dia da entrevista assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo E), bem como já apresentavam o Termo de Autorização da Instituição (anexo D), devidamente assinado pelo presidente, que fora devidamente enviado com antecedência a data da entrevista.

Conforme instrumental (apêndice I), a primeira parte da coleta constituiu no preenchimento de questões referentes à identificação do participante que constatou das seguintes informações: nome, organização social em que trabalha e região do município na qual atua. E a segunda parte da coleta dos dados, ocorreu pela História oral, por meio técnica da entrevista guiada por um roteiro, conforme já mencionado anteriormente. A seguir, tem-se a figura que representa esse roteiro:

Figura 3 - Roteiro da coleta de dados da História Oral, por meio da entrevista.



4.5. Procedimentos para Análise de Dados

De posse das gravações das entrevistas, partiu-se primeiramente para o trabalho da transcrição das mesmas. E o segundo momento foi à realização cuidadosa da leitura dessas narrativas para se iniciar o processo de análise e discussão do material transcrito. Então, após leitura detalhada e reflexiva do material transcrito, foi realizada análise profunda para organização de todos os elementos que se mostraram nas narrativas dos pesquisados.

Desse modo, as narrativas foram comparadas entre si, respeitando a singularidade de cada entrevistado, bem como a valorização que cada um tem dentro da pesquisa para verificar se haviam proximidades de experiências, vivências, visões e ao mesmo tempo se apresentavam diferentes pontos de vista, de forma que pudesse ser abordados vários elementos para enriquecer as análises e discussões acerca da implementação do SUAS.

Por fim, as narrativas foram analisadas sob a luz do conhecimento e do aporte teórico da perspectiva analítica da Teoria Social Crítica de vários autores que foram levantados por meio de uma profunda pesquisa bibliográfica, para que pudesse subsidiar pelas suas ricas contribuições as análises, bem como possibilitar reflexões críticas para a escrita da pesquisadora acerca de tudo que foi exposto pelos sujeitos.

Nesse sentido, foi realizado um “diálogo” entre as narrativas dos entrevistados com os teóricos que propiciaram em grande relevância, um rico e amplo material respaldado em conhecimentos teóricos e práticos, os quais contribuíram “para

alcançar a compreensão ou explicação para além dos limites do que é descrito e analisado” (GOMES, et al., 2010, p. 202), de forma que o pesquisador pudesse identificar essas relações e alcançar os objetivos da pesquisa.

Depois de realizar esses procedimentos descritos, foi pensado na identificação dos sujeitos dessa pesquisa. Assim, os sujeitos foram denominados da seguinte forma: “assistente social 1 (AS1)”, “assistente social 2 (AS2)”, “assistente social 3 (AS3)”, “assistente social 4 (AS4)” e “assistente social 5 (AS5)”.

Sobre os sujeitos dessa dissertação, é importante fazer destaque nas características comuns a todos no que diz respeito ao trabalho, como por exemplos, todos são profissionais contratados no regime da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT)⁷ por processo celetista; atuam em organizações sociais, cuja estrutura está vinculada a segmentos de cunho religiosos como Igreja Católica, Igreja Evangélica e Espírita; todos já trabalham no regime de 30 horas semanais conforme prevê a Lei 12.317 de 26 de Agosto de 2010, que altera o artigo 1º da Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, e passa a vigorar acrescida do artigo 5º - A, que dispõe que a duração do trabalho do Assistente Social seja de 30 (trinta) horas semanais, ou seja, 06 horas por dia (BRASIL, 2010).

Por fim, conclui-se que a análise a partir desse “diálogo” entre as narrativas dos sujeitos, os teóricos e o pesquisador, permitiu que este estudo estivesse pautado na reflexão sobre a realidade de trabalho dos assistentes sociais que são sujeitos históricos e fazem parte da construção e efetivação do SUAS.

⁷ Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada em 1º de Maio de 1943, pelo Decreto – Lei nº 5.452. Fonte: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de5452.htm.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa objetivou, como já mencionado ao longo da dissertação, conhecer o desenvolvimento do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas organizações sociais conveniadas a gestão pública municipal, da rede de proteção social básica na efetivação do SUAS.

A partir dos eixos norteadores formulados para realização da coleta de dados, os sujeitos da pesquisa narram suas experiências sobre o processo de implementação do SUAS, dentro do município de São José dos Campos, no qual desenvolvem suas práticas profissionais vinculadas as organizações sociais conveniadas a esfera municipal.

Assim, traz-se aqui as análises construídas a partir das narrativas dos assistentes sociais, destacando-os como principais protagonistas por conta de suas importantes contribuições para a pesquisa. Nesse sentido, com base nos eixos norteadores para se alcançar o objetivo geral e os específicos, buscou-se conhecer a visão dos assistentes sociais sobre a PNAS/ SUAS, as práticas comuns no âmbito da organização, e que relações guardam com o SUAS e as dificuldades e facilidades enfrentadas no trabalho dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais.

A coleta de dados, ou seja, as entrevistas, aconteceram nos meses de março a abril de 2013, embora a pesquisadora tenha iniciado os contatos com os assistentes sociais das organizações sociais no mês de setembro de 2012. Destaca-se que o atraso se deu em função da pesquisadora ter que esperar os profissionais para agendar a entrevista, isso porque no período de setembro a dezembro de 2012, o município selecionado para a pesquisa passou por grandes mudanças no que se refere aos projetos executados pelas organizações sociais.

As mudanças ocorridas impactaram significativamente as organizações sociais, sobretudo, em suas rotinas de trabalho, em razão do aumento da demanda de atendimento por conta da implantação de dois novos programas sociais.

A implantação desses dois novos programas dentro das organizações sociais, em atendimento às exigências da PNAS/SUAS/Tipificação dos serviços socioassistenciais, gerou dificuldade para os profissionais participarem da pesquisa, haja vista que tinham prazos para inserir as famílias antes do final do ano de 2012. Além da inserção das famílias, os profissionais se depararam com outra demanda: a

elaboração dos projetos para ser encaminhados à prefeitura, pois no mês de outubro há abertura de edital para renovação de convênios já firmados, bem como de novas propostas por parte do gestor municipal. Isso acarretou uma sobrecarga muito grande de trabalho nos profissionais.

Outro fator relevante que a pesquisadora enfrentou como variável no percurso da pesquisa foi à eleição municipal para prefeito e vereadores, que também alterou a rotina de trabalho dos profissionais que aguardavam os resultados e prováveis mudanças no curso dos convênios. Desse modo, não se dispuseram a conceder entrevista, até a fase de transição de governo.

Em janeiro e fevereiro de 2013, além do aguardo das mudanças do novo governo municipal, outro obstáculo enfrentado foi o período de férias de alguns profissionais, o que dificultou a coleta. Em março de 2013, enfrentou-se o período da aprovação das organizações sociais que iriam continuar a firmar o convênio com a prefeitura, que denominam como “assinaturas dos convênios”.

Todavia, a assinatura dos convênios ocorreu de forma diferenciada dos anteriores⁸, ou seja, com certo atraso, devido à mudança de governo. Com isso, retardou a assinatura dos convênios, posto que o novo secretário de assistência social do município se inteirava do trabalho desenvolvido na área tanto no âmbito do poder público, quanto aquele desenvolvido pelas organizações conveniadas e orçamento destinado as estas.

Assim, somente entre os meses de março e abril de 2013, que fora possível iniciar a coleta de dados. Desse modo, as cinco entrevistas realizadas, foram gravadas por meio de mídia digital, posteriormente foram transcritas e serão guardadas pela pesquisadora por cinco anos, depois deverão ser destruídas visando preservar os sujeitos da pesquisa.

Ainda sobre a coleta das narrativas, é importante deixar claro ao leitor que os referidos eixos foram informalmente explicados para cada profissional antes de ser agendada a entrevista, até mesmo no dia de sua realização. Importa informar também que as tentativas de contatos ocorreram num primeiro momento via telefone, depois via e-mail.

⁸ É necessário apontar que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ficou por 16 anos no poder executivo e somente em 2012 foi substituído pelo Partido dos Trabalhadores (PT), fato que provocou a morosidade da celebração dos convênios, pois o novo chefe do executivo e sua equipe estavam no processo de tomada da situação para imprimir novos rumos à gestão pública.

Concluindo-se tais exposições acerca do processo para se chegar as entrevistas dos sujeitos que se dispuseram a participar dessa pesquisa, considera-se que muitos são os percalços enfrentados por um pesquisador quando se dispõe a realizar pesquisa, porque deve considerar as variáveis que de certa forma impedem que o processo transcorra conforme o planejamento iniciado nos primeiros momentos da pesquisa. Entretanto, compreende-se, que tais percalços não prejudicam de forma alguma a seriedade dada ao tratamento das análises, discussões e resultados finais, mesmo que o número objetivado de entrevistados não tenha sido atingido em sua totalidade como era o desejo inicial.

Na sequência, apresenta-se o primeiro eixo norteador do presente estudo, e sucessivamente os demais.

5.1. VISÃO DA PNAS/SUAS E AS POSSIBILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO

Antes de adentrar nas discussões propriamente ditas dessa subseção, entendeu-se como relevante, trazer um retrospecto sobre a Assistência Social brasileira, até a aprovação da PNAS/SUAS. Para tanto será passado pela Proteção Social, Seguridade Social, particularmente sobre a Assistência Social em suas antigas e novas visões, passando pela questão das entidades e/ou organizações sociais dentro dessa específica área.

Nas palavras de Sposati (2012, p. 21) pergunta-se: “o que [... se] espera da proteção social?”.

Certamente pelo fato de se viver em uma sociedade de mercado, a resposta é: ter condições financeiras para resolver fragilidades e suprir necessidades, ou seja, poder pagar e comprar aquilo que necessita ou deseja, sejam para consumir bens, serviços, cuidados, etc. Assim a questão da fragilidade se estrutura em benefícios financeiros, que substituem ou complementam o salário advindo do emprego (SPOSATI, 2012, p. 21).

“O capitalismo brasileiro implantou um modelo de seguridade social sustentado predominantemente na lógica do seguro” (BOSCHETTI, 2009, p. 329), atendendo particularmente aos trabalhadores que contribuía com a previdência social, ou seja, os trabalhadores formais. Assim a noção de Proteção Social centrou-se na

Previdência Social, sendo uma gestão federal e contributiva, mas os pressupostos dessa proteção não alcançaram a realidade da maior parte dos brasileiros, os quais devido ao mercado informal do trabalho acabam sendo invisíveis. Portanto, essa forma de proteção social, acaba, se assim pode-se dizer, protegendo o trabalho e não especificamente o trabalhador (SPOSATI, 2012; MESTRINER, 2012).

Essa forma de proteção social deve ser ultrapassada, uma vez que:

[...] a proteção social exige a construção de um referencial coletivo sobre o que é estar protegido ou contar com proteção social enquanto conjunto de condições de preservação, e não apenas como ato de concretizar a possibilidade de consumir, [... ela] ultrapassa a alternativa monetária, isto é, “ter recursos para adquirir proteção”, e desloca-se para o campo da provisão de “necessidades”, por meio de ações, cuidados, atenções e serviços [... Desse modo], tem significado de defesa da vida e impedimento de sua precarização (SPOSATI, 2012, p. 22-23).

Nesse sentido, a seguridade social e as políticas de proteção social na sociedade capitalista brasileira foram construídas e conquistadas por muitas lutas da classe trabalhadora e ampliadas a partir da metade do século XX, como forma de proteger os trabalhadores dos riscos sociais do trabalho advindos da exploração capitalista, assim essa proteção passa a adquirir o status de direito.

Entretanto, esses modelos “são constituídos aqui por ações compensatórias para aqueles impossibilitados de prover seu sustento por meio do trabalho, de cobertura de riscos do trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário [...]” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 164 apud MOTA, 2000).

O dilema da Proteção Social aos trabalhadores desprotegidos pela informalidade do trabalho e por outros fatores desencadeou e ainda desencadeia inúmeras demandas sociais que são decorrentes das expressões da questão social, derivadas da relação capital e trabalho e de sua exploração, do desenvolvimento desigual da riqueza socialmente produzida e das precárias condições de vida da população exigindo do Estado respostas quanto aos seus direitos sociais. Nesse sentido “a assistência incorporou toda sua constituição no critério de inaptidão ao trabalho” (DAMASIO, 2009, p. 13), destinando-se àqueles que comprovadamente estivessem incapacitados para ele.

Nesta direção, surgem ofertas de serviços emergentes de uma ampla rede de instituições públicas e também privadas para compensar a ausência efetiva da

proteção social. A singularidade desse processo residiu muito mais na presença de instituições de serviços assistenciais de cunho religioso de diferentes credos, com ações voltadas a caridade, filantropia, sem quaisquer direcionamentos para a perspectiva do direito. E essa rede de serviços, com esse foco, atravessou longamente a história brasileira, sob a batuta do Estado. Assim, a assistência social, historicamente, se configurou num campo de intervenção política e social “nebuloso” (BOSCHETTI, 2003, p. 41), dando origem ao *mix* na prestação dos serviços sociais.

As entidades filantrópicas sempre estiveram presentes na prestação de serviços sociais, incentivadas pelo Estado. Desse modo, a visibilidade dos trabalhadores/cidadãos, em relação aos seus direitos, os quais passaram a ser substituídos por ações benemerentes, ficaram ainda mais invisíveis pela fragmentação e descontinuidade dos serviços prestados pela solidariedade social na sociedade, sempre como práticas de dominação.

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, como resultado de um longo processo de lutas da sociedade brasileira pela democracia, que em tese, conforme citado acima, houve o reconhecimento do Estado pela proteção social como um sistema público (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 166). Ainda esta lei amplia os direitos civis e políticos; e os direitos sociais passaram a ser parte de um novo modelo de cidadania. E:

[...] graças a essa mobilização, as políticas sociais tornaram-se centrais, nessa década, na agenda de reformas constitucionais [... incorporando] conceitos de “direitos sociais”, “seguridade social”, “universalização”, “equidade”, “descentralização-político administrativa”, “controle democrático”, “mínimos sociais”, dentre outros passaram, de fato, a constituir categorias-chaves norteadoras da constituição de um novo padrão de política social a ser adotado no país (DAMASIO, 2009, p. 47 apud PEREIRA, 2008, p. 158).

No entanto, mesmo com essas conquistas no campo dos direitos sociais, a Assistência Social, por seu turno foi delineada pela própria Constituição Federal de 1988:

[...] como uma política de benefícios e serviços. [...] Sendo] um mix que não se apresenta na previdência e na saúde. Essa dupla dimensão exige capacidade gerencial inédita, no âmbito dessa assistência social pública e também coloca em questão as duas alternativas de proteção social, a monetária e a de cuidado por meio de serviços sociais, no âmbito de uma só política pública (SPOSATI, 2012, p. 28).

Por este e outros *mix* existentes dentro da Política de Assistência Social, chega-se, em um contexto contraditório, à aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em implementação no Brasil.

Nesta direção, esse primeiro eixo norteador apresenta-se com o objetivo de verificar, nos pesquisados, a visão que têm sobre a PNAS/SUAS, e como se deu o processo de implementação dentro do município no qual atua como profissional.

Reforça-se que ter visão sobre a PNAS/SUAS exige que se faça uma releitura do percurso histórico da própria política, pois:

[...] a Assistência Social, tal como a conhecemos hoje, é fruto de um longo processo que se desenvolve na sociedade brasileira. Se recuarmos no tempo, encontraremos o pesado legado de uma área que não foi concebida como campo de definição política no universo das políticas sociais, constituindo-se num *mix* de ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e entidades sociais privadas [...] (RAICHELIS, 2012, p. 13).

Convém reforçar, que as normativas e ações referentes à Assistência Social para que fossem legitimadas da forma como se apresentam nos últimos tempos em relação aos seus avanços no campo dos direitos, foram contemplados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, bem como no capítulo da Seguridade Social, no título Da Ordem Social, e, de acordo com o artigo 194, da assistência social. Dessa maneira, passou então, a integrar o tripé da Seguridade Social ao lado das políticas de saúde e previdência social. Mas para tal, foi necessário “atravessar longo caminho de resistências e vetos para sua regulamentação infraconstitucional” (RAICHELIS, 2012, p. 15).

Cabe ainda destacar que a aprovação da PNAS deu-se em 15 de outubro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), através da Resolução 145, mas suas discussões se intensificaram na:

[...] IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003, [...] que] trouxe como principal deliberação a afirmação do Suas e a necessidade de sua estruturação. Esse foi o marco de transformação da Política de Assistência Social no Brasil. Foi a partir daí que se tornou possível a implantação do atual modelo de gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais – moldados em ações integradas, com meta definidas de forma federativa e com participação popular (PINHEIRO; PAULA, 2012, p. 92-93).

Portanto, neste caminhar, foram muitas as discussões, movimentos de lutas, posicionamentos críticos, reivindicações e resultados por parte dos agentes envolvidos: trabalhadores, usuários, conselheiros, gestores, movimentos sociais, dentre outros atores que almejavam o reconhecimento de um sistema que pudesse avançar na questão dos direitos. Esse processo é permeado por avanços e retrocessos.

Tratar da assistência social, do SUAS como uma importante estratégia de inclusão social, é apropriar-se, com criticidade, sobre a sua implantação e implementação em todo o território nacional e, nesse sentido, os atores protagonistas envolvidos nesse sistema devem ter claro também o papel do Estado frente a esse novos rumos (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012).

Porém, antes de falar do papel do Estado frente à assistência social, reflete-se que numa visão maior, o Estado continua exercendo sua intervenção de forma forte, ainda mais na desregulamentação do movimento financeiro, para a estabilidade do mercado e para contribuir com a superação das crises das empresas e dos sistemas financeiros, através de várias fontes de recursos, em especial de todos os contribuintes, o que não exclui os de baixa renda (IAMAMOTO, 2007, p. 122). Em tempos contemporâneos, a referida autora ainda coloca “o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, [... para estabelecer] novas regras para governar a favor do grande capital financeiro” (2007, p. 122)

E sobre seu papel frente à assistência social, concorda-se que:

[...] um país no qual a assistência social firmou-se não como política, mas como um conjunto de ações específicas para os “excluídos”, sustentadas sob o signo da benemerência, fica evidente que uma complexa rede de atenções ganhou escala e legitimidade pública - reconhecida e incentivada até pelo próprio Estado -, firmando tais atenções no mundo privado sob o discurso da solidariedade e da ineficiência do Estado. Se, de um lado, o alcance das atenções estatais é limitado, principalmente no que se refere aos brasileiros à margem do processo produtivo, de outro lado tal limite não pode ser usado como justificativa para a permanência da desresponsabilização do Estado no enfrentamento das expressões da “questão social” e muito menos para a inespecificidade da assistência social (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012, p. 11).

Evidentemente, não se desconsidera aqui as relações historicamente efetivadas entre o Estado e a sociedade, como também se leva em consideração as reformas estruturais ocorridas no Estado brasileiro desde os anos de 1990, principalmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994,

quando as “contrarreformas” de cariz neoliberal alteraram profundamente as respostas do Estado à chamada “questão social”.

Evidencia-se que em tempos neoliberais a hegemonia da despolitização da questão social foi realizada sob o processo de muitas contradições, remetendo-a ao campo privado, sob processos de refilantropização e remercantilização. Ou seja, a privatização da política social foi assumida pelo caráter filantrópico e mercantil, com transferência de responsabilidade dos serviços sociais para a sociedade civil, organizações privadas sob o discurso da parceria, democracia, solidariedade. Desse modo, houve uma supervalorização no denominado terceiro setor. Nesse contexto, tem-se a setorialização da realidade social, que opera em setores, a focalização do atendimento de forma pontual destinada a parcelas da população consideradas mais pobres, e a fragmentação e descoordenação de implementação de programas sociais, devido ausência de coordenação das políticas sociais (ALENCAR, 2009, p. 455-456).

No movimento deste cenário social da década de 1990, sob as bases do projeto neoliberal e das transformações econômicas e tecnológicas ocorridas no mundo capitalista, tem-se a defesa da retomada do crescimento econômico e a abertura e inserção do país na economia internacional, numa ordem globalizada. Sob o argumento da inoperância e ineficiência do Estado, há que redefini-lo, reestruturá-lo e redimensioná-lo por meio de uma “reforma” gerencial, a fim de corrigir suas distorções e reduzir os custos.

Assim a “reforma”, foi posta como necessária e irreversível, e o Estado passou a ser um grande incentivador do capital por meio do fortalecimento da auto-regulação do mercado. Nesse sentido, o centro da “reforma” foi o ajuste fiscal. Presenciou-se, nesse período, o encolhimento das funções legitimadoras do Estado, e, conseqüentemente, tem-se uma diminuição de sua ação reguladora, “numa verdadeira operação de desmonte da nação” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 167), deslocando e diminuindo seu papel de promover e articular o desenvolvimento das políticas sociais principalmente no que se refere aos serviços sociais, comprometendo totalmente o sistema de proteção social.

Essa justificativa do processo de “reforma” no Brasil permitiu que o capital fosse liberado às regras e procedimentos, rompendo com aquele Estado previdenciário, dando dessa forma lugar a mundialização da economia, cujas

marcas se fixam na privatização do patrimônio público, desregulamentação, liberação comercial, flexibilização nas relações de trabalho e soberania do mercado (ALENCAR, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2007; MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006; RAICHELIS, 2009; 2010).

Esses fatores ocorridos no âmago da contrarreforma do Estado apresentaram como justificativa que o país precisava retomar seu crescimento econômico, assim entraria num modelo de desenvolvimento globalizado economicamente (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 167). Por esse motivo, tem-se por parte do Estado um ataque a seguridade social, ignorando completamente o princípio Constitucional de Seguridade Social e a assistência social toma novos rumos, num retrocesso, na medida em que ocorre a transferência de grande parte dos serviços sociais para a sociedade civil, desresponsabilizando o Estado, bem como o capital em dar respostas às questões sociais, gerando grande rebatimento nas relações públicas e privadas.

Nesse contexto de despolitização dos direitos, há a regulamentação do terceiro setor, com o retorno da refilantropização e incentivos às práticas voluntárias, para a execução de políticas públicas. Um exemplo no campo Social foi a instituição do Programa Comunidade Solidária, coordenado pela primeira-dama Ruth Cardoso, por meio da Medida Provisória nº 813 de 1 de janeiro de 1995, cujos pressupostos se embasavam na ajuda moral para tratar as contradições sociais da questão social, tendo dessa forma a destituição e fragmentação dos direitos sociais.

O serviço voluntário, por seu turno, além de levar ao agravamento da questão social, também desprofissionaliza a intervenção nessa área, uma vez que a remete ao campo da solidariedade, com práticas do bem comum aos indivíduos, por meio do trabalho voluntário não-remunerado (ALENCAR, 2009; BEHRING; BOSCHETTI, 2007; MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006; RAICHELIS, 2009; 2010).

Nestes termos, sobre o novo papel do Estado, Behring (2003) reflete que:

[...] ele continua sendo um realocador de recursos, que garante a ordem interna e a segurança externa, tem os objetivos sociais de maior justiça e equidade e os objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Contudo, para assumir os dois últimos papéis, cresceu de forma distorcida. Hoje, então, a “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização, para o “setor público não estatal”, de serviços que não envolvem o exército do poder de Estado, mas devem ser subsidiados por ele, como: Educação, saúde, cultura e

pesquisa científica. Este processo é caracterizado como publicização e é uma novidade da reforma que atinge diretamente as políticas sociais. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor. Reforça-se a governança por meio da transição de um tipo rígido e ineficiente de administração pública para a administração gerencial, flexível e eficiente. Para os autores do plano, o governo brasileiro não carece de governabilidade, mas de governança (BEHRING, 2003, p. 178).

Pode-se refletir a partir de tais referências que a Assistência Social traz consigo um legado de indefinições entre o que é direito e o que é caracterizado por fins filantrópicos, reforçados por incentivos do próprio Estado, com ações mescladas no campo das políticas sociais.

Essas fortes tendências convivem hoje com as novas formas de gestão pública das políticas sociais que, por meio da descentralização e municipalização das ações, têm conduzido, muitas vezes, ao desmonte dos programas tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria do país (ALENCAR, 2009, p. 455).

Essas características são reforçadas nas palavras de Raichelis (2012, p. 14-15) a qual aponta:

[... uma] sociedade estruturada a partir de relações privadas de mando, obediência e lealdade, floresceu a “cultura do assistencial”, que infantiliza, tutela e torna mais vulneráveis os segmentos empobrecidos e subalternizados da classe trabalhadora, bloqueando seu acesso da esfera pública do direito e da cidadania. O estigma associado às ações assistenciais movidas pelo dever moral das iniciativas filantrópicas ou benemerentes revela-se assim a expressão mais contundente de uma sociedade na qual o trabalho protegido e dos direitos sociais não se generalizam para a maioria da população e cuja ambiência liberal considera a pobreza como imprevidência do indivíduo frente aos riscos que a vida oferece. Essa matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, é insidiosa e permanece ativa nas relações sociais autoritárias que marcam a cultura patrimonialista de apropriação do público pelo privado [...].

Essas características ainda permanecem nesse campo, mesmo com avanços significativos e respaldo de leis e resoluções que asseguram a responsabilidade do Estado frente às políticas públicas. Nesse sentido, cabe lembrar que no Brasil há um permanente hiato entre a Lei e a sua efetivação, o que no dizer de Sposati (2007, p. 436) significa a existência de um “Brasil legal e um Brasil real”.

Por isso, é importante, ao se falar da implantação/implementação do SUAS nos municípios, não se deve esquecer a história da política, bem como as inúmeras contradições que o processo de sua implementação traz, sobretudo se tem em conta a tendência contemporânea adotada nos últimos governos de cariz neo-desenvolvimentista. Para entender sobre essa questão, se faz necessário primeiramente retomar o que significou a ideologia do desenvolvimento.

O desenvolvimento traz consigo a noção de avanço, logo os países ricos são os avançados e desenvolvidos e os países pobres numa questão de oposição de polaridade, são os atrasados e subdesenvolvidos. Essa mesma lógica de reflexão é utilizada também com o termo moderno e tradicional. Assim as sociedades são fortemente influenciadas por essas teorias, tendo como certo que toda e qualquer sociedade tenderia a se modernizar/desenvolver. Essas teorias têm como forte padrão a influência norte-americana, por seu perfil político-idealizador e evolucionista-determinista o que anula e desconsidera os fatos históricos na sua concretude e historicidade, desrespeitando as particularidades de cada sociedade (CARDOSO, 2013, p. 208).

No Brasil, a perspectiva desenvolvimentista estava posta desde os anos de 1930, no entanto foi amplamente difundida e implementada no governo de Juscelino Kubitschek – JK (1956-1961). O desenvolvimentismo brasileiro tinha como meta e prioridade colocar o desenvolvimento em primeiro lugar para promoção econômica, para tanto a ideologia reflexiva adotada na sociedade foi de: pensar o que poderia conduzir ou impedir/difícultar o desenvolvimento.

Nesse sentido, o governo JK, para dar continuidade à expansão do grande capital, do processo de industrialização, implantou um novo padrão de investimento do capital externo do país, objetivando a reconstrução das economias assoladas, moldurando-as na ideologia desenvolvimentista. Adotou o controle para com a população, a fim de conter a legitimidade e organização das tensões políticas e sociais dos trabalhadores (principalmente da classe operária) (CARDOSO, 2013; CASTELO, 2012; DAMASIO, 2009).

Diante dessas questões, o:

[...] desenvolvimentismo propunha desenvolvimento econômico acelerado, que garantiria prosperidade para todos, no futuro. Por outro lado, propunha que o crescimento econômico seria garantia de segurança, segurança nos termos da ideologia de segurança nacional, bem conforme as concepções

anti-comunistas da Guerra Fria. A vinculação profunda entre desenvolvimento e segurança fica explícita no Brasil no governo JK e posteriormente na ditadura instalada com o golpe de 1964. Desde o começo, porém, sucintamente a proposta desenvolvimentista era mudar, dentro da ordem, para manter a ordem. Mas no discurso, a ênfase era no econômico: o objetivo (o crescimento econômico), o que faltava (capital), o que desencadearia o processo (política econômica, planejamento econômico) (CARDOSO, 2013, p. 210-211).

Nessa perspectiva desde os anos 1930 o “nacional desenvolvimentismo” exerceu uma forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional, todavia sua ideologia se esgotou na década de 70. Tendo sua volta no século XXI, especificamente no segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007 á 2010) com os sinais de esgotamento do neoliberalismo. É claro que sua persistência permaneceu não mais pelas mesmas razões que antes, mas sob condições históricas diversas.

Dessa forma, o novo desenvolvimentismo ou neo-desenvolvimentismo, defende uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. Ele se difere do nacional desenvolvimentismo por ter maior abertura do comércio internacional, maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica. O novo desenvolvimentismo brasileiro emergiu, propondo políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica (CARDOSO, 2013; CASTELO, 2012).

Conforme Mota (2010), o neo-desenvolvimentismo é a ideologia que se funda entre o equilíbrio do crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de auto-sustentáveis na esfera econômica, social e ambiental. Essa ideologia implementada pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), defende a tese que o enfrentamento do neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado e a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social. Contudo, conforme a autora, a leitura crítica da realidade, evidencia que tal ideologia expressa “um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos interesses daquela classe” (MOTA, 2010, p. 19-21).

Tendo como panorama essas questões históricas dos meados do século XX para o século XXI, as consequências são:

[...] palco de um complexo processo de regressões no âmbito do Estado e da universalização dos direitos, desencadeando novos elementos que se contrapõem ao processo de democratização política, econômica e social em nosso país, no contexto e reorganização do capitalismo em escala internacional (RAICHELIS, 2009, p. 381; 2010, p. 755).

Nesse sentido, deve-se atentar criticamente para a realidade, e na esfera social, pois ainda que o SUAS esteja em vigência na forma da lei, isso não garante sua plena efetivação, pois as marcas históricas/conservadoras ainda são reeditadas, sob novas roupagens, e acabam por bloquear os direitos dos cidadãos.

E o olhar crítico á essa realidade, exige alerta e vigilância sobre essas novas configurações assistencialistas, porque:

[...] assim como na Constituição Federal, na Loas a assistência social é política pública de direção universal, não contributiva, e direito de cidadania capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos e ampliando a responsabilidade estatal. [... Assim sendo,] a concepção de assistência social, definida na Loas e na PNAS, ultrapassa e rompe com as noções de caridade, benemerência e doação, passando a ter um novo paradigma: a proteção social, a defesa do caráter público e a garantia de direitos aos usuários. [... Ainda,] estabeleceu-se um novo desenho institucional e para o controle social: comando único, descentralização, planos e fundos e a criação de conselhos de gestão e controle social (PAZ, 2012, p. 113).

Por isso, a aprovação e exigência de implantação do SUAS nos municípios exigiu e ainda exige grande reestruturação para atender aos novos padrões de atendimentos, modificando assim, suas bases antigas de atendimento aos usuários demantários dos serviços ofertados através dos programas e projetos sociais, o que não significa a total ruptura ou abandono de práticas assistencialistas, clientelistas ou tuteladoras que impregnaram e engendraram a assistência social historicamente.

É importante identificar antes de iniciar quaisquer discussões acerca da compreensão que os profissionais têm sobre esse novo modelo que:

[...] muito tem se dito sobre o reordenamento institucional da assistência social no Brasil recente, sobretudo no que diz respeito à prestação de serviços assistenciais e socioassistenciais no âmbito das relações público/privado. O desconforto é natural diante de um processo de mudanças. Todavia, percebe-se que parte do desconforto não é afeto

apenas às incertezas da transição, mas sim motivo pelas resistências a ela (PAULA; PAZ; STUCHI, 2012, p. 10-11).

Mesmo que a aprovação da PNAS e do SUAS (como gestão democrática) tenha se dado por um processo de lutas, contradições e resistências, deve-se compreender que essa mudança foi substantiva para a assistência social do Brasil porque permite romper com o assistencialismo e sua tradição clientelista que a colocavam como práticas secundárias, através dos antigos plantões sociais que atendiam de forma emergencial com repasse de recursos financeiros e materiais, ainda existentes, a exemplo do município no qual se realizou esta pesquisa. Todavia, os sentidos desse Sistema como direito e não mais como assistencialismo dependerá da forma como a gestão pública conduzirá os rumos dessa nova construção, na qual permitirá ou não que o SUAS se coloque na perspectiva da defesa dos excluídos ou reiterar suas velhas práticas conservadoras. Portanto, pode-se dizer que estamos mais uma vez, diante de um processo de disputa dos sentidos dessa política (YAZBEK; PAULA, 2013, p. 43-46).

Considerando que o SUAS é constituído por um “conjunto de serviços, programas, projetos, benefícios no âmbito da assistência social” (YAZBEK; PAULA, 2013, p. 44), e que podem ser prestados diretamente pelas próprias instituições públicas ou indiretamente por meio de convênios junto às organizações sem fins lucrativos, tem-se por esse sentido, o estabelecimento da relação público e privado, que historicamente demandaram longas e complexas discussões, e que ainda se fazem presentes.

Mas o que vem a ser o público e o privado? De acordo com as análises realizadas por Castro; Estabile e Sousa (2013), com base em alguns estudiosos sobre o assunto, têm-se que numa abordagem mais contemporânea, o termo público está relacionado ao Estado (sinônimo de estatal), e o privado a constituição do mercado. Isso é claro, numa perspectiva neoliberal. Diante dessa perspectiva neoliberal, as “relações de produção e reprodução da vida social têm levado à emergência de formas diversificadas de manifestações concretas das ações públicas e privadas. Uma dessas manifestações contemporâneas é o que se tem sido denominado de terceiro setor” (CASTRO; ESTABILE; SOUSA, 2013, p. 54).

Pensando na prerrogativa da PNAS e do SUAS, as organizações sociais sem fins lucrativos (terceiro setor), são consideradas como corresponsáveis e cogestoras

pela articulação da rede socioassistencial e pela garantia dos direitos dos usuários dos serviços. Mas, pensando na realidade do município de São José dos Campos, reflete-se que as organizações sociais, não representam apenas um papel de corresponsáveis e cogestoras, com ações complementares a gestão pública direta, mas também como estratégia para suprir a defasagem do quadro efetivo de funcionários públicos pela ausência de anos da não abertura de concurso público.

Nesse sentido, a partir da realidade do município pesquisado, entende-se que as organizações sociais em termos legais mediante a PNAS/SUAS são complementares nas ações da rede socioassistencial e na prática pela forma como se compõe essa rede, suas ações acabam sendo substitutivas à gestão municipal. Sobre essas questões que se reflete sobre o significado da terceirização dos serviços públicos dentro do município de São José dos Campos, ou seja, a terceirização além se representar a nova lógica do mercado, substitui de fato o papel do Estado na condução das políticas públicas, sejam elas no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Essas questões encontram-se ancoradas nas afirmativas das autoras Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 46), as quais trazem a seguinte questão:

Nos últimos quinze anos, além de grande crescimento da terceirização em todas as direções, houve a expansão de novas modalidades e sua disseminação no setor público, explicadas pelas políticas neoliberais adotadas pelos sucessivos governos que, em nome do superávit fiscal recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, suspenderam concursos públicos e buscaram sanar a necessidade de servidores através da terceirização. As formas de terceirização mais encontradas são os estágios (principalmente nas empresas estatais e bancos públicos), as cooperativas e as **ONGs** (grifos da pesquisadora).

Por fim, romper com aqueles formatos fragmentados, pelos quais se organizava essa área, é de suma importância para conferir a uniformização dos conceitos, serviços, programas, projetos e benefícios com as afirmações dos princípios e das diretrizes contidas na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS).

E todas essas discussões introdutórias nesse primeiro eixo vêm ao encontro da PNAS/SUAS e das possibilidades de implementação no município de São José dos Campos, que conforme Silva (2011, p. 42), desde agosto de 2005, foi habilitado em

gestão plena⁹ devido à organização da política de assistência social, cujas ações já antecediam a legislação.

E o primeiro CRAS instalado no município foi na região Leste em março de 2008, com um projeto piloto. Dessa forma, houve uma (re) organização da antiga base de atendimento (caracterizada como Unidade Leste ou Sede Regional Leste), para adequar a rede a partir do CRAS. Por isso, nesse momento histórico, o antigo plantão social dessa região, que era executado e organizado pelo setor público, que contava com algumas assistentes sociais concursadas para o atendimento deste serviço, e também com assistentes sociais da FUNDHAS – emprestadas para SDS para atendimento da população em decorrência da defasagem desses profissionais em seu quadro – e ainda com assistentes sociais de uma organização social conveniada, que estavam alocadas na região leste, também emprestadas a SDS para o desenvolvimento do plantão social e de alguns programas sociais.

Em decorrência da implantação do CRAS, a equipe foi dividida, sendo que algumas permaneceram na antiga Sede Regional (desenvolvendo os antigos programas sociais), outras foram para o CRAS, e os profissionais da organização social passaram a trabalhar diretamente com sua empregadora (a própria organização social), desenvolvendo o plantão social, hoje denominado SOSAM (conforme já apresentado na população e amostra).

Foi neste período, que houve uma ampliação com as organizações sociais para ampliação de mais SOSAM na região leste por meio do convênio. Motivo pelo qual a equipe do PATES (re) organizou e (re) distribuiu as áreas de abrangência para o atendimento da população de forma que pudesse facilitar o acesso ao serviço.

Portanto, essa foi a realidade que se configurou neste período, do qual esta pesquisadora fez parte.

Assim, segue-se com as narrativas dos assistentes sociais 1, 2, 3, 4 e 5 sobre a implementação da PNAS/SUAS no município, nas respectivas regiões nas quais estão alocadas as organizações sociais que trabalham.

⁹ Gestão Plena: É o “nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo Fundo nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS” (BRASIL, 2005a, p. 100).

O município tem um bom conhecimento da política, do SUAS, da NOB, mas não adianta ler, decorar a política, estar por dentro de todas as resoluções que estão saindo, sem ter um foco, que é o próprio município. Vejo ainda muito interesse político, não somente político, mas um interesse político partidário mesmo. (AS1).

Ainda sobre a implementação do SUAS no município de São José dos Campos, o entrevistado 1 coloca que:

Segue todas as normas, mas há a questão do planejamento. Nós fazemos a implementação, implantamos, mas precisamos estar reavaliando, porque a realidade é constante, ela se modifica e tem de haver o preparo da equipe. Embora já esteja alguns anos implantados, os CRAS e CREAS no município, ainda existe uma carência. Eu trabalho numa região a xxx (nome da região), em que existe uma situação de vulnerabilidade muito forte e o CRAS fica em xxx (nome do bairro) e xxx (nome do bairro), então se nós pensarmos na questão da proximidade dessa família, eles estão distantes delas. Saiba que o CRAS tem que ser instalado em um prédio público, a prefeitura que pense em adquirir um órgão público perto dessas localidades ou que facilite o acesso dessas famílias. Não que tenhamos que infantilizar a família ou carregá-la no colo, não é isso, mas de pensar em estar mais próximo dessa família. Então, se existe essa preocupação de facilitar o acesso, a prefeitura tem de pensar em um local mais próximo, eu acredito que tenha orçamento para adquirir um prédio público para implantar esses CRAS. (AS1).

O entrevistado 2 visualiza a implementação da PNAS e do SUAS com a seguinte vivência profissional pela região do município em que fica instalada a organização social em que trabalha:

A Política Nacional de Assistência Social foi muito importante para o município. Especificamente, na região onde estou trabalhando hoje. Esse processo iniciou em 2008, com o convênio formalizado com a obra. Porém, ele só foi concretizado com o surgimento do CRAS, na questão da política nacional da assistência e do SUAS. Em 2012, ele começou a funcionar devido algumas mudanças na região e na prefeitura. O SUAS, especialmente em nossa região, foi de fundamental importância, pois a região é muito ampla e com isso nós não tínhamos a ligação da rede. Quando a obra foi implantada no xxx (nome do bairro), nós atendíamos vários bairros por ser uma região muito grande. Nós não tínhamos contato com a questão da rede, pois a rede não tinha sido implantada dentro da região xxx (nome da região). A visão que eu tinha era de que tudo era separado. Para mim, até mesmo a questão da política não está totalmente concretizada. Esse processo está começando, mas a teoria ainda não está concretizada. Ela precisa avançar muito. Existem muitos impasses políticos que tornam o serviço difícil de ser executado, por sermos conveniados, por termos que prestar conta desse serviço. Nós ficamos atrelados apenas ao plantão e não obtemos retorno das famílias que atendemos e encaminhamos. A política existe, na medida do possível. A rede está começando a se formar aos poucos, mas ainda falta muito a ser avançado no sentido de validar a questão da política principalmente na região onde eu trabalho. (AS2).

O entrevistado 3 reforça a assertiva do entrevistado 2, também de acordo com sua vivência profissional na região do município em que funciona a organização social na qual trabalha:

Eu vejo o SUAS com uma visão positiva. Eu acho que todas as mudanças que acontecem em quaisquer circunstâncias vêm para melhorar. No município, ainda estamos nos adequando quanto a essa política nova, quanto ao SUAS. O SUAS veio para organizar os serviços socioassistenciais na questão do controle, fiscalização e avaliação. E quanto à possibilidade de implementação no município, eu acredito que sim. Acho que deveria ser implantado mais CRAS em algumas regiões, há necessidade desse atendimento, principalmente na questão do PAIF na nossa região. Essa é a maior dificuldade. Pois, algumas vezes, nós precisamos encaminhar o munícipe para um atendimento mais específico e acaba não existindo esse atendimento. É difícil para nós aqui. Na região xxx (nome da região), há um CRAS. Nós não encaminhamos porque ele não abrange os nossos bairros. Então não temos para onde encaminhar. Nós temos a unidade pública, prédio xxx (nome do prédio público), mas eles fazem o mesmo atendimento que nós fazemos. Mas em relação ao atendimento do CRAS, nós não temos como encaminhar a família. (AS3).

O entrevistado 4 traz vivências e posicionamentos relevantes em suas narrativas sobre a implementação desse novo modelo, também mediante a realidade regional em que trabalha:

Quando fala na PNAS, no SUAS, eu vou me recordando do processo que tenho vivido ali na instituição onde trabalho. Há tempo estamos falando sobre o SUAS, porém, somente há dois anos que eu verifiquei que está sendo implementado ali na região onde trabalho. Quando falam no SUAS, eu vejo um grande avanço no sentido do território. Consigo perceber isso pelas falas dos usuários que eu atendo na minha instituição, porque eles comentam que estão sendo acompanhado por tal assistente social de seus bairros. Então, alguns usuários já estão reconhecendo essa questão. Na região onde eu trabalho, a questão do território ficou muito forte, porque nós vemos as diferenças de bairro para bairro. Vamos supor: o bairro onde fica a nossa instituição é um bairro onde hoje existem várias casas, são mais de 10 casas que as pessoas invadiram e o proprietário vai retirar essas famílias, outro bairro é uma questão de área rural. Existem dois bairros, por exemplo, que são muito distantes e em um deles uma pessoa comentou que precisa andar meia hora até o ponto de ônibus. Então, quando falam do SUAS, eu vou muito pela questão do território por conta disso, nós vemos que não só de região para região, mas de bairro para bairro há características diferentes. E eu estou vendo que os usuários estão identificando esse trabalho por conta disso. Os que estão acessando o CRAS conseguem acessar isso, outros não identificam; a maioria não sabe da existência do CRAS. Ali na região, o CRAS passou a ser oficial em junho de 2012, porém as mudanças estruturais aconteceram a partir de novembro. Isso eu fique sabendo esses dias, porque fui atrás de informações, justamente para a entrevista. O CRAS, na verdade, está dividido ainda entre CRAS e Unidade de Referência. Na minha região, nós atendemos 12 bairros, que são bairros mais distantes. Eu descobri que os bairros que minha instituição atende não estão sendo referenciados pelo CRAS, eles tem as assistentes sociais de território, porém o PAIF não os

atende. Porque antes de ser implantado o CRAS nessa região, houve reuniões com o poder público, com a prefeitura sobre aumentar o número de técnicos ou teria que ser aberto outro CRAS próximo da instituição onde eu trabalho. E não houve nem uma coisa, nem outra. Não houve o aumento de técnicos e também disseram que abririam um CRAS na minha região, mas sabemos que isso é algo muito distante, porque não tem nenhum espaço público ali e essas famílias não estão sendo assistidas totalmente, a política não está abrangendo essas famílias. Elas não têm essa visibilidade de que o SUAS não está abrangendo-as. E sobre a implantação do SUAS no município, eu vejo que está sendo um processo, mas ainda tem muita coisa para acontecer. Já está implantado, mas eu percebo que o processo está lento, porém funcionando. (AS4).

O assistente social 5 narra a implementação da PNAS/SUAS no município da seguinte forma:

Nossa cidade, por ser de grande porte hoje (com cerca de 650 mil habitantes) é inclusive referência para alguns outros municípios, existe uma Política que vem sendo exercida. Temos conforme previsto os CRAS e o CREAS, porém, como alguns outros setores, eles ainda precisam ser melhorados. Na nossa área de abrangência, zona xxx (nome da região), existe a unidade pública de referência, mas ainda com pontos a serem aprimorados, principalmente quanto ao acesso e os retornos dos encaminhamentos. A conferência de assistência, esse ano, vai tratar um pouco do SUAS na nossa região. Faz-se necessário tratar sobre isso. (AS5).

Ao se analisar as narrativas, fica evidente que a PNAS, bem como o SUAS, já iniciou sua implementação dentro do município, não de forma “concreta”, uma vez que precisa “avançar”, “adequar”, “aprimorar”, ou seja, “tem muita coisa para acontecer”. Por isso, vem ocorrendo num “processar lento”, necessitando de “planejamento”, “reavaliação”. Considerando-se o fato de se tratar de um município de grande porte, os atendimentos são distribuídos de forma regionalizada¹⁰ em unidades públicas como nos CRAS para as regiões que já contam com a disposição desse serviço, e pela unidade de referência, que continua atendendo nos moldes antigos dos atendimentos que antecederam a todas as mudanças trazidas pelo SUAS, como forma de padronização dos serviços socioassistenciais. E, por último das organizações sociais conveniadas à gestão municipal, prestadores nos serviços sociais que basicamente atuam nos modelos dos antigos plantões sociais.

Como se confirma nas narrativas, existe diferenças regionais, bem como as diferenças entre bairros de uma mesma região, ponto destacado na fala do “AS4”,

¹⁰ Os serviços socioassistenciais foram regionalizados no escopo da Loas em 1995.

uma vez que traz à tona a questão da territorialização¹¹ dentro do município e também dentro dos bairros atendidos pela organização social na qual trabalha.

Em relação à questão da territorialização, deve-se refletir que o território local traz história, cotidiano e cultura daquela população. Desse modo, “não é apenas o local de moradia e convivência, mas é o lugar onde a família tem possibilidade de fazer sua vida, e esta se realiza pelo que o território oferece, ou não, como sua condição social” (CARDOSO, 2006, p. 12 apud CARDOSO, 2004, p. 44).

Nessa vertente, a PNAS, pressupõe o princípio da territorialização como parte do conjunto de ações da proteção social da assistência social, assim:

[...] a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além das simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2005b, p. 44).

Assim a perspectiva da territorialização permite refletir que a questão da implantação dos CRAS, responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), dentro dos territórios vem ocorrendo em tempos históricos e formas diferentes, num processo descontínuo e fragmentado, ou seja, não está ocorrendo de acordo com a definição da PNAS.

Nessa linha aponta-se que “o conhecimento do território nas suas medidas intra-urbanas possibilita levantar, além das carências, também as potencialidades do lugar, para o fomento das estratégias específicas da ação pública” (KOGA, 2002, p. 33).

Portanto, pode-se refletir que a ação pública em relação à implantação de CRAS, vem sendo ineficiente, se não dizer com certa desresponsabilização, uma vez que o número de CRAS implantado apresenta-se a partir das narrativas, como

¹¹ A Territorialização é o segundo princípio apresentado pela NOB/2005, na construção do SUAS, assim significa: “o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social” (BRASIL, 2005b, p. 91).

insuficiente para o acompanhamento das famílias e dos indivíduos. Hoje o município de São José dos Campos conta com cinco CRAS instalados, sendo dois na região Leste, um na região Sul, um na região Centro e um na região Norte. Outra questão a ser analisada é que este serviço não está instalado principalmente nos bairros que apresentam maior grau de vulnerabilidade por serem localizados em áreas rurais, outros por serem distantes dos pontos de atendimento pela distância, sendo assim, essa unidade pública – CRAS precisa ser ampliada e melhorada em relação à qualidade dos serviços prestados, e isto fica claro nas narrativas dos pesquisados “AS1”, “AS3”, “AS4” e “AS5”. Reflete-se, de forma geral, que os CRAS não conseguem atender as necessidades das famílias em sua totalidade, devido ainda à ausência desse serviço em determinados bairros. Assim, os profissionais que estão dentro das organizações sociais, não podem encaminhar a família para o PAIF. Tal questão também se complementa com a narrativa do “AS2”, ao reforçar sobre a ausência/ineficiência de uma rede socioassistencial no qual possam encaminhar as famílias atendidas pela organização social.

Nesse mesmo sentido, evidencia-se como forma de contribuir com a narrativa do “AS2”, a narrativa do “AS4”, ao reforçar que nem todos os bairros de sua região são contemplados pelo atendimento do CRAS, devido à forma como se organiza a rede de atendimento nessa região, assim:

Nós vemos que esses bairros não estão sendo atendidos na sua totalidade por causa dessa divisão da Unidade de Referência e o CRAS. Ou seja, o SUAS não está atendendo completamente o município. Foi essa a minha avaliação e eu só descobri isso porque eu fui atrás dessa informação, até então, eu não sabia disso. Nunca houve uma reunião chamando os profissionais e dando essa informação. Nós vamos trabalhando sem ter essas informações completas e nos sentimos inseguros. (AS4).

Nota-se que por conta da divisão regional de atendimento colocada para a Unidade de Referência e principalmente para o CRAS, que esta unidade pública acaba não abrangendo todos os bairros do município. O que na visão do “AS4”, “o SUAS não atende completamente o município”.

Portanto, reforça-se ainda sob o foco do território que ele deve ser definido para além de um espaço geográfico porque:

[...] guarda características sociais, culturais e identitárias de sua população, isto é, um conjunto de elementos que mostram e revelam a complexidade da dinâmica social e econômica das cidades que, por vezes, também

representam, em menor escala as desigualdades existentes nas regiões brasileiras. O território é lugar de vida das relações (YAZBEK, 2008, p. 115).

Na mesma direção afirma Koga (2002) que:

[...] o território vem sendo um elemento importante abordado em diversas experiências, não apenas sob o ponto de vista do Estado, mas também da sociedade. Esta perspectiva fomenta também o debate sobre a inclusão social, a cidadania, a democratização das informações e a participação dos cidadãos na vida da cidade. Pois o território, para além da dimensão física, implica as relações construídas pelos homens que nele vivem (KOGA, 2002, p. 24).

Considerando essas afirmativas sobre o território, ou seja, que ele guarda as características da sua população, suas experiências, enfim, as relações construídas, analisa-se por meio das narrativas, que os usuários atendidos nos serviços a partir desse espaço no qual residem, não vêm recebendo o devido atendimento, com orientações acerca de suas necessidades, justamente pela insuficiência desse serviço instalado, e/ou por estar instalado em territórios que não apresentam alto grau de vulnerabilidade social.

Analisa-se que a partir do território é possível realizar o levantamento das necessidades locais, reforçando dessa forma a fala do “AS4”, quando diz que “*o SUAS não está atendendo completamente o município*”, que há falta de informação sobre como vem ocorrendo às mudanças. Nesse sentido, acabam os profissionais trabalhando sem informações precisas, de forma clara a respeito da implementação do SUAS e do CRAS como referência de atendimento desse sistema.

Esta situação real leva o profissional a se sentir inseguro no cotidiano de seu trabalho, na medida em que sua atuação frente à realidade social das famílias fica comprometida, porque os usuários dos serviços não conseguem acessá-los. Desse modo, reflete-se: como poderão os profissionais identificar as necessidades para a gestão municipal se os usuários dos serviços não estão conseguindo chegar até eles? Isso é uma questão a ser colocada porque a fragilidade da informação entre outras situações que se juntam a ela propiciam intervenções profissionais pouco sucedidas, em razão da forma como a gestão pública vem realizando sua administração.

Outro ponto relevante narrado por esse mesmo profissional, se refere ao fato de que a gestão pública ainda não conseguiu se organizar em relação a implantação do CRAS na região (em que atua) enquanto ponto de referência da rede de serviços,

gerando confusão aos profissionais que atuam nas organizações sociais, isso começa pela definição do próprio nome do serviço que a cada momento se apresenta por uma nomenclatura, veja:

Há dias que você liga e é um nome, um dia é Centro Comunitário, outro dia é Unidade de Referência, outro dia é CRAS. Então, eu, como profissional, já fico confusa, porque ninguém avisa a instituição se hoje é CRAS ou não é. E a gente se sente até um pouco perdida. (AS4).

A partir da narrativa desse profissional, reflete-se também sobre a rede de serviços socioassistenciais pela PNAS/SUAS, da qual o CRAS é parte, assim ela (rede de serviços) é definida como:

[...] conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão e proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005b, p. 94).

Expande tais afirmações sobre a rede de serviços socioassistenciais, a autora Paz (2012, p. 118), ao definir:

[...] a dinâmica da rede socioassistencial, em defesa dos direitos de cidadania, deve considerar a cidadã, o cidadão e a família como sujeitos protagonistas da rede de serviços/projetos, abrindo espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social e atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e no reconhecimento concreto. Nessa direção, sustenta a auto-organização da cidadã, do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública.

Assim, o município de São José dos Campos trabalhando nesse formato de (des) organização dos serviços em rede faz remeter ao desencadeamento de “[...] crescente e persistente processo de sucateamento dos serviços públicos [...]” (RAICHELIS, 2009, p. 382; 2010, p. 756). Ainda sob a reflexão da mesma autora (2009, p. 382; 2010, p. 756) à medida que a destituição da rede socioassistencial acontece, ocorre o esvaziamento e o encolhimento dos direitos legitimados pela Constituição de 1988.

Por entender o significado de rede dentro dessa política e da importância da participação da população atendida dentro dessa, pode-se dizer que são graves as questões levantadas pelos assistentes sociais, ainda mais quando se legitima que num mesmo território, há o CRAS como espaço de referência (órgão público),

unidades de referência (órgão público), cujo atendimento das famílias é ofertado praticamente da mesma forma que nas organizações sociais (conveniadas ao órgão público), porém sem o repasse de recursos materiais. Assim, o objetivo do trabalho e as ações socioassistenciais se mesclam, fato que recai naquela antiga questão do *mix* das ações, visto que nem todos os usuários desses serviços conseguem identificar isso, conforme mencionado pelo profissional “AS4”.

Por esse processo, mesmo nos marcos da implantação do SUAS em todo território nacional, ainda se verifica a adoção, pelo município de São José dos Campos, de variadas modalidades de atendimentos a população, pela via da terceirização e contratação de profissionais. Importa informar ainda que, dentro desse município, existe outra particularidade que é o aproveitamento de profissionais (do serviço social) concursados por outros órgãos (dentro do município), que são deslocados para desenvolver o trabalho dentro dos CRAS, a exemplo: os profissionais da FUNDHAS que são emprestados para a prefeitura (conforme mencionado anteriormente). Assim tem-se a configuração da ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos, e na condução das políticas públicas, cujas consequências desconfiguram o significado e a amplitude do trabalho dos assistentes sociais, que repercutem no deslocamento das relações entre a população (RAICHELIS, 2009, p. 383-384).

Esses debates acabam obscurecendo o campo público, “sem delinear de modo claro o que nesse campo era público ou privado, truncando assim as possibilidades da efetivação da cidadania dos segmentos fragilizados” (MESTRINER, 2012, p. 46).

Sobre organização hierárquica da rede de serviços socioassistenciais, Jaccoud (2012) aponta que:

[...] a PNAS também instituiu a organização hierárquica da política nos territórios e garantiu uma porta de entrada única ao usuário. Por fim, reconheceu a necessidade de identificar em cada município, a existência de uma rede de serviços públicos, em especial àqueles responsáveis pelo primeiro acolhimento do usuário dentro da política. Nesse sentido, a instituição de redes de oferta de serviços integradas ao serviço de referência da assistência social organiza-se como um pilar central da nova política (JACCOUD, 2012, p. 74).

Pela reflexão da autora, entende-se que não basta existir o CRAS dentro do território: este serviço tem que estar claramente definido como porta de entrada única, articulado com a rede de proteção, implantado em locais que de fato,

apresentem maior grau de vulnerabilidade sócio-econômica, muitas vezes sem a existência dos serviços de rede, instalado em determinado ponto que possa abranger os bolsões de pobreza dos bairros adjacentes, de forma que facilite o acesso da população.

O CRAS deve ser instalado, conforme as colocações de SPOSATI (2012, p. 34) em:

[...] área periférica ou de concentração das famílias incluídas em programas de transferência de renda. Na ação territorializada, cada equipe básica deve trabalhar com no máximo 1.000 famílias/ano. Esses serviços devem inaugurar e universalizar, em todos os municípios, a ação pública de proteção social básica da PNAS.

Para tanto, é necessário que o CRAS seja o responsável por mapear e fazer a articulação da rede socioassistencial na rede de proteção social básica, bem como estruturá-la para que a inserção das famílias ocorra nos serviços de assistência social dos territórios, “de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e da discriminação social” (BRASIL, 2008b, p. 43).

Todavia, na contramão do que determina a PNAS/SUAS, o município não segue tais prerrogativas, como se vê pelas narrativas dos pesquisados, os quais apontam questões relevantes sobre a falta de responsabilização do Estado. Mas, por outro lado, nota-se que não demonstram como vem propiciando suas participações nesse processo de forma mais efetiva, com apontamentos críticos referentes às lacunas existentes na implementação do SUAS, bem como da realidade social das famílias dentro do município. É como se não conseguissem ainda se apropriar dessa construção.

Nesse sentido, concorda-se com as colocações de Raichelis (2012, p. 16) quando afirma que:

[...] a assistência social vive, na atualidade, um momento político singular, com a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional, o qual, com muitos impasses e limites, precisa ser apropriado crítica e construtivamente por todos os sujeitos envolvidos em sua concretização.

Isto posto, fica ainda evidente em todas as narrativas que a PNAS/SUAS/NOB foram implantados no município, que este tem conhecimento acerca dessas leis, entretanto falta melhor organização da gestão municipal, pois como citado, o

processamento está se dando de forma lenta, com adequações a serem realizadas, por isso, não está validada, concretizada. Falta muita coisa para acontecer, ou seja, esse novo modelo não está expresso em sua totalidade. Isso faz com que o assistente social da organização social se sinta “perdido”, como menciona o “AS4”.

Em relação à falta de uma melhor organização do município, cabe analisar e refletir que tal questão relaciona-se com a ausência de vontade política da gestão municipal em implementar o Sistema conforme as normativas, fato contundente ocorrido no município, no qual a gestão municipal desde 1998 até 2011, priorizou a terceirização em detrimento da implementação nos moldes da PNAS/SUAS/NOB.

Por esse motivo, concorda-se também que:

[...] não é possível abdicar das tarefas estritamente estatais que a condução desse processo requer, o que supõe a valorização e o fortalecimento da gestão pública democrática e dos instrumentos postos à disposição do Estado para exercer liderança e coordenação política do Suas nas três esferas de governo. Essa “costura” política no campo da assistência social é desafiadora, pela magnitude das mudanças que estão sendo processadas, pelas complexas questões políticas a serem equacionadas e pela heterogeneidade de sujeitos e realidades envolvidos, agravadas ainda pela herança de frágil enraizamento institucional, baixa capacidade técnica de gestão e um intrincado sistema de articulações público-privado (RAICHELIS, 2012, p. 16).

Por fim, no que tange à rede socioassistencial, pontua-se que a construção da mesma:

[...] vai depender, em primeira instância, do compartilhamento de intencionalidades, objetivos e valores. A adesão a uma rede só nasce em função de fatores que consigam reunir em torno de si as expectativas, necessidades e demandas de cada um dos diferentes participantes. Perceber estas motivações e articulá-las depende de um sistema de comunicação, de uma relação de horizontalidade, que agregue parceiros e interlocutores estratégicos, gradativamente em torno de identificações e pautas comuns. Um sistema bem organizado e articulado de comunicação, com canais formais e contínuos será sempre fundamental na realimentação das relações, na revitalização dos compromissos, sendo base para a capacidade de auto-regulação exigida (BRASIL, 2008b, p. 42).

Outro aspecto relevante emerge da narrativa do “AS1”, ao mencionar sobre a questão de caráter partidário, que não deve coibir ou se sobrepor ao SUAS visto que ele é Lei – logo “política de Estado e direito de segmentos sociais cada vez mais amplos da população de acessarem serviços socioassistenciais enquanto bens públicos devidos pelo Estado aos seus cidadãos” (RAICHELIS, 2012, p. 16) e não de governo. A assertiva do “AS1” se coaduna com a profissional “AS2”, ao referir

sobre os impasses políticos, sobre os quais, subentende-se ser os de caráter político partidário, e/ou de outros interesses privados e particulares, que venham a dificultar a regulação da PNAS e do SUAS dentro do município, de forma que não ganhem legitimidade social para a sociedade e para os usuários desses serviços.

Os embates em torno da questão da política de Estado são, velhos questionamentos na sociedade brasileira, por conta da estrutura histórica herdada como já elucidado anteriormente. Essas afirmativas também reforçadas em Sposati (2012, p. 31) no que diz respeito às novas roupagens dos interesses privados, a qual coloca que o:

[...] caráter político, ideológico (partidário inclusive), considera que o modelo de “comunidade solidária” é o paradigma a ser adotado. Trata-se do paradigma assentado na concepção do Estado fomentador da ação da sociedade civil no campo da assistência social ou, mais, da gestão social partilhada. Sem dúvida, um paradigma que combina o modelo neoliberal com o patrimonialismo arcaico.

Corroborar-se com a afirmativa e analisa-se que o modelo “solidário” presente no campo da assistência social ainda hegemônico, sem dúvida acaba dificultando a implementação do SUAS. Reflete-se que a ultrapassagem desse modelo vai depender muito do aprofundamento das discussões, da consciência dos sujeitos envolvidos, que acessam os serviços da rede socioassistencial, seja ela na esfera pública ou na privada (de caráter filantrópico) para os quais são destinadas as ações, a fim de que esse novo sistema possa de fato ser efetivado, conforme definições de seu planejamento legal.

Ingressa-se também nas análises e discussões desse primeiro eixo, a questão do controle social, fiscalização e avaliação, conforme narrativa do pesquisado “AS3” e do orçamento para adquirir prédio público para implantação de mais um CRAS, feita pelo pesquisado “AS1”, sendo que a fala desse vem ao encontro do profissional “AS4” quanto às promessas feitas pelo órgão público, referente à implantação de mais CRAS na região onde trabalha e aumento da equipe para atendimento nesses serviços.

A política de recursos humanos da PNAS evidencia “que a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionadas com as formas e as condições como são tratados os recursos humanos” (BRASIL, 2005b, p. 53).

Abre-se desta maneira, as discussões acerca das críticas desses três profissionais, uma vez que não há como implantar um serviço sem condições mínimas para seu funcionamento, com espaços físicos adequados e profissionais para sua execução.

Essa questão da política de recursos humanos na PNAS é pauta de grandes debates, tendo em vista que a escassez desses recai na precariedade da prestação dos serviços ofertados à população. Assim, a inexistência dessas discussões:

[...] tem dificultado também a compreensão acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário desta política (BRASIL, 2005b, p. 53).

Nesse sentido a garantia de recursos humanos, bem como espaço físico adequado para os trabalhadores, é condição *sine qua non* para a efetivação e funcionamento do SUAS de forma que a política não seja fragilizada.

Essa afirmativa da fragilização não é sem consequências. Ela desafia a todo o momento essa efetivação, na medida em que a maioria dos estados e municípios brasileiros, com seus gestores, prefeitos, secretários de governo, e se não dizer presidentes das organizações sociais, apresentam-se resistentes para sua implementação, uma vez que esse novo sistema acaba desconstruindo as bases antigas da organização da assistência social, que agora passa a ser vista com outro entendimento. Sem contar ainda que pela falta de conhecimento que os mesmos tem sobre a PNAS/SUAS e NOB-RH (RAICHELIS, 2010, p. 762). Portanto:

[...] as políticas organizadas através de sistemas públicos pressupõem uma organização nacional conformada em torno do objetivo comum de produzir e prestar serviços públicos diretos e indiretos. Isso implica na construção de um “exército” de servidores (vinculados formalmente ao aparelho estatal ou não), que, sob o comando e a unidade de concepção dada pelos gestores, vão dar concretude ao acesso e um conjunto de direitos civis, políticos, sociais e culturais, entre outros (PAULA, 2012, p. 149).

Mas, por outro lado, é fato que os serviços públicos diretos e/ou indiretos, nem sempre oferecem condições para dar concretude a esse conjunto de direitos socioassistenciais. A realidade se apresenta de outra forma, “implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas” (RAICHELIS, 2009, p. 384; 2010, p. 759).

A participação da sociedade, o controle social, a fiscalização, bem como a gestão da informação, do monitoramento e da avaliação formam juntas, um conjunto de mecanismos imprescindíveis para se ter um salto qualitativo da organização e entrada da sociedade civil com relação aos seus interesses dentro da esfera pública. Esses mecanismos conforme a PNAS se constituem como ferramentas essenciais para consolidação e implementação do SUAS, de forma que sua construção deva ser coletiva, envolvendo esforços nos três níveis de governo (BRASIL, 2005a, p. 55).

A participação da sociedade dentro da assistência social torna-se um dos pilares estruturantes dessa e deve ser “efetivada como diretriz (artigo 5º, inciso II) da Loas, [... e ao lado do] controle social passam a ser questão de princípios, deveres constitucionais, e não apenas opção política de um ou outro governo” [...] (PINHEIRO; PAULA, 2012, p. 90).

Com base nessas afirmativas “a diretriz participativa confere à sociedade poderes para intervir na agenda do governo, definindo prioridades e assegurando prerrogativas para avaliar as ações governamentais em todos os níveis. [...] Portanto] a participação da sociedade é condição essencial para a gestão da PNAS em todas as esferas de governo” (CAMPOS, 2012, p. 247-248).

Essa concepção da participação social aos direitos sociais se efetiva nos conselhos, locais privilegiados dessa participação, todavia não são “os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo” (BRASIL, 2005b, p. 51).

Entretanto, os conselhos independentemente de seu nível no governo para se tornarem espaços de fortalecimento, dependem da afirmação desse sistema participativo, de forma organizada pelo poder público e pelos usuários. Por isso, a perspectiva de territorialização dentro da PNAS, possibilita os espaços e os mecanismos para que se constituam cidadãos ativos e envolvidos para com os assuntos de seu território (CAMPOS, 2012, p. 248; JACCOUD, 2012, p. 87).

A PNAS define as principais atribuições dos conselhos: a deliberação, fiscalização da execução da política; seu financiamento em consonância com as diretrizes propostas pela conferência; aprovação do plano; apreciação/aprovação da proposta orçamentária, plano de aplicação do fundo com definição dos critérios de partilha dos recursos, bem como também, normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam os serviços prestados pela rede socioassistencial dentro da assistência social, com definição dos padrões de qualidade de atendimento, e

estabelecimento dos critérios para o repasse de recursos financeiros (BRASIL, 2005b, p. 51-52).

Com base nos referenciais teóricos, reflete-se que os conselhos são os canais por onde passa não somente o exercício da participação popular de forma organizada frente às ações do Estado, mas também do controle social, por isso desenvolvem um papel relevante principalmente nesse período de pós-SUAS.

No entanto, podem refletir interesses contraditórios, sendo caracterizados por espaços de lutas, por propiciar o avanço da democratização das políticas sociais, permitindo visualizar as ações públicas e por disputas políticas, pois podem ser fisgados pelos conservadores políticos, que mantêm aquelas práticas clientelistas, do favor, sempre a favor de interesses particulares em detrimento do público. Isso é algo que sempre esteve presente na cultura brasileira, de forma mais explícita nos municípios (IAMAMOTO, 2009b, p. 361).

A PNAS diz que o controle social:

[...] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2005a, p. 51)

A perspectiva do controle social não é somente compreendida como conjunto de ações para controlar a aplicabilidade do dinheiro do orçamento público, mas também como:

[...] conjunto de ações de natureza sociopolítica e técnico-operativa, desenvolvido pela sociedade civil, com vistas a exercer influência sobre as ações governamentais. É um processo complexo que envolve três dimensões distintas e indissociáveis: a dimensão política, a dimensão técnica e a dimensão ética (CAMPOS, 2012, p. 262-263).

A participação da sociedade civil, assim como o controle social são os pilares estruturantes do SUAS, portanto o protagonismo dos usuários, conforme Campos (2012, p. 246 apud Demo, 2003, p. 39), “[...] consiste em “organizar-se politicamente para ir além da cidadania individual, atingindo o patamar coletivo”.

Concorda-se também, para completar esses elementos, que:

[...] está expresso no parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”. Desse modo, abrem-se os canais para interferência popular na vida pública, sobretudo nas políticas públicas, da concepção aos resultados. Sendo a assistência social reconhecida como política pública na referida Constituição, inevitavelmente sua essência pressuporá a participação (PINHEIRO; PAULA, 2012, p. 90).

Nesses termos, os processos participativos dos usuários, quanto à organização política, envolve a consolidação de espaços de poder o que permite a ampliação de suas visões de mundo, deixando a visão simplista do senso comum para atingir o patamar do senso crítico. Assim esses espaços participativos envolvem mudanças de ordem política, uma vez que neles há possibilidades de enfrentamentos das contradições e conflitos referentes às classes envolvidas (DINIZ, 2012, p. 295).

Todavia, reflete-se que o alcance do exercício da participação e controle popular na perspectiva da visão crítica e coletiva, são resultados, sobretudo, do envolvimento “de um processo de aprendizagem” (DINIZ, 2012, p. 303).

Em se tratando da gestão da informação, do monitoramento e da avaliação, a NOB/SUAS-2005, traz o seguinte:

[...] a gestão da informação tem como objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS, conforme as determinações dessa norma. Opera a gestão dos dados e dos fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes à produção, armazenamento, organização do SUAS com a disseminação de dado, por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo padrão nacional e eletrônico (BRASIL, 2005a, p. 120).

Para que essa gestão da informação seja alcançada, a sua forma de operacionalização se efetivará como a própria NOB/SUAS coloca nos “termos da REDE-SUAS (módulo 1)” (BRASIL, 2005a, p. 120).

Nesse sentido, a gestão deve ser apreendida como treino permanente por parte das instituições que, acima de tudo, devem estar comprometidas com as repercussões da política de assistência social ao longo de sua realização e implementação em todo o território nacional. Isso requer controle dos municípios e estados que são responsáveis pela ação, inclusive pela ação em redes que controlam a proteção social, de forma que a circulação das informações deva ser alcançada também pela população. E como já mencionado, num processo de conhecimento e aprendizado coletivo por parte de todos os envolvidos, a fim de que

o aprimoramento da política de assistência social seja efetivado. Por fim, que esses sistemas inovadores de tecnologia não sejam apenas implantados para controlar e agilizar a máquina estatal no âmbito federal. (BRASIL, 2005b, p. 57; CARVALHO, 2006, p. 129).

A contribuição do SUAS é notória para a Política de Assistência Social, mas, ao contrário, do disposto nas normativas, vivencia-se na realidade outras facetas, às quais foram explícitas na narrativa do “AS1”:

Quando nós vemos a questão da política nacional, da participação popular nas conferências, percebemos que muitos não sabem que existem as discussões, são pessoas, amigos de bairro, associação de bairros. E quando você chega às conferências, o órgão público já determina o direcionamento, lógico que vem de Brasília quais os eixos das discussões, mas a população não está preparada para essa discussão. (AS1).

O mesmo profissional ainda reflete, de forma pertinente, sobre as ações das conferências e pré-conferências no município, veja:

Nós não temos esse preparo, o órgão gestor não chama. Vou dar um exemplo das conferências e das pré-conferências: quando chegamos, já está discutido, nós não temos essa participação. E isso seria importante. Seria da minha competência, enquanto profissional, estar provocando essa discussão dentro dos atendimentos, mas cavar um espaço para essa discussão é muito difícil, só para algumas situações estar chamando esse município a entender o processo de transformação. (AS1).

O “AS1” trouxe pontos importantes a serem refletidos sobre a participação popular nas conferências visando o protagonismo dos usuários à medida que traz à tona a falta de entendimento da população a respeito das discussões e do preparo para que elas ocorram. E também para com os próprios profissionais que estão nas organizações sociais que sentem a falta desse preparo do órgão gestor que não os chama para o processo de participação nas discussões.

Realmente, a narrativa faz refletir criticamente que não adianta realizar conferências sem devido envolvimento de todos os atores sociais que nela tem interesse de participar. Os espaços para participação e discussões devem ser fomentados, desde o primeiro instante, de forma transparente para que, nas conferências municipais, a sociedade civil possa compreender e apreender os pontos que serão discutidos.

Abrir espaços para a participação popular, como já analisado e discutido, é sobretudo direito garantido em lei, mesmo que na realidade os espaços dos conselhos e das conferências sejam “boicotados” pelos interesses da administração pública. Nesse sentido, critica-se aqui a postura dos gestores municipais quanto à participação popular, e conseqüentemente na transparência da prestação do dinheiro público, bem como devolutiva do andamento das ações do SUAS, nas conferências municipais.

É fato que nem sempre (ou quase sempre), na realidade do nosso país, as leis não são garantidas quando aplicadas a prática, isto está relacionado à velha questão como já referido, entre um Brasil legal e um Brasil real. Nesse sentido, reflete-se que os profissionais envolvidos devem cobrar constantemente da gestão municipal para que os cidadãos tenham a efetiva garantia de participação. É notório que não há disponibilidade e tanto interesse por parte da gestão que os cidadãos possam realmente entender o que se passa nesses espaços coletivos e conquistem voz como protagonistas nas discussões e decisões da assistência social do município.

Por isso, reflete-se que a terceirização (não só ela) dos serviços públicos constitui um dos pontos favoráveis para que ações coletivas percam forças, que sejam fragilizadas. A terceirização juntamente com uma gestão pública que não demonstra “vontade” em garantir espaços de discussões coletivas, acaba por desarticular todos esses espaços. Isso repercute nos profissionais que atuam dentro dessa lógica da terceirização, os quais vivem sob a insegurança, fato que os leva a adotar uma postura de coação por temer o desemprego. Por essa razão, não entram em enfrentamentos diretos com a gestão municipal.

Acredita-se ainda que o medo pela perda do emprego faz com que o profissional aceite muitas situações, mesmo que não compartilhe delas, para manter a sua empregabilidade.

Essa é uma realidade que se faz presente, sendo um dos motivos que levam esses espaços a serem meras formalidades. Dessa maneira, a população continua sem entender de forma transparente e clara o funcionamento da política de assistência social, da qual fazem parte, sendo lesadas em seus direitos.

Para efeito da reflexão em torno das conferências municipais, a NOB/SUAS-2005 diz que “as conferências de Assistência Social são instâncias deliberativas com

atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social” (BRASIL, 2005a, p. 128).

Essa concepção sobre as conferências pode ser reforçada nas análises de Paula (2012), a qual “define que os espaços de articulação são espaços de participação aberta, com função propositiva, nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. São conselhos, uniões de conselhos, fóruns estaduais, regionais e municipais e associações comunitárias e de usuários” (PAULA, 2012, p. 148).

Por essas reflexões, concorda-se que:

As Conferências de Assistência Social são foros que oportunizam uma participação social mais representativa, por assegurarem às diferentes organizações da sociedade civil (entidades de assistência, de usuários e de trabalhadores) espaços para o debate, para a avaliação das ações governamentais e também para a definição de prioridades políticas direcionadas aos respectivos níveis de governo (CAMPOS, 2012, p. 250).

Outro aspecto importante encontra-se na postura e no perfil da população usuária desses serviços, bem como dos profissionais pesquisados, de como se aborda com a população a questão de seus direitos, de ter voz ativa e participativa nos espaços destinados para que sejam fomentadas as discussões sobre a política de assistência social. O “AS1” narra uma abordagem feita numa das reuniões junto aos usuários que participam do programa Social Alimenta, veja:

Na reunião de ontem, eu comecei a provocar uma discussão e busquei até que ponto eles conheciam as políticas nacionais, o SUAS, fui mediando e conversando com os grupos, perguntei se já tinha ouvido falar na Política Nacional da Assistência Social, o SUAS, eles responderam que não. Eu disse que seria interessante para eles conhecer, já que estão participando de projetos que estão dentro dessa política. Se nós não entendemos, não tem como cobrar, se nós não entendemos, não tem como exercer os nossos deveres, nem cobrar os nossos direitos. Eu percebi que existe essa carência de informação e, como as conferências já acontecem há anos no município, já deveria ter essa questão de conscientização da população, o que não existe, mas eu acredito que a existência desses grupos é o espaço para que as pessoas tragam as discussões para nós enquanto profissionais. (AS1).

Essa questão da participação da população nos espaços de forma mais consciente de seus direitos, também foi apontada pelo “AS4”:

Eu costumo dizer que a população com quem eu trabalho é bem pacata, tem poucos líderes, pouca participação, quando há conferências,

precisamos ir atrás de usuários para que estes participem. A maioria não comparece e você tenta lembrar de alguém que possa ir representá-la. Alguns vão, mas depois dizem que não entendem o que estavam fazendo ali. Eu acho isso muito triste. E referente ao meu trabalho, eu não tenho tempo para estar trabalhando isso. Nós nos sentimos um pouco incapazes de ver essa distância da população em reconhecer os seus direitos. Acho que ainda falta muita coisa referente à informação. Acho que tem que abrir mais espaço para a população ser orientada enquanto a essa política. Tem de ser trabalhada essa questão para que a população conheça e possa reivindicar os seus direitos. Mas tem de ser abertos espaços, pois um plantão de assistência social não é o suficiente. A questão da informação para a população é muito pouca. Tentamos, no atendimento do SOSAM, estar orientando, mas é um trabalho minucioso. Os munícipes geralmente agradecem com “Deus lhe pague” e, por essa fala, nós percebemos que eles não veem isso como direito. Agora, com todas essas mudanças que estão ocorrendo, nós escutamos deles falas como “eu vou rezar para que a cesta básica continue”. Dessa forma você nota que a questão de direitos está muito longe mesmo e que a procura ali é por recurso material, tanto que quando se menciona sobre reuniões, percebemos que é algo distante deles. Bem distante mesmo. (AS4).

A partir das narrativas do “AS1” e “AS4”, reflete-se que a questão da participação dos usuários continua distante das proposituras do SUAS, uma vez que a consciência de seus direitos, motivação para participar das discussões, clareza das informações, não os tem alcançado totalmente. Isso porque os serviços ofertados pela rede socioassistencial, que por sua vez apresentam fragilidades para se consolidar como serviços garantidores de proteção, têm contribuído para que não haja garantia de participação dos usuários.

As conferências municipais, por sua vez pouco, tem alçando *quórun* em relação a essa participação. Nesse sentido, questiona-se: será que as conferências, da forma como são organizadas no interior dos municípios pela gestão municipal, realmente visam obter as contribuições e avaliações da população usuária? As conferências são realizadas apenas como obrigação, ou seja, como mera burocracia objetivando o cumprimento de regras estabelecidas para se dizer que a gestão está cumprindo as leis?

Contudo, cabe explicitar que as Conferências são fundamentais para o exercício do Controle Social, na medida em que permitem o envolvimento da sociedade no processo de decisão da Política, com a possibilidade de “criação de pautas políticas e de uma agenda de prioridades que irão influenciar a política pública” (CICONELLO, 2008, p. 6), as quais devem ser monitoradas em diversos espaços públicos, sobretudo nos conselhos.

Nesse sentido, aponta-se a responsabilidade e o compromisso dos profissionais que atuam na área, seja no poder público ou nas organizações sociais, na direção da participação qualificada nos espaços públicos, ou seja, o trabalho de organização da população com vistas à reivindicação de seus direitos como o controle sobre as políticas públicas.

A participação dos assistentes sociais dentro dos conselhos de políticas sociais, principalmente na esfera municipal, exige tanto capacitação teórica e técnica, quanto ético-política, uma vez que esses espaços nem sempre apresentam condições para visibilidade democrática. Geralmente se caracterizam como mero cumprimento formal para se acessar os recursos federais (RAICHELIS, 2009, p. 387).

Esses questionamentos são necessários em razão da ausência de informação, os usuários não se sentem motivados a participar, assim apontam para o gestor municipal a responsabilidade de articular, fomentar, informar aos profissionais e também aos usuários sobre o conteúdo que será trabalhado nas conferências municipais. Concorde-se que a gestão municipal tem o papel de organizar a partir do conselho municipal, à forma como ocorrerá à conferência dentro do município.

Porém, isso não significa que os profissionais à medida que percebam a falta de organização, bem como ausência de informações para repassar aos usuários, devam adotar uma postura acrítica, como se não fosse sua responsabilidade e compromisso ético-político propiciar também essas discussões.

Por isso, a:

[...] Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu planejamento e controle. Essas garantias se efetivam pela construção de seguranças sociais que operam por meio de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à proteção social e ao entendimento de necessidades da população usuária dessa política (YAZBEK; PAULA, 2013, p. 42-43).

Analisa-se que a “desresponsabilização” sentida nas falas dos profissionais não fortalece os mecanismos do controle social e da participação dentro dos espaços de discussões coletivas. Acredita-se que cada profissional atuante dentro do SUAS tem sua parcela de responsabilidade para que o mesmo seja efetivado.

E uma participação mais efetiva desses profissionais, independente da “boa vontade política” da gestão municipal, poderá propiciar o aprimoramento do Sistema em curso, do qual fazem parte, pois a construção das prerrogativas da PNAS/SUAS é de responsabilidade de todos os agentes envolvidos nele e por ele.

Nota-se que os assistentes sociais apresentam percepções acerca das dificuldades e lacunas na implementação da PNAS/SUAS, conhecimento sobre a nova política, as amarras que envolvem seus trabalhos, bem como conseguem apontar a falta de “vontade política” da gestão municipal. Ou seja, conseguem fazer uma leitura crítica sobre os entraves que inviabilizam a efetivação do novo sistema.

No entanto, a conscientização dos direitos, do exercício da cidadania daqueles que acessam os serviços socioassistenciais, depende muito da mudança de postura primeiramente dos próprios profissionais que a executam na linha de frente. Em outras palavras: deve-se colocar em prática as leituras que conseguem elaborar acerca das amarras de seu trabalho, para que os usuários, que necessitam acessar esses serviços, sejam atendidos em suas necessidades.

Nessa linha reflexiva, mesmo que as organizações sociais apresentem ainda traços e características conservadoras em relação à assistência social, acabam por sua vez contratando profissionais com visões mais progressistas. Isso gera embates fortes para esses profissionais em suas atuações interventivas, uma vez que, a todo tempo têm que fazer a mediação entre o conhecimento de sua formação e a visão equivocada ainda persistente nos espaços sócio-ocupacionais nos quais atuam.

Essas questões se colocam para os assistentes sociais, como um dos desafios atuais para a profissão, razão pela qual a defesa coletiva de um projeto ético-político é fundamental para garantir progressivamente posturas mais competentes e com compromisso para com as classes subalternas e para com os trabalhadores formais e informais da nossa sociedade. Portanto, ter compromisso com os trabalhadores, conhecer a realidade em suas contradições, apropriar-se criticamente dela a partir de teorias críticas que se sustentam na busca pela verdade da realidade, são elementos que permitem caracterizar a construção de um projeto profissional ético, político (mas não político partidário) crítico e progressista (MONTAÑO, 2006).

De outro lado, aquelas antigas posturas profissionais que combinam com ações assistencialistas somente reforçam as antigas visões sobre a Assistência Social, e nesses termos concorda-se que:

[...] o assistencialismo, por combinar caridade com os pobres e indiferença com os fatores causadores da pobreza, além de funcionar como estratégia de reprodução social das parcelas empobrecidas, reproduz também subalternidade social, pois o assistido, nessa modalidade de proteção social, não é reconhecido (e nem se reconhece) como sujeito de direitos e, por isso, não participa de uma “comunidade de semelhantes” [...] (CAMPOS, 2012, p. 258).

Portanto:

[...] é fundamental criar novas possibilidades de participação e intervenção coletiva dos usuários nas unidades públicas de proteção social, como os CRAS e CREAS, no âmbito dos serviços socioassistenciais que ali se realizam, definindo espaços e estratégias que fortalecem o seu protagonismo na avaliação das ações públicas e dos modos de gestão que o SUAS vêm adotando na dinâmica territorial (BRASIL, 2008b, p. 68).

Nessa direção, entende-se que enquanto a informação não for prioridade, não somente entre os profissionais e a gestão, mas principalmente desses para com os usuários, a mudança de visão desses últimos tidos como protagonistas dentro do SUAS não será alcançada, não porque os usuários são “pacatos”, mas porque ao longo da história da assistência social, esses sempre foram taxados como pobres, incapazes e por sua condição social, não tem o direito de reclamar seus direitos, lutar por melhores condições de atendimento. É justamente essa condição de subalternizados que a PNAS/SUAS pretende romper. “Assim sendo, a participação dos usuários precisa ser alargada para envolver a multiplicidade de espaços nos quais ocorrem relações e provisões de assistência social” (BRASIL, 2008a, p. 68).

Contudo, para isso, há que abrir e fomentar novas possibilidades de participação dentro dos territórios, indo:

[...] para além das formas instituídas, é preciso estimular novas modalidades de expressão individual e coletiva dos usuários, em espaços que sejam mais permeáveis e menos formalizados, capazes de constituírem canais mais diretos de ação popular (BRASIL, 2008a, p. 69).

E, para que isso ocorra, é de suma importância que todos os profissionais tanto da unidade pública quanto das organizações sociais, estejam cientes de seus papéis nesse processar. Entretanto, não serão em atendimentos corriqueiros, sobrecarregados de trabalhos, como exemplo da narrativa do “AS4”, que se fomentarão discussões de ordens complexas, como: papel da gestão pública municipal na condução da PNAS/SUAS, regulação entre esfera pública e a privada,

que vem envolvida de percalços por ser uma relação imbricada de controvérsias, a relação dos próprios usuários nesses processos e de suas participações nos espaços de direitos.

Desse modo, importa:

[...] dinamizar e democratizar a interlocução no âmbito da gestão do SUAS, irrigando o cotidiano dos serviços socioassistenciais com a presença fortalecida daqueles em nome dos quais a assistência social busca reconhecimento e legitimidade (BRASIL, 2008a, p. 69).

Nesta direção, importa ainda evidenciar que:

[...] os impactos e avanços na esfera pública somente serão possíveis pela articulação dos vários sujeitos e organizações governamentais e não governamentais, como os conselhos de direitos, tutelares e de gestão, os fóruns e órgãos de defesa dos direitos, o poder judiciário, o Ministério Público, as defensorias e ouvidorias públicas, em uma efetiva cruzada pela ampliação de direitos e da cultura pública democrática em nossa sociedade (RAICHELIS, 2009, p. 390).

Por fim, acredita-se que apesar do entraves de diferentes naturezas política, cultural, técnicas existentes que dificultam a implementação do SUAS, conforme trazidos pelas narrativas dos assistentes sociais, do qual foi possível discorrer as análises e reflexões, deve-se lutar pela sua efetivação nos termos da PNAS/NOB/SUAS, ainda que esse processo seja atravessado por contradições, sobretudo se consideramos que as políticas sociais tem sua razão na ordem do capital e, por isso, não tem o objetivo de suprir as desigualdades sociais em sua totalidade.

5.2. PRÁTICAS COMUNS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO E QUE RELAÇÕES GUARDAM COM O SUAS

Nesta segunda subseção, buscou-se compreender como os assistentes sociais das organizações sociais desenvolvem suas atividades cotidianas na jornada de trabalho de 30 horas semanais, tendo em conta as mudanças previstas no SUAS, com a Tipificação dos serviços socioassistenciais e a organização do trabalho em rede.

A aprovação da Tipificação dos serviços socioassistenciais¹² (que será tratada mais adiante) teve um impacto muito grande dentro dessas organizações que mantêm convênio com a gestão municipal, pois tiveram que se adequar as exigências legais, a fim de continuar existindo e prestando serviços.

Evidentemente que a iniciativa partiu do órgão gestor com a preocupação de buscar alternativas para resolver a questão dessas organizações, considerando a escassez de assistentes sociais concursados no quadro de funcionários públicos para execução de todos os serviços, bem como de atender aos padrões exigidos por esse novo modelo.

Desse modo, conhecer com mais profundidade a realidade de trabalho desses profissionais permite adentrar num campo, como já citado na subseção anterior, mesclado entre o público e o privado, e ainda verificar se as práticas desenvolvidas no âmbito das organizações são efetivadas em conformidade aos princípios e diretrizes do SUAS.

Portanto, essa subseção iniciará primeiramente resgatando o papel das organizações sociais dentro da sociedade brasileira, passando pelas leis que foram abrindo novos olhares até se chegar à aprovação da PNAS/SUAS, focando especificamente a partir da certificação das entidades dentro do novo papel do Conselho Nacional de Assistência Social.

A assistência social historicamente teve sua marca na solidariedade social, na filantropia (palavra originária do grego: *philos* que significa amor e *antropos* que significa homem). Dessa forma, relaciona-se ao amor do homem pelo ser humano, pela humanidade (MESTRINER, 2012, p. 43). E, portanto, acaba sendo atribuído o sentido de caridade e “reduzida à compaixão, benemerência, filantropia, isto é, a paradigmas morais e religiosos [...]” (SPOSATI, 2012, p. 30).

Nesse sentido, suas ações foram desenvolvidas ao longo de décadas:

[...] como doação de auxílios, revestida na forma de tutela, de benesse, de favor, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediatista que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira, já que opera de forma descontínua em situações pontuais. Sempre direcionada a segmentos da população que vivem sob o signo perverso da exclusão, não cumpre a perspectiva cidadã de ruptura da subalternidade (MESTRINER, 2012, p. 45).

¹² A Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social objetivou ordenar/padronizar as ofertas dos serviços socioassistenciais em todo o território nacional.

Esse conjunto de posturas altruístas privadas praticadas pela sociedade só reforça a dependência do cidadão e suas práticas de caráter temporário, emergencial, subsidiário, pontual, e nada contribuem para o alcance dos direitos. Ao contrário, caracteriza-se “como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações” (MESTRINER, 2012, p. 45).

Nessas condições, a assistência social, no campo das práticas privadas, não é entendida como responsabilidade e dever do Estado, uma vez que a ação desse (Estado) no campo das tradicionais entidades sociais é visto como uma intromissão (SPOSATI, 2012, p. 30). Por essa lógica, se distância de ser caracterizada como direito do cidadão, uma vez que “vigora a autorregulação da sociedade” (STUCHI, 2012, p. 167).

Reforça-se ainda, que:

[...] superar o paradigma funcional-positivista, que entende a assistência social como conjunto de ações assistenciais (listas), é tão necessário à gestão quanto à população em geral. Esse paradigma do atraso significa entender que ação assistencial não é objeto de política pública, mas sim elemento componente de qualquer ato humano coletivo voltado para supressão temporária de carências estruturais, exclusivamente motivado pela solidariedade. Nessa lógica, subtrai-se tanto o caráter público de política quanto sua necessidade de ser contínua e certa (Paula, 2012, p. 153).

Esse retrospecto elucidado como é concebida a assistência social no Brasil e a mudança de concepção ocorre por meio de avanços muito tímidos ao longo do tempo, por meio de leis, fruto de conquistas, sobretudo dos trabalhadores sociais.

A primeira grande regulação da assistência social no Brasil foi aprovada por meio do Decreto- Lei 525, em 1º de julho de 1938, o qual criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como órgão do Ministério da Educação e da Saúde. Todavia, sua função era subsidiária, de subvenção às organizações que prestavam amparo social.

Em 15 de outubro de 1942, por meio do Decreto- Lei 4.830, foi instituída a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sem finalidades econômicas, voltadas para organizações de “boa vontade”, marcadas pela presença de mulheres, as primeiras-damas, cujas ações eram atos de vontade e não direito dos cidadãos. A princípio, suas ações eram destinadas às famílias dos pracinhas e depois à grande massa das famílias não previdenciárias.

Em 1969, a LBA passa a ser uma fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, decorrente da Constituição de 1946, que traz dispositivos sobre a assistência aos desempregados, à maternidade, à infância e à adolescência.

Em 1º de maio de 1974, sob o comando do então presidente da república General Ernesto Geisel, a ditadura militar cria o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), estruturou a Secretaria de Assistência Social, à qual passou a formular a política de ataque à pobreza, com práticas setorizadas e com serviços, projetos e programas fragmentados e descontínuos. Evidencia-se que nos últimos três anos de governo militar houve a diminuição dos gastos sociais, queda real dos salários, aumento do desemprego e da pobreza. Sendo que essas questões consequentemente se deram pela restrição da capacidade governamental em apresentar respostas políticas que pudessem realmente atender às necessidades humanas básicas (STUCHI, 2012).

Evidencia-se ainda que no período de governo militar, de regime ditatorial, tem-se o agravamento da “questão social” decorrente de uma política de estagnação salarial (DAMASIO, 2009, p. 27).

As políticas sociais funcionavam como uma política de controle social, sendo elaboradas com base no caráter compensatório, a qual não se estendia a toda a população, promovendo-se desta forma as desigualdades sociais. Esse regime também não permitia espaços de lutas por direitos sociais gerando o esgotamento das mobilizações políticas, a população era reprimida e adotava-se medidas arbitrárias como: cassação dos direitos civis e políticos (DAMASIO, 2009, p. 25).

No campo econômico, a ditadura militar tinha como objetivo o desenvolvimento do país e com uma política de “modernização conservadora”, o Estado deixou de ser governo populista e passou a ser tecnocrático e centralizador, buscando apenas propiciar condições de crescimento da economia de mercado. Nesse período o país passou pela experimentação do chamado “milagre econômico” (DAMASIO, 2009, p. 26).

Enfim, em tal contexto como coloca Mota (2005):

O Estado militar-tecnocrático promove algumas mudanças no âmbito das políticas sociais, procurando *funcionalizar* essas demandas de acordo com o seu projeto político, por meio da *expansão seletiva* de alguns serviços sociais. Essa ampliação da cobertura dos programas sociais, em que se incluem as políticas de seguridade social respondeu, preponderadamente,

pela estratégia de *modernização autoritária* adotada pelos governos militares (MOTA, 2005, p. 137).

O período da ditadura militar guarda singularidades, uma vez que em certa medida provocou alguns avanços, entretanto, sob uma perspectiva conservadora, à qual não propiciou a institucionalização da cidadania (DAMASIO, 2009, p. 27). Somente com Constituição de 1988 que se inaugurou uma nova visão sobre a assistência social, elevando-a sob outro patamar. Com base nos artigos 203 e 204, especificamente, os quais trouxeram grandes alterações sobre a concepção de assistência social, bem como papel do Estado e direitos dos cidadãos dentro dessa política (STUCHI, 2012).

Contudo, não se pode deixar de refletir, como já mencionado anteriormente que mesmo com aprovação da Constituição, á qual afirma a assistência social como política pública do sistema de proteção social brasileiro, bem como o arcabouço de leis advindas a partir dela, não significou “a superação da concepção conservadora e uso histórico da assistência social no campo do assistencialismo, clientelismo e benemerência eleitoreira” (Lopes, 2006, p. 77), bem como conseguiu garantir o atendimento a quem dela necessitasse como algo reclamável e exigível.

A partir da aprovação da Lei 8.742, de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a regulamentação da proteção social se amplia também à segurança social através de “várias dimensões complementares” (LOPES, 2006, p. 77).

Dentre essas dimensões, a instituição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que era vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde, cuja função era de regular o relacionamento entre Estado e as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos - em substituição ao Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Mas a substituição do CNSS pelo CNAS não altera a tradicional manutenção do marco legal de regulação entre o Estado e as organizações filantrópicas. Vale registrar que foi por meio da tramitação da PL 3.021 de março de 2008, que fora sancionado a Lei 12.101 de novembro de 2009, que retira do CNAS a responsabilidade de conferir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), sendo que as isenções de impostos e contribuições sociais dessas foram regulamentadas pela Lei 8.212 de 1991, e o seu processo de concessão foi regulado pelo decreto 2.536 de 1998, que define o que são entidades beneficentes de assistência social as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos,

ainda determina as condições que a entidade deve atender para fazer *jus* ao Cebas (SPOSATI, 2012; MESTRINER, 2012; JACCOUD, 2012; COLIN, 2012).

Desse modo:

[...] com a aprovação da Lei 12.101, o procedimento da concessão das isenções tributárias limitou o papel do CNAS nesse processo. Os pedidos de concessão do Cebas passam a ser regulamentados por área e apresentados aos ministérios setoriais, que se encarregarão da avaliação e concessão do certificado (JACCOUD, 2012, p. 79).

Com a nova atuação do CNAS nas deliberações próprias da política de assistência social, aprova-se por meio do Decreto 6.308 de 14 de dezembro de 2007, a regulamentação do artigo 3º da Loas, que define entidades e organizações de assistência social como aquelas que prestam atendimento, assessoramento e atuam na defesa, efetivação, universalização e garantia de direitos, sem fins lucrativos, constituídas formal e de modo autônomo, com finalidade pública, que realizam de forma continuada, permanente, sistemática e planejado os serviços, programas e projetos de proteção social e de defesa de direitos socioassistenciais, conforme definido na Loas/PNAS/NOB-SUAS; além de “ter caráter suprapartidário e sem discriminação religiosa ou de qualquer outra natureza” (PAZ, 2012, p. 117).

Desse modo, essa nova normatização passa a representar um novo marco regulatório e a direcionar as redes socioassistenciais com vistas a ações conjuntas entre organismos do governo e da sociedade. Supera-se então, dessa forma, as várias terminologias presentes como: entidades beneficentes de assistência social, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, entidades não governamentais, passando a vigorar como entidades de assistência social de assessoramento e entidades de defesa e garantias de direito (MESTRINER, 2012; PAZ, 2012).

A definição legal sobre as entidades de assistência social tornou-se extremamente importante para a implementação do SUAS, bem como para o controle social, uma vez que elas passam a ter caráter público sobre os serviços prestados a sociedade. Esse marco jurídico também conferiu às entidades sua entrada na rede de serviços socioassistenciais na efetivação do SUAS, com clareza, qualidade dos serviços prestados de acordo com o que preconiza a PNAS. Nesse sentido, as entidades prestadoras de assistência social, ao serem incorporadas a PNAS, passam a ser cogestoras e corresponsáveis pela efetivação do SUAS, bem

como suas ações devem garantir os direitos dos usuários atendidos (BRASIL, 2005a, p. 47; PAZ, 2012, p. 115).

Sob essa perspectiva, o SUAS exige qualidade e padrão dos serviços prestados. Desse modo, o gestor municipal, para seguir tal prerrogativa, teve que repensar de que forma as organizações sociais de atendimento material, da rede de proteção social básica, iriam se enquadrar dentro do SUAS.

Assim, apresenta-se nessa seção as práticas dos profissionais no âmbito das organizações e quais relações guardam com o SUAS, bem como de que forma ocorreu tais exigências da padronização dos serviços e do impacto que isso gerou nos atendimentos e na realidade de trabalho.

Ainda evidencia-se que esse processo ocorreu dentro do município como um todo e, ao mesmo tempo, para todas as regionais, mas teve particularidades específicas em cada organização social, de acordo com a realidade territorial de cada entrevistado.

O entrevistado “AS1” contextualiza sua prática dentro da organização social e faz um resgate de como as suas vivências se relacionam com o SUAS:

O trabalho, hoje, que executamos, está de acordo com o SUAS, pois ele veio da prefeitura e é um trabalho sedimentado, está ali, existindo, quer ele esteja sendo bem realizado ou não, ele já existe, e o município de São José dos Campos vai atrás de atender todas as exigências e depois avalia como está acontecendo. Eu acredito que a entidade está fazendo, nós, enquanto equipe técnica, realizamos o trabalho de acordo com o SUAS. Essa parceria das entidades com a prefeitura, eu acredito que seja de fundamental importância, porque a obra social iniciou suas atividades com uma visão de assistencialismo, com uma visão de “estou fazendo, ganhei o terreno e estou construindo”. É errado? Não. Eles não tinham consciência. Eu cheguei na entidade em 2007 com convênio do órgão público, eu cheguei feliz e para mim era tudo muito lindo, então você vai conhecendo a entidade, vai trabalhando aos poucos, foi quando eu percebi que nem a diretoria sabia o papel dela, quase 20 anos depois da existência dessa entidade. Para mim, esse convênio traz essa chamada de discussão nessa entidade, porque ou ela permanece nesse convênio e começa a conhecer a assistência social, essa política, ou não. A equipe técnica exerce essa função de intermediar a diretoria, pois há muitas situações em que a prefeitura exige, não só a prefeitura, mas o conselho municipal exige o documento e a regularização de situações, e a diretoria não sabia disso. A equipe técnica foi o suporte. Essa parceria tem esse foco, esse lado importante, que é o de fazer com que as entidades também passem a ter uma visão assistencial. Eu encontrei, no começo, uma entidade que tinha uma boa vontade, mas hoje apenas boa vontade não adianta, porque pode cair na caridade de novo. A entidade não tinha nem conhecimento do que era assistência e o que ela fazia era muito importante, e de fato era, mas não tinha um atendimento sistematizado. E hoje eu percebo uma diretoria politizada, não totalmente, mas já sabe que existe uma política nacional, já sabe que existe conselho, sabe que existe a documentação e que aquele

terreno não é da igreja, sabe que aquele terreno é da obra social que foi doado pela prefeitura. E que sem a existência da obra social, sem a existência de um trabalho social, não pode existir aquele terreno, ou ele retornará para o órgão público. Eu fiquei feliz com esta questão. (AS1).

Este profissional traz uma contextualização sobre a forma como vem ocorrendo sua prática nesse processo da implementação do SUAS e se percebe em sua narrativa contradições e até mesmo equívocos existentes em alguns posicionamentos ao referir que sua prática está de acordo com o SUAS, uma vez que veio da prefeitura e está sedimentado. Coloca ainda que o trabalho existe na perspectiva do SUAS, mesmo não sendo bem realizado; que a prefeitura vai atrás para atender as exigências, depois avalia, no que tange a organização social, que o convênio é importante para que a organização social adquira um caráter assistencial e não assistencialista.

Outra questão observada diz respeito ao entendimento da obra social sobre a PNAS/SUAS, segundo a qual sua existência depende do entendimento sobre essa Política; que o espaço físico para o funcionamento da obra social se deu pela doação do terreno por parte da prefeitura, deixando claro que esse terreno não é da Igreja; e o convênio entre a entidade e a prefeitura caracteriza-se como um serviço terceirizado. Esse último elemento também aparece na fala do “AS3”, ao dizer sobre a questão do convênio: *“Os projetos que executamos hoje são todos da prefeitura. A prefeitura desenvolveu e nós, com a parceria, executamos esses projetos”* (AS3).

Assim, fica caracterizado que eles (entidade) *“só executam o serviço, pois os projetos já vêm da prefeitura”*.

Por essa tendência, reflete-se que quando o profissional está num plano de implementação de natureza somente executora, sua ação se prioriza num “patamar terminal de ação executiva” (NETTO, 1992, p. 70-71), como agentes que não pensam e planejam as políticas sociais.

Nesse sentido, observa-se que os profissionais se posicionam como subserviente em relação à prefeitura, talvez pelo fato de serem profissionais terceirizados, assim é como se não pudessem ir contra as imposições, nem manifestar quaisquer posicionamento contrário ao instituído pelo gestor.

O “AS2” traz o resgate histórico de como aconteceu no início quando a “obra” firma o convênio, veja:

Quando nós iniciamos o trabalho na obra com o convênio, nós fazíamos tudo sozinhos, não tínhamos retorno, trabalhávamos sozinhos e o número de atendimento era muito grande, pois eram muitos usuários que vinham e ainda vêm para o atendimento. Devido à mudança no antigo centro comunitário na prefeitura, que hoje nós chamamos de CRAS, o atendimento agora é outro: eles realizam o acompanhamento e nós atendemos com o que é conhecido por plantão social. A maior parte dos usuários é atendida por nós. Nós encaminhamos, quando há algum encaminhamento para a rede, mas muitas vezes não há retorno. A prefeitura de São José dos Campos trabalha com convênio com essa entidade, o que não deixa de ser um serviço terceirizado. A obra começou a trabalhar com esse convênio em 2010, foi à última entidade conveniada no município, até onde eu sei. No início, havia apenas o plantão. Devido às mudanças na Política Nacional, todos os municípios precisavam se adequar, a prefeitura terceirizou o serviço e hoje, nós temos dois projetos com os quais estamos trabalhando. (AS2).

A narrativa do “AS4” dimensiona a questão da mudança que ocorreu a partir da implantação do CRAS para atendimento de alguns bairros abrangidos pela organização social e como isso repercute em sua prática:

Em relação ao SUAS, quando acontece alguma situação de vulnerabilidade social que percebemos no atendimento, nós tentamos entrar em contato com a assistente social do território. Se realizamos alguma visita e notamos alguma situação, nós também temos esse contato. Questões de encaminhamento também abrangem famílias que não estão recebendo bolsa família por alguma questão escolar. Nós trabalhamos mais com a questão do encaminhamento, mas o usuário tem de ir até o CRAS. Essa abertura eu percebo em relação ao CRAS. Antigamente existiam os Centros Comunitários, mas eles não atendiam os nossos bairros. Hoje, eles já atendem, embora muitos usuários não saibam disso. Porque quando eles vêm até nós perguntando sobre programas sociais, nós não sabemos quando eles serão chamados. Sabemos que na unidade de referência há a assistente social do programa que pode estar orientando melhor o usuário. Mas, hoje, ele já tem a liberdade de estar indo até lá e não sairá sem atendimento, sabemos disso. Porém, poucos sabem. Nós temos de estar orientando mesmo. (AS4).

Sobre a implantação do CRAS, diz o “AS2” que houve mais abertura, que o atendimento do usuário é outro por conta dos encaminhamentos, que antes da vinda do CRAS os profissionais trabalhavam sozinhos, que não tinham retorno dos encaminhamentos nos antigos moldes de atendimento, porém verifica-se também que o mesmo profissional narra que ocorre o encaminhamento para a rede de serviços, mas não se tem o retorno desses.

Essas questões vêm ao encontro da narrativa do “AS4” ao referir abertura com o CRAS, ao encaminhar para este serviço famílias em situação de vulnerabilidade social. Todavia, um ponto frágil dessa construção é que nem todos os usuários sabem que podem ser atendidos no CRAS (que era o antigo Centro Comunitário),

principalmente quando se trata dos programas sociais, pois ainda é o profissional da organização social quem faz essa orientação.

Sobre essas questões levantadas a partir das narrativas, evidencia-se que a fragmentação da referência e contra-referência dos encaminhamentos está atrelada a questão da rede socioassistencial. Analisa-se, nas falas, que apesar dos profissionais terem uma leitura sobre a realidade da rede de serviços, ao mesmo tempo, como já colocado, apresentam “certa incoerência”, pois percebem que essa rede não está coesa, fortalecida, à medida que entre os profissionais não há interlocução que garanta a efetividade dos atendimentos e encaminhamentos, haja vista que o CRAS tem esse papel de articular a rede de serviços do seu território, no entanto, não fica evidente que isso esteja ocorrendo.

Ainda nessa perspectiva, observa-se que ora os profissionais argumentam que a implementação da PNAS/SUAS, através dos CRAS, vem ocorrendo e que houve melhora nos encaminhamentos, mais abertura da rede, ora apontam inúmeras falhas, havendo uma espécie de ações nebulosas, não definidas, evidenciando a ausência de uma construção em rede coletiva. Isso já foi pontuado no primeiro eixo, ou seja, que há lacunas na construção da rede socioassistencial nos termos da PNAS.

Nesse sentido, concorda-se que “o SUAS representa um avanço [... ao mesmo tempo] introduz enormes tensões na sua operacionalização” (CARVALHO, 2006, p. 125). Como já refletido e tratado, a história da Assistência Social no país, sempre teve um alcance restrito, convivendo com tensões por sua pesada herança, permanecendo com enormes dificuldades para se efetivar (BRASIL, 2008a, p. 17).

Essas tensões, de fato existem tendo em conta que, anteriormente ao SUAS, os serviços em rede eram dispersos, fragmentados e multiformes, mas com sua criação deveriam ter “uma normatização, organização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerando as particularidades regionais e locais” (MOTA; MARANHÃO; SITCVSKY, 2006, p. 170).

Ainda sob essa afirmativa, o SUAS introduz novos paradigmas sobre a rede de serviços, uma vez que redefine os serviços socioassistenciais como aqueles que “resultem em mudanças concretas nas condições de vida das pessoas e exigem

estrutura de funcionamento e qualificação dos trabalhadores responsáveis pela sua oferta” (BRASIL, 2008a, p. 50).

Ao atribuir aos serviços uma importante parte dentro do SUAS, é imprescindível “que estejam claramente definidos e especificados, em termos de natureza, conteúdos, tipologia, tamanho da cobertura e custo financeiro [...]” (BRASIL, 2008a, p. 50).

No entanto, o que ainda prevalece na realidade, são praticamente as mesmas ações antes da aprovação do SUAS, pois ao analisar as narrativas, observa-se que as ações em rede não são definidas entre os próprios profissionais e entre os profissionais e usuários dos serviços, somente acrescentou-se as tipologias e nomenclaturas para atender certa resolução.

O mais agravante desses embates consiste na falta de garantia de que os usuários desses serviços serão atendidos em suas necessidades e se os mesmos têm clareza sobre o papel do CRAS e da organização social dentro do território no qual é atendido. Nessa direção, pontua-se que a forma pela qual vem se dando a busca pela organização em rede não há como garantir direitos socioassistenciais.

Na perspectiva dessa análise, Yazbek (2008) afirma que:

[...] vivemos hoje na Assistência Social um momento decisivo para a sua concretização num patamar de prioridade como política pública de proteção social, direcionada à realização dos interesses das classes subalternizadas em nossa sociedade (YAZBEK, 2008, p. 97).

Ao incorporar as entidades prestadoras de assistência social como parte integrante do SUAS não apenas como prestadoras complementares dos serviços socioassistenciais, mas como cogestoras, por meio dos conselhos de assistência social e corresponsáveis pela luta na garantia dos direitos sociais aos usuários da assistência social (BRASIL, 2005b, p. 47; PAZ, 2012, p. 115), pressupõe-se que ao poder público cabe conferir esforços para que a rede de serviços dentro do município obtenha padrão e qualidade nos atendimentos e que sejam passíveis de avaliação (BRASIL, 2005b, p. 48).

E não é porque exista a parceria entre o poder público e privado que as ações devam ser feitas de outras formas; nesse sentido, concorda-se que:

[...] devem ser atribuídos conteúdo e forma pública aos serviços ofertados. Essas ações são Públicas porque: envolvem interesses coletivos; tem a

universalidade como perspectiva; tem a visibilidade pública: transparência; envolvem o controle social; envolvem a democratização e a participação dos seus usuários (YAZBEK, 2008, p. 98 apud RAICHELIS, 1998).

Por isso, conforme Sposati (2006):

[...] o SUAS não pode se constituir em uma rede mínima de proteção social. Se assim for ele não vai constituir a dimensão de proteção social não contributiva concernente à assistência social como política de seguridade social. Neste sentido a projeção da rede socioassistencial, seu dimensionamento, cobertura são fundamentais (SPOSATI, 2006, p. 112).

Essas reflexões apontam o quanto é importante que a rede de serviços socioassistenciais esteja fortalecida através do envolvimento e compromisso do gestor municipal, dos profissionais e da inclusão efetiva dos usuários nas discussões e decisões da Assistência Social de seu município. Todavia, nem sempre esses apontamentos são concretizados, pois ao contrário disso, temos um Estado que:

[...] vai continuar, assim, como historicamente, a subsidiar de modo precário a provisão das atenções sociais realizadas pelo setor privado, mostrando-se estar mais preocupado em sinalizar que vem realizando algo nessa área do que propriamente em modificar a realidade e assegurar direitos (MESTRINER, 2012, p. 54).

Nesse sentido, corrobora-se também com Sposati (2006, p. 100), ao explicitar “que a regulação do dever do Estado tem sido central nesse processo de implantação do SUAS. Todavia, a regulação dos direitos socioassistenciais não tem recebido a mesma presença e intensidade de regulação”.

As narrativas dos profissionais apontam equívocos, contradições de entendimento sobre a efetivação da PNAS/SUAS no âmbito da gestão municipal, à qual não apresentou mudanças significativas que pudessem permitir “[...] que as estratégias de intervenções locais caminhassem na direção de maior efetividade e democratização, quando numa maior aproximação e adequação às necessidades e demandas locais” (BRASIL, 2008b, p. 17), mesmo com o princípio da Descentralização Político-Administrativa.

O princípio da descentralização decorreu da Constituição de 1988 em seu artigo 204, como uma nova forma de gestão da política pública de assistência social. Sendo reafirmada na Loas pelo artigo 6º, e posteriormente na PNAS, que define que:

[...] as ações na área da assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidos por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas por diversos setores envolvidos na área (BRASIL, 2010, p. 10; 2005a, p. 43).

Pelo artigo 8º da Loas, também é reafirmado na PNAS, como outro princípio que rege a atuação autônoma dos agentes públicos na organização de seus serviços nesta política, conforme suas necessidades (YAZBEK, 2008, p. 114). Assim este artigo “estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios observados, os princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei, fixarão suas respectivas políticas de assistência social (BRASIL, 2010, p. 11; 2005a, p. 43).

Considerando essas leis como importantes formas de garantir a autonomia dos municípios na condução da política social local, na qual é dada maior ênfase e valorização nas características sociais de seus territórios, no poder local e na participação popular de forma que as necessidades possam ser tratadas numa ordem democrática, reflete-se que ao analisar as narrativas dos assistentes sociais aponta-se que mais uma vez, aparece a gestão municipal como responsável por não conduzir a política de assistência social numa perspectiva democrática.

A formulação e organização da rede de serviços por parte do gestor municipal apresentam maior preocupação em atender as exigências da nova ordem da política como foi colocado pelo “AS1”, ao referir que a prefeitura vai atrás para “atender as exigências” e não propriamente com a condição de vida dos usuários desses serviços. Nesse sentido, concorda-se com Carvalho (2006) quando diz que o SUAS, tal como foi projetado, apresenta dificuldades e restrições na sua implementação ao propor uma regulação voltada à padronização dos serviços socioassistenciais em todo território nacional.

Por isso, concorda-se que a padronização dos serviços socioassistenciais não favorece o pacto federativo da gestão voltada à autonomia entre as esferas de governo, fazendo com que sejam conquistados apenas a padronização das ações, sem efetividade do próprio sistema, além de regular e restringir o acesso aos serviços para a população dentro da proteção social (CARVALHO, 2006, p. 126-127).

Os apontamentos da autora supracitada se confirmam nas narrativas dos assistentes sociais ao referirem sobre a padronização dos serviços para atender a prerrogativas da PNAS/SUAS. Reflete-se que a padronização acaba não protegendo

os cidadãos que buscam por atendimentos dentro da rede socioassistencial, haja vista que as realidades brasileiras são diferentes, bem como as próprias realidades locais, portanto, não cabe uma padronização linear. Como exemplo disso, tem-se a realidade do município pesquisado que apresenta diversidades em suas regiões, portanto, a forma como vem ocorrendo à organização de sua rede socioassistencial, caracterizada por ações descontínuas, desarticuladas e fragmentadas, as particularidades locais não estão sendo levadas em consideração.

A descentralização, favorecendo a autonomia da gestão municipal, permite de certa forma que a mesma conduza a assistência social da forma como acredita ser o ideal, mas nem sempre esse ideal atende as necessidades dos usuários e permite trabalho adequado aos profissionais do SUAS.

Nesses termos, tem-se a restrição e redução de direitos, com ações pontuais e compensatórias, a exemplo do próprio trabalho desenvolvido pelas organizações sociais que, ao lado de entes federados (no caso o municipal), partilha, pela via da descentralização, a transferência de responsabilidades. Esta lógica é um componente fundamental da reforma, bem como dos rumos dados pelos organismos internacionais para a proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Desse modo:

[...] o desafio colocado para os assistentes sociais é compreender o significado político desse processo, pois se trata de um movimento que hipoteca o funcionamento da política de Assistência Social à existência das parcerias com o setor privado. Essas parcerias implicam na co-existência de duas lógicas distintas: a do setor público-estatal e a do setor privado, ainda que sem fins lucrativos. Aliás, como discorre Montañó (2002), este é um novo mecanismo presente na atual dinâmica das políticas sociais. Desta direção exige-se do profissional uma consciência crítica deste fenômeno, posto que dependerá da sua capacidade de articulação e negociação com os gestores municipais e das entidades sociais, a possibilidade de formação e organização da referida rede socioassistencial (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 175)

Diante dos apontamentos levantados, cabe lembrar que a questão público x privado realmente continua permeada por contradições, indefinições, equívocos, por não delimitar, esclarecer, qual é o real papel de cada uma dessas instituições na composição da rede socioassistencial. E aquele *mix das ações* nebulosas continua presente, estendendo-se aos próprios profissionais, uma vez que os mesmos não deixam claro se entendem que o município está implantando o SUAS, se este está

dando concretude à Política Pública de Assistência Social, ou está na contramão dessa Política.

Tendo em conta os posicionamentos dos profissionais, percebe-se que os mesmos se vêem apenas como repassadores de recursos, como executores de práticas rotineiras; por não participarem do planejamento da política. Nesse sentido, reflete-se que a forma como a gestão pública conduz a implementação da nova política, e que ao lado da terceirização dos serviços socioassistenciais, acabam levando os profissionais a não se sentirem “tão pertencentes” ao sistema e talvez isso seja um dos motivos que “neutralizam” seus posicionamentos frente à gestão.

Com isso, analisa-se que mesmo com a regulamentação do artigo 3º da Loas, o qual define o que são entidades e organizações sociais, presencia-se na realidade que esta regulamentação não tem alcançado representatividade na prática como novo marco regulatório, capaz de direcionar a formação da rede socioassistencial que juntas mobilizam esforços conjuntos com profissionalismo e conectividade capazes de superar o assistencialismo, por parte das instituições empregadoras, visto que esta “transforma (m) a “questão social” em “problemáticas” isoladas” (MONTAÑO, 2009, p. 106).

Cabe lembrar que no primeiro eixo, os profissionais referiram que esse Sistema foi implantado, mas não se efetivou, está inconcluso, fragmentado. Em outro momento aqui analisado, afirmam ao contrário. Entretanto, a realidade não é essa, na medida em que se tem uma rede de serviços socioassistenciais que não consegue garantir a interlocução entre os próprios profissionais.

Esse fato, dentre tantos outros, reflete no atendimento final do usuário desse serviço que fica sem resposta à sua necessidade e, conseqüentemente, não se efetiva a proteção social.

Nota-se, mais uma vez neste eixo, a ausência de uma perspectiva crítica desses profissionais em relação aos elementos apontados acerca da realidade de trabalho, de suas práticas cotidianas, pois a crítica simplista, no sentido de desabafo, não resolve os entraves da efetivação do SUAS, nem tão pouco propiciará melhorias das condições precárias no trabalho desenvolvido por esses profissionais.

Portanto, concorda-se com as colocações de Yazbek (2008, p. 118) “[...] que os profissionais devem superar a visão de que são viabilizadores de programas para a

de viabilizadores de direitos”, assim estende-se essa assertiva para os profissionais das organizações sociais.

Todavia, ainda reflete-se também que não basta propiciar alta qualidade técnica do trabalho [... dos assistentes sociais das organizações sociais], sem contudo [... conscientizá-los que é fundamental] politizar e dar visibilidade aos interesses dos usuários da assistência social, pois corre-se o risco de serem bons [... profissionais] despolidizados (YAZBEK, 2008, p. 129).

Por isso:

[...] criar e garantir novas interlocuções para implantar o SUAS como estratégia passou a ser uma ação cotidiana com duplo objetivo: a revisão sistemática dos processos político-administrativos existentes, com suas lacunas históricas e prejuízos incalculáveis à realização do direito à assistência social e, ao mesmo tempo, a formulação de um conjunto de ações e decisões que viabilizariam cumprir as orientações e diretrizes da base técnico-política para uma implementação sólida do SUAS, a ser coletivamente construído (LOPES, 2006, p. 84).

Por esse motivo, acredita-se que um posicionamento crítico acerca da realidade concreta do SUAS, deve envolver uma visão de totalidade, por essa visão analítica, Netto (2009, p. 690) ao referir sobre a totalidade concreta da sociedade burguesa em Marx, coloca que ela (a totalidade), é “de máxima complexidade, constituídas por totalidades de menor complexidade”. E completa: que “nenhuma dessas totalidades é “simples” - o que as distingue é o grau de complexidade [...]” (NETTO, 2009, p. 690).

Considerando essa visão analítica, reflete-se que o SUAS, como uma das totalidades dentro de um sistema político, econômico e social do Brasil (que é uma totalidade em maior grau de complexidade), apresenta outras totalidades como as organizações sociais (que fazem parte de sua composição), desse modo, o SUAS, está articulado tanto as totalidades de maior grau de complexidade (econômicas, políticas e sociais), quanto de menor grau de complexidade. Dessa forma ele é articulado, dinâmico e apresenta contradições e contínuas transformações, pelas relações que fazem suas mediações. Assim sendo, ainda sob a luz das análises de Netto (2009, p. 691), “a natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade”.

Nesse sentido, os assistentes sociais, ao fazerem uma leitura do SUAS como uma totalidade, não deve perder as particularidades existentes que se fazem parte

de seu processo histórico, e esses elementos devem estar ancorados em constantes estudos, discussões coletivas, e não isoladas. Isso propiciará articulação entre os profissionais que trabalham no SUAS e a qualificação de suas práticas.

Sobre essa última questão, acerca da busca do conhecimento, concorda-se que todo profissional:

[...] no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa [...] que pode se dá pela busca e acompanhamento dos] avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar o seu exercício profissional, qualificação que, como se sabe, é uma prescrição do nosso Código de Ética (NETTO, 2009, p. 693-694).

Por essa razão:

[...] ao abordarmos o peso do conhecimento da realidade como uma das principais mediações da ação profissional no SUAS, estamos já situando um dos desafios postos à profissão e à formação profissional: a capacidade de conhecer a realidade social sem sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais, posto que a multiplicidade das refrações da “questão social” invoca uma complexidade que não permite submetê-la aos modelos formal-abstratos de conhecimento e intervenção [...] (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 173)

Realizando um “diálogo” entre os autores, concorda-se com Montañó (2009), que:

[...] o profissional qualificado, comprometido e crítico não se conforma com demandas imediatistas e rotineiras. Ele procura ir além delas e desenvolver outro tipo de prática – que incorpore as demandas (do empregador), mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade) (MONTAÑO, 2009, p. 107).

Partindo das considerações dos referidos autores, reflete-se que a carência de uma leitura mais aprofundada do SUAS, recai no **não** entendimento de que a responsabilidade de sua efetivação, bem como a garantia dos direitos dos usuários, deva ser de responsabilidade de todos os atores sociais que trabalham nesse. Isso requer reconhecimento de que o fato das organizações sociais serem um serviço terceirizado/ conveniado à prefeitura, não isenta, seus profissionais, ao contrário, comprometem-nas, bem como os profissionais que lá desenvolvem seu trabalho, de

terem compromisso de lutar para que os direitos dos cidadãos sejam democratizados.

Para tanto, é importante que os profissionais tenham clareza de seu papel perante a instituição, a gestão municipal, o SUAS e também para além desses. É importante ter consciência do papel exercido pelas organizações sociais na lógica do sistema capitalista, pois mesmo que de forma indireta são representantes das forças hegemônicas.

Ao assumirem uma leitura mais elaborada e propositiva dentro das Organizações Sociais, não ficarão reduzidos a depositários de repasse de subsídios financeiros e/ou materiais como se não pudessem ser contrárias às normas estabelecidas pelo gestor municipal ou pelos seus empregadores, como se não houvesse necessidade de aprofundar, criticar, atualizar seus conhecimentos teóricos, não os restringindo apenas ao conhecimento instrumental ou setorial, para dar respostas às demandas que lhes são postas (MONTAÑO, 2009, p. 107).

É fato que “o gestor público da assistência social tem que exercer a responsabilidade de Estado” (SPOSATI, 2006, p. 99) e a condução deve ser mesmo dele como principal fomentador da efetivação do SUAS. Mas o que se analisa é que os assistentes sociais pertencentes a essas organizações sociais precisam se posicionar mais claramente em relação as suas práticas. Isso remete para a questão do *mix* entre público x privado que continua sendo tratada nos mesmos moldes de sua gênese, mesmo (como já citado anteriormente) com a consolidação de leis que buscam romper com essa perspectiva. Essa questão continua sendo um dos nós do SUAS, principalmente dentro dos municípios.

As narrativas que se seguem focam-se mais na forma como o município de São José dos Campos passou a se (re) organizar para implantar um modo de regulação entre a esfera pública e a esfera privada no âmbito do SUAS, não tem sido uma situação tranqüila, porque a rede de proteção social do município deve ser (re) organizada de acordo com a proteção social básica e especial (SILVA, 2011, p. 27-28). Portanto, os serviços ofertados devem estar em consonância com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, do CNAS que organiza os serviços por “níveis de complexidade do SUAS: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade” (BRASIL, 2009, p. 3).

Conforme colocado, os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade do SUAS, a partir da referida Resolução, se dividem em:

Proteção Social Básica - composta pelos seguintes serviços: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3) Serviço de proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas; **Proteção Social Especial** - dividida em Média e Alta Complexidades. Os serviços socioassistenciais de Média Complexidade são: 1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); 2) Serviço Especializado em Abordagem Social; 3) Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Os serviços socioassistenciais de Alta Complexidade são: 1) Serviço de Acolhimento Institucional; 2) Serviço de Acolhimento em República; 3) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 4) Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2009, p. 5-6, grifos da pesquisadora).

E, de acordo com esta resolução, “cada serviço socioassistencial deve manter ambiente físico, recursos humanos, recursos materiais e trabalho social compatíveis com o previsto nessa resolução, na perspectiva de atender às demandas e necessidades apresentadas pelos cidadãos” (SILVA, 2011, p.28).

Para adequar as organizações - que executam o SOSAM, cujo atendimento prestado a população é mais pontual - a Tipificação, a gestão municipal elaborou dois programas com caráter de acompanhamento familiar para descaracterizar um pouco aquele atendimento somente com repasse de recursos materiais.

Nesse sentido, foi analisada a adequação desses programas dentro das organizações sociais e que repercussão isso gerou para os assistentes sociais. Começar-se-á pelas narrativas dos pesquisados que abordam as lembranças de como foi o percurso (histórico) da implantação do programa Social Alimenta, uma vez que se deu de forma mais polêmica em decorrência de “mexer” com o recurso de cestas básicas, que historicamente e culturalmente atravessou o plantão social, depois o SOSAM, por ser o recurso mais solicitado pelos usuários:

Nós trabalhamos no plantão social e desde 2008 houve uma nova denominação em São José dos Campos, o SOSAM - Serviço de Orientação Social ao Apoio Material. Parece que o SOSAM não está previsto na tipificação. Do ano passado para cá, as entidades, assim como os departamentos da prefeitura na área do serviço social, já estavam sendo chamados para essa discussão e a questão da cesta básica saíria do papel e não existiria mais. De outubro para cá a prefeitura contratou uma equipe

de assistentes sociais para fazer um mapeamento das famílias que recebem o recurso da cesta básica para estarem participando de um novo programa que se intitula Social Alimenta. Esses profissionais chegaram até essas famílias através de um sistema informatizado da prefeitura, o SIAS. Eu acho que essa equipe contratada fez uma leitura do projeto e precisou sair às ruas para fazer cadastro dessas famílias dentro da casa e, para isso, receberam um “tablet” para o cadastramento dessas famílias na visita. Na medida em que essas famílias foram chegando, respondendo às convocações através das cartas, muitas não sabiam por que estavam ali. E o trabalho que já deveria ter sido anteriormente feito pelo órgão público, independentemente dele ter contratado uma equipe, nós tivemos de refazer. As pessoas estão participando e recebendo um cartão no valor de R\$70,00 por mês, sendo obrigatória sua participação nas oficinas. O objetivo do Social Alimenta é contribuir com a redução da insegurança alimentar, e isso está dentro do projeto da prefeitura; garantindo acesso regular à alimentação, em especial para as famílias em extrema situação de pobreza, dentro da tipificação. Hoje, uma das exigências do programa Social Alimenta é que um dos deveres da família é participar das oficinas que acontecem de 15 em 15 dias. Como eu já havia falado, a cesta básica não entra como benefício eventual, então a prefeitura de São José tira. A família passa pelo processo de indicação, cadastramento, espera a vaga e é habilitada. Habilitada, chega o cartão depois de 15 ou 20 dias, nós convocamos, entregamos o cartão e depois de 15 dias já acontece à primeira oficina. Mas o nutricionista, que é o profissional principal desse novo programa, não desmerecendo a nossa conduta, não foi contratado. (AS1).

Iniciar-se-á as reflexões e discussões sobre a questão da Tipificação que, como já elucidado, estabelece normas para o funcionamento dos serviços socioassistenciais da rede de proteção básica quanto especial. Assim, o município, teve que (re) pensar de que forma poderia enquadrar as organizações sociais nessa nova resolução como forma de atender as proposituras do SUAS. Até porque, romper com essas organizações implicaria numa problemática talvez maior por várias questões, sendo uma delas que a prefeitura não dispõe de um quadro de profissionais do serviço social para suprir as demandas atendidas pelas organizações conveniadas. E ao que parece não está disposta a realizar novos concursos públicos.

Destaca-se ainda a narrativa do “AS1” que, perante sua visão, coloca como foi conduzida a questão da relação da gestão municipal sobre a implementação dos projetos para tentar se adequar a Tipificação.

A prefeitura tem o interesse de se adequar às resoluções que vêm surgindo através da política e de toda discussão da NOB, porque eu acredito que existe prazo para esta implementação, esta ação. A prefeitura já preocupada em estar em ordem com a política nacional rápido já age. Surgiu a discussão sobre a tipificação determinar que as entidades conveniadas tivessem de ter um desses trabalhos para manter um convênio. E agora chegou uma notificação do conselho municipal dessa

necessidade de se ter uma dessas atividades de acordo com a tipificação, para continuar a licença desse convênio, senão ele seria encerrado em um prazo de um ou dois meses. O que existe é a necessidade de mudar esse processo de transformação devido à política, à tipificação. Existe a necessidade de mudança do programa x, então a prefeitura vem com o novo programa que será implantado, conforme adequação exigida dentro da NOB, Tipificação, enfim, a entidade é convocada, notificada e a partir de então o antigo programa não existe, vai passar a ser o novo ou, às vezes, muda-se só o nome para cumprir o que determina as resoluções. (AS1).

Prosseguindo com as narrativas, temos a contextualização do “AS2”:

A prefeitura implantou esse projeto para que, ao invés do repasse de cestas básicas ao municípe, as entidades pudessem estar acompanhando as famílias e executando um serviço que estivesse atrelado dentro da Política Nacional da Assistência. O objetivo do programa Social Alimenta é orientar as famílias, que estão dentro de uma situação de vulnerabilidade social, sobre a questão da reeducação alimentar. Há também o critério da renda salarial, essa renda não pode ultrapassar meio salário mínimo chegando até R\$70,00. Foi um período muito difícil quando nós começamos a implantar o programa, pois houve a questão política, um momento de transição no município. O projeto veio ao encontro com as mudanças e as entidades se sobrecarregaram com o serviço. O Programa Social Alimenta ainda está sendo implantado, estamos começando a atender as famílias, porém, devido à questão da transição da gestão anterior para a nova, houve outra mudança: o programa, por enquanto, ficará suspenso. O principal profissional desse projeto, que é a nutricionista, a prefeitura não poderá contratar. Então ficará tudo suspenso. Nós só realizaremos as reuniões sócio-educativas que condiz com o trabalho das assistentes sociais e com a abordagem das famílias. Então tudo voltou a ser como era antes, as cestas básicas retornaram para as entidades. Com isso, nós, assistentes sociais da entidade, sofremos um impacto muito grande, porque vem de encontro à falta de informação: uma hora é para você atender, outra hora não é para você atender; uma hora terá o recurso, outra hora não terá. E o mais agravante, não está dentro da tipificação. Acaba sendo um jogo: uma hora nós atendemos outra hora não. (AS2).

A fim de fornecer maior esclarecimento sobre o programa Social Alimenta, a prefeitura do município em questão realizou a contratação de assistentes sociais, os quais realizaram visitas domiciliares para as famílias atendidas no SOSAM, que tiveram mais de três repasses de cestas básicas anual.

Como foi apontado nas narrativas do “AS1” e “AS2”, esses profissionais tiveram acesso ao Sistema Informatizado da Assistência Social (SIAS)¹³, através de um “*tablet*”, que permitiu o registro dessa visita domiciliar e da avaliação da permanência ou não da pessoa no Social Alimenta.

¹³ SIAS- é um sistema no qual se faz o registro dos atendimentos dos usuários dos serviços socioassistenciais do município. Esse sistema substitui os antigos prontuários de papel onde eram anotados os atendimentos.

É notório, que a maneira pela qual o gestor municipal se organizou para atender a Tipificação e adequar as organizações sociais a esta resolução fortaleceu mais ainda a transferência de responsabilidades dos serviços socioassistenciais a essas organizações, esvaziando sua potencialidade de gestor público da Assistência Social (SILVA, 2012, p. 184). Mais uma vez, recorreu à terceirização para dar conta de questões complexas, no caso do atendimento dos usuários dos serviços dos SOSAM, que receberam a visita domiciliar de outros profissionais para avaliar sua condição socioeconômica e decidir quem iria ou não ser inserido no social alimenta.

Uma questão a ser analisada a partir das últimas narrativas diz respeito á falta de objetivo e estrutura do trabalho em grupo com as famílias, sendo defendido que esse trabalho não deveria ser tratado dentro das organizações sociais; nem do tratamento dado à questão da segurança alimentar, do profissional da nutrição que não foi contratado para direcionar o trabalho em grupo e tratar de questões referentes à alimentação, sendo atribuições específicas dessa área.

A narrativa que segue é do “AS3”, que também apresentou praticamente as mesmas questões trazidas pelos “AS1” e “AS2”, veja:

Há o Social Alimenta, nós começamos a executá-lo em dezembro. Foram realizadas visitas no ano passado, de julho a setembro, por uma empresa contratada pela prefeitura para verificar essa questão da alimentação e da segurança alimentar. Em dezembro, nós recebemos a primeira listagem para a realização da avaliação dessas famílias e para serem incluídas no programa. A proposta é educação alimentar. A proposta da educação alimentar está no Ministério do Trabalho, mas não sei se há relação com a Assistência. Eu acredito que não. Teria de se relacionar com a saúde ou com outra área, não sei se teria relação com a nossa. Mas, como nós, enquanto entidade, precisamos ter a inscrição municipal e como o plantão social unicamente não estava sendo classificado como um serviço dentro da tipificação, houve essa necessidade da elaboração de um novo programa, na questão do SUAS: o Social Alimenta. Não sei se há muita relação com a política de assistência. A maior dificuldade que estamos tendo é em relação à contratação de profissionais para estarem trabalhando conosco. Por enquanto, não tivemos nenhuma resposta sobre a contratação da nutricionista, pois esse é o objetivo do programa: educação alimentar. E esperamos poder contratar outro profissional, uma psicóloga, para estar trabalhando conosco. (AS3).

O “AS4” apresentou dados bem relevantes, porque trouxe um pouco de seus sentimentos, e ainda da população atendida, ao contextualizar sua prática, bem como as modificações que ocorreram a partir do programa Social Alimenta.

Hoje nós fazemos o atendimento com os recursos materiais do SOSAM, que é a maior procura. Nós temos atendimentos para cesta básica, óculos,

fotos para documentação, vale transporte para questões de saúde, encaminhamentos, programa sociais, bolsa família, bolsa auxílio qualificação, renda mínima. Muitos retornam para saber sobre indicações, sobre vagas. A procura é diária, algumas vezes a cesta básica acaba, mas mesmo assim ficam os atendimentos para o cadastro do SIAS. É preciso atualizar esse cadastro para depois atualizar o bolsa família. Algumas vezes há apenas o bloqueio do bolsa família e o município vai até nós para que atualizemos esse cadastro. Nós o encaminhamos para o setor responsável. Essas são as maiores procuras hoje. Nós fazemos o atendimento do SOSAM, a maioria procura mesmo o recurso, o atendimento emergencial. Nós sabemos que poucos têm conhecimento da existência do CRAS, a maioria que eu atendo vai ali por conta de recursos materiais. Hoje, no Social Alimenta, 61 famílias estão inseridas, divididas em grupos. Mas notamos que está tudo muito incerto. As pessoas receberam esse cartão, utilizaram e depois recebemos a notícia de que ele não seria mais necessário e que retornaria a cesta básica. Sobre o Social Alimenta, eu acredito que é a grande mudança que está afetando a população. Temos visto muitas pessoas que perguntam na recepção se a cesta básica vai acabar. É uma preocupação da maioria. A busca pelas cestas básicas está maior, a preocupação das pessoas também. Algumas famílias já estão inseridas no Social Alimenta. Elas receberam as visitas, nós recebemos a listagem com essas famílias e já iniciamos esse trabalho nesse programa. Já foram realizadas algumas reuniões e algumas famílias já receberam os cartões. E, nas reuniões, temos uma fala e depois acontece outra. Não sei se é o processo de implantação, mas cada dia nós recebemos uma notícia e temos que repassá-la aos usuários. Então nas próprias reuniões, seja informativa ou sócio-educativa, nós informamos que hoje é essa situação, mas pode ser que hajam mudanças. A população troca muita informação e se sente insegura. Quem está dentro do Social Alimenta está inseguro, até mesmo quem não está inserido fica com esse receio. Eles se questionam sobre o caso de não receberem o cartão, se ficarão sem a cesta básica também. Outros dizem que só foi mudar o governo e já acabou a cesta básica. Nós também ficamos inseguros sobre o que falar. (AS4).

Já o “AS5”, trouxe outras questões, que se diferenciaram dos demais profissionais, notará que não contextualizou a implantação do programa Social Alimenta, sua narrativa deu mais significado aos programas de transferência de renda, veja:

Enquanto Sosam, que oferece apoio material e social, ou seja, prestamos serviços a comunidade que necessita, posso dizer que nossa maior demanda ainda é a transferência de renda: Renda Mínima, Renda Cidadã e Bolsa Família, acredito que isso ocorre por atendermos uma região com alto índice de vulnerabilidade social, e onde ainda prevalece uma parcela da população rural. Além do repasse de recursos como cestas básicas, e vales transportes, registramos muitos pedidos do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Esse benefício é solicitado tanto para idosos como para PCD's (pessoa com deficiência). A população idosa vem crescendo fortemente na nossa cidade, e estudo isso na pós que faço em Gerontologia, e na sua maioria esses idosos não dispõem de renda fixa. Por isso a grande procura pelo benefício na nossa Unidade. (AS5).

Como observado, os demais profissionais apresentaram uma contextualização mais detalhada, resgatando como foi o processo de implantação do programa Social

Alimenta nas suas respectivas áreas de abrangência com exceção do “AS5”. Embora este profissional não tenha contextualizado o programa social alimenta, isso não significa que sua fala não tenha sido relevante, ao contrário, significou outros elementos como os programas de transferência de renda e o BPC, sendo solicitações bastante procuradas pela população atendida em sua unidade

Evidencia-se que nesse processo de implantação do programa Social Alimenta, tem-se a adoção da (re) inclusão dos usuários nesses programas “mesmo que essa inclusão seja precária, focalista e fragmentada” (SILVA, 2012, p. 182). Mais uma vez, ocorreu o risco “de fragmentação da sociedade civil em múltiplas ações e movimentos que não conseguem articular-se em torno de projetos coletivos a serem confrontados e explicitados” (RAICHELIS, 2009, p. 385), no qual os sujeitos são destituídos de fazer história (SILVA, 2012, p. 181).

E sobre o programa do Idoso no Domicílio (ID), os profissionais entrevistados contaram o seguinte processo desse movimento:

Em um processo muito rápido, a prefeitura apresenta o ID (Idoso no Domicílio) e nós então tínhamos convênio assegurado. Não houve o processo de discussão com as entidades em relação ao ID e havia a necessidade de uma atividade que fosse com o idoso ou crianças e adolescentes de acordo com o que a tipificação exigia para a proteção social básica. Com o surgimento do ID, nós estávamos salvos: a prefeitura, a entidade e os funcionários. É um programa social de acompanhamento interessante, mas uma das nossas atribuições é verificar a questão arquitetônica e eu não tenho um olhar de engenheiro, eu tenho um olhar de assistente social. Eu acredito nesse projeto, ele está dentro do SUAS e nós estamos executando, acompanhando, realizando as visitas. Eu acredito nesse trabalho que nós estamos fazendo, que veio da prefeitura, e estou feliz porque existe esse convênio com a prefeitura. Mas eu acredito que ainda tem de ter novos olhares sobre a reavaliação. Todo projeto tem de ter, nós estudamos isso, sabemos disso, você mapeia, você colhe dados, inicia e depois tem de haver a reavaliação, no caso do ID e do Social Alimenta que são os projetos novos. Mas eu ainda acho que existe essa carência de dispensar na equipe técnica e algumas situações que nós identificamos não são apenas sociais, era preciso ter também uma equipe com psicólogo. Nós não podemos entrar em outra área. Em alguns momentos, nós começamos a entrar em uma situação e depois percebemos que não é nossa área. (AS1).

O “AS2” fala do programa do ID e aponta algo importante sobre a rede com interface com a saúde.

Um deles é o ID (Idoso em Domicílio), que é o acompanhamento aos idosos acamados e beneficiados no BPC. Uma vez por semana, nós acompanhamos esses idosos em suas residências, acompanhamos essas famílias e avaliamos o que essa demanda precisa do atendimento da rede,

principalmente em relação à saúde, que é uma questão muito precária. (AS2).

Quanto ao ID, importa informar que a seleção dos idosos ocorreu primeiramente com os que já se encontravam em situação de acamados e principalmente que eram beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Ressalta-se que esses idosos já estavam inseridos num outro programa social da prefeitura, que tinha outro nome, porém seu foco maior é na situações de saúde. Com as mudanças, repensou-se na estrutura do mesmo, de forma que pudesse ser adaptada a assistência e incorporado para as organizações sociais do SOSAM.

Seguindo com as narrativas temos o “AS3”, que também menciona sobre a questão da interface com a saúde e na sequência do “AS4”, que apresenta uma grande questão que está relacionada á falta de informação quanto à divulgação do ID e não adesão das famílias ao programa.

A implantação do programa de proteção social básica que é o ID. Não sei se ele se enquadra nessa nova política, porque nós não estamos tendo uma visão tão positiva como a que está no projeto. Faz pouco tempo que começamos, mas estamos vendo que isso não está indo para frente. O ID é o acompanhamento domiciliar, nós realizamos visitas e se houver alguma dificuldade em acessar algum serviço da rede, nós tentamos encaminhar para o que for preciso na questão de saúde, algumas vezes o idoso é acamado, outras vezes falta médico e nós tentamos entrar em contato com a saúde para verificar essa situação. Houve um caso que atendemos em que a idosa era acamada e não tinha esse atendimento domiciliar, então nós entramos em contato com a unidade básica para que houvesse esse atendimento. Hoje, nós vimos que funcionou esse atendimento, a idosa está recebendo as visitas do médico, fazendo os exames. Isso foi um lado positivo. As outras visitas de acompanhamentos dos idosos, pelo que eu notei, continuam a mesma coisa desde quando se iniciou. Nós realizamos a visita e há vezes em que eles já recebem o atendimento da unidade básica. Não há muito que ser feito. Nós visitamos, vemos que os idosos estão sendo bem cuidados, que há uma cuidadora. (AS3).

Com essas mudanças que estão ocorrendo, nós temos o ID, que é o idoso no domicílio. Nós ainda estamos conhecendo o programa, duas vezes ao mês nós realizamos as visitas a essas famílias e aos idosos. A grande maioria não sabe quando surge um novo programa e por isso não tem tido procura pelo ID. Nós chegamos a ter idosos que seriam inseridos, mas a família não aceitou. Então estamos trabalhando com as três situações: o Social Alimenta, o ID e o SOSAM. E é dessa forma que vamos trabalhando. (AS4).

A partir das narrativas foi possível constatar como se deu a justificativa pelo caráter de acompanhamento das organizações sociais de forma que não corresse

o risco de perder o convênio, como dito pelo “AS1”, que estavam salvos por ter esses projetos.

Pode-se dizer que embora tenham sido implantados dois projetos sociais para “justificar” a existência das organizações sociais e manter o convênio, essa implantação não apresentou contribuições para o trabalho desenvolvido pelos profissionais, nem para os usuários desses serviços, à medida que estabeleceu critérios mais rigorosos de seletividade por meio da renda per capita, “peneirando” ainda mais o atendimento daqueles que já vinham de um processo de atendimento pontual, residual nos moldes do SOSAM, com repasse trimestral de cesta básica.

De acordo com Alencar (2009):

[... a] ampliação desses programas sociais de corte assistencialista, predomina o aprofundamento de tendências históricas do sistema de proteção social brasileiro [... que hoje ao lado] da descentralização e municipalização das ações, têm conduzido, muitas vezes, ao desmonte dos programas tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria do país (ALENCAR, 2009, p. 455).

Pode-se ainda destacar outras falhas do Programa como apontado pelo “AS2”:

A entidade onde trabalho não possui recursos tão próprios para estar fornecendo embasamento para as assistentes sociais. Vou dar um exemplo, nós não possuímos carro próprio para estar realizando as visitas. Com a verba repassada da prefeitura, a administração da entidade contrata um táxi para as assistentes sociais realizarem as visitas do ID, no caso, toda sexta-feira. (AS2).

A falta de suporte para trabalhar, pela ausência do carro para realização das visitas domiciliares aos idosos do projeto do ID; imposição de avaliação que não são específicas do assistente social, pela ausência de arquitetos e psicólogos necessários para o projeto do ID; acúmulo e sobrecarga de trabalho, precarização, não favorecem a prática desses profissionais de maneira mais reflexiva sobre o que fazem, pois são engolidos pelas metas, cobranças, padrões de exigências estabelecidos pelo gestor municipal, sem contar na demanda de atendimentos.

Sobre essa questão, destaca-se a narrativa do “AS2”.

Foi um momento de sobrecarga para a entidade, uma vez que não tínhamos tantos profissionais do serviço social para trabalhar com o convênio firmado. Na entidade onde eu trabalho, há três assistentes sociais atendendo 67 bairros de abrangência, dentro desses bairros, várias famílias foram chamadas para o Social Alimenta. Com isso, o plantão não podia

parar e a prefeitura foi gradativamente diminuindo esse recurso para não dar um impacto no município. O nosso serviço acaba sendo massacrado. Nós acabamos não tendo qualidade no atendimento. Desde que foi implantado o Social Alimenta, nós paramos com o ID por questão de tempo.

Outro elemento importante nessa justificativa do convênio com as organizações sociais é que esses dois projetos deveriam estar dentro do CRAS, uma vez que a própria Tipificação trata de acompanhamento de grupo ou domiciliar por esse órgão. Para elucidar tal análise, traz-se a descrição da própria Resolução:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, p. 6).

Esta Resolução ainda ressalta que as ações com as famílias neste serviço (PAIF), não devem ter caráter terapêutico, e sim foco na promoção de espaços com troca de informações, experiências, dificuldades e possibilidades de reconhecimento, relacionadas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências. Os atendimentos as famílias devem ser gratuitos com base nos princípios da universalidade e cabe de forma exclusiva à esfera estatal sua implementação, sendo necessariamente ofertado no CRAS (BRASIL, 2009, p. 6).

Levando em consideração a tipificação, analisa-se e reflete que o SOSAM, não tem condições de assumir essa demanda, que exige uma estrutura com ampliação e adequação de recursos econômicos, físicos e humanos.

Diante das condições de trabalho e da prática desenvolvida a partir das falas dos profissionais, reflete-se em Torres (2005) que: “a prática do assistente social é complexa e requer fundamentação teórico-metodológica-ética e política” (TORRES, 2005, p. 192).

Buscar conhecimento sobre a sua realidade de trabalho na sociedade capitalista, fazendo uma conexão com a Política de Assistência Social, exige conforme Montaño (2009):

[...] um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona, que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde

imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. Desde a demanda até a resposta, este profissional interpõe reflexão crítica, análise de realidade, organização e/ou participação dos usuários (MONTAÑO, 2009, p. 107).

Contudo, dada a ênfase da Política na pobreza absoluta, a demanda das instituições, principalmente no campo privado, exige cada vez mais um profissional com perfil tecnicista que acaba fortalecendo as bases conservadoras da profissão (SILVA, 2012, p. 156).

Nessa perspectiva, as práticas somadas a conhecimentos escassos sobre a realidade e as condições de trabalhos precários acabam fortalecendo para que o poder de decisão do profissional seja restrito, além de favorecer a subordinação desses a organização e ao gestor municipal, esbarrando na sua autonomia para que seu trabalho possa ser desenvolvido, bem como nas condições que este trabalho se contextualiza (TORRES, 2005, p. 197).

Por essa razão, Netto (2009, p. 695) aponta questões muito importantes relacionadas ao trabalho profissional, como: desprender-se dos aspectos instrumentais imediatistas e operativos, para ir além da sua atividade cotidiana. Outra questão é apropriar-se do conhecimento existente de forma crítica, ter domínio sobre as modalidades de intervenção institucional e das instituições, ter conhecimento da instituição e/ou organização da qual faz parte, conhecer as formas e organizações de controle social e, por fim, do interesse e papel dos usuários, bem como dos sujeitos coletivos envolvidos.

Nesse “diálogo”, a autora Yamamoto (2009b, p. 352) coloca que o trabalho dos profissionais depende do recorte prévio das políticas que são definidas pelos empregadores, os quais estabelecem as demandas e prioridades que serão atendidos. Nesse sentido, os empregadores têm ingerência direta na definição do trabalho dos assistentes sociais, indo na contramão de sua autonomia integral.

Com base na realidade de trabalho dos profissionais das organizações sociais, pontua-se que, de forma imposta, eles estão à frente de vários projetos como forma de justificar a parceria público/privado por meio dos convênios e, sobretudo, de mascarar a ausência de um quadro de profissionais efetivos por parte do gestor público para a execução da Assistência Social dentro do município.

A respeito dessa questão da imposição de projetos por parte do gestor municipal, destacou-se uma fala do “AS1”, como exemplo. Veja:

Tenho até um pouco de receio de falar! (Deu uma pausa e pensou), mas eu vou falar! Existe o Programa Viva Leite do Estado de São Paulo, que tem toda a questão da parceria com os municípios, ele é de competência do órgão público, mas as entidades realizam a questão da avaliação, da indicação, os postos de entrega do leite para as famílias já inseridas são voluntários ou na própria entidade, porém isso é da competência do órgão público. O que aconteceu na nossa região de área de abrangência no caso do posto de entrega do leite, foi a divisão em dois postos de entrega para ficar mais próximo dos bairros das famílias, em um desses postos, a voluntária se desligou, então o órgão público quis que a entidade assumisse esse leite. Não por falta de interesse, mas nós não temos estrutura física e técnica para assumir isso, nós somos cinco técnicos e atendemos oito bairros de São José dos Campos, é complicado assumir a entrega de um programa que seria da competência do órgão público. Eles precisam verificar o espaço de entrega desse recurso, desse benefício, mas tentaram forçar, e a equipe técnica disse que nós não tínhamos condições de assumir e tivemos apoio da diretoria, da presidência. Isso nem sempre acontece nas entidades. Eu percebo que muitas entidades têm receio em dizer não para a prefeitura, talvez por medo de perder o convênio. O Viva Leite, nós não temos condições técnicas e nem de espaço físico para atender esse programa, mas se fosse outra entidade, ela pegaria, como muitas pegaram. Mas nós temos o apoio da diretoria e dissemos não, houve até um processo e a prefeitura não conseguiu, mas a fala do órgão público foi que infelizmente as famílias desses três bairros, inclusive um deles é uma das nossas maiores áreas de abrangência de atendimento, serão penalizadas e ficarão sem o recurso. Não existe a preocupação com a situação do município, mas sim com questões políticas. (AS1).

A narrativa deste profissional permite analisar que mesmo quando a organização social, por meio da avaliação de seus profissionais, se posiciona contrária a uma determinação, por deixar claro que não tem condições técnicas e físicas para assumir determinada frente, ainda assim a prefeitura tenta fazer com que se sintam responsáveis pelo não atendimento das famílias e que essas “serão penalizadas e ficarão sem o recurso”.

Sob essa lógica, a prefeitura, nas “entrelinhas” culpabiliza as organizações sociais pelo não atendimento dessas famílias em relação ao programa social. Essa questão remete a ausência do papel do Estado frente à direção da política de assistência social, ao passo que, quando algo não ocorre da forma como planejou, usa de outros artifícios para se isentar da sua falta de gerência. Ao final, quem mais sofre com essa perversa estrutura é a população chamada de “baixa renda”, ou seja, aquela que vive em condição de vulnerabilidade social, com dificuldades de acessar a rede de serviços socioassistenciais [...]” (TORRES, 2005, p. 196).

Através das narrativas, pontua-se que a falta de estrutura para dar continuidade nos programas sociais tem repercutido negativamente nas práticas desses profissionais. Pois mesmo com a tentativa de adequar as organizações

sociais aos novos rumos dados pela PNAS/SUAS, ainda vivencia-se formas muito escassas e precárias de trabalho. Sendo que a forma de financiamento tem contribuído para o agravamento do trabalho como colocado por alguns profissionais.

A questão da política é a mais preocupante! Se formos pensar, a Política Nacional da Assistência não é terceirização. Ela precisa ser pública, a gestão é quem precisa realizá-la, não nós. No final, o serviço fica todo conosco. Hoje, onde é o CRAS, é realizado outro tipo de acompanhamento, os assistentes sociais de lá não podem executar esse serviço, pois o serviço tem de ser de responsabilidade das entidades. O CRAS não pode “ajudar”, pois o serviço precisa ser feito por nós. A única ajuda será futuramente, quando terminarmos o maior impacto do Social Alimenta. Nós enviamos projetos para o ID, o SOSAM e o Social Alimenta. Porém, para o Social Alimenta, a verba não virá. Nós só receberemos verba para o SOSAM e para o ID. Tanto que a prefeitura suspenderá o projeto e teremos de trabalhar com o que temos. As reuniões com as famílias não foram iniciadas por causa da espera. Nós achávamos que a verba para o programa viria, mas agora sabemos que não receberemos e estaremos iniciando o processo de acompanhamento, no caso, as reuniões sócio-educativas com as famílias, nesse mês. Anteriormente, nós não conseguimos fazer nada por causa da inserção das famílias, foi tudo muito corrido. Não tivemos tempo para realizar as reuniões, por causa da verba. Isso gera gasto, é preciso chamar as famílias. Então estávamos aguardando. Mas, agora, nós começaremos independente de verba, pois a prefeitura já estipulou que precisamos fazer o que der. (AS2).

Houve mudanças em questões que não são da nossa área, como questões financeiras, nós pedimos recursos e, às vezes, não temos. Nós precisamos de meios para trabalhar, um espaço para reunião, o que também não temos. Dessa forma, trabalhamos com o que temos e o nosso trabalho não fica bem pensado. Essa é a impressão que eu tenho. (AS3).

Em relação ao financiamento da Assistência Social, a PNAS, a partir das reivindicações e deliberações da IV Conferência de Assistência Social de 2003, estabelece que a instância de financiamento passa a ser representada pelos fundos de Assistência Social e pelas três esferas de governo que, em razão da corresponsabilidade, através do Sistema Descentralizado/Participativo e juntamente com a proposta do SUAS, devem contar com aporte próprio e com a previsão de recursos para o financiamento da rede de serviços socioassistenciais.

“Portanto, tudo que está previsto na PNAS/2004, em termos de proteção, segurança, princípio, avaliação e financiamento, deve estar contido no SUAS de forma sistêmica e operacionalizável, de acordo com as especificações da NOB/2005” (Pereira, 2007, p. 77).

Com isso, o financiamento dos serviços, programas e projetos devem ser repassados automaticamente fundo a fundo, desde que sejam considerados

relevantes para o desenvolvimento dessa política em cada esfera de governo, “de acordo com os critérios de partilha e elegibilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios/regiões, pactuados nas Comissões e deliberados nos respectivos conselhos de assistência social” (BRASIL, 2005b, p. 49-50).

Nesta abordagem, devem realizar diagnósticos socioterritoriais, apontados pelo Sistema Nacional de Informações de Assistência Social, que compreende a Informação, Monitoramento e Avaliação (como ferramentas essenciais para a concretude da PNAS e efetivação do SUAS) que, junto dos conselhos de assistência social as instâncias de pactuação (Comissões Intergestoras Bipartites-CIBs e Comissões Intergestoras Tripartite-CIT) configurar-se-ão como importantes elementos para o mapeamento das necessidades, especificidades e diversidades de cada município e território (BRASIL, 2005b, p. 49-50).

A efetivação do financiamento e da gestão dos recursos, as ações, programas, projetos e benefícios, estão contidos na NOB/SUAS/2005, mas em decorrência das necessidades de inovações, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012, editou novas alterações, revogando as disposições da Resolução nº 130/2005. Assim, a NOB/SUAS 2012, coloca que as novas alterações fossem incorporadas pelos gestores no ano de 2013 (BRASIL, 2013, p. 1).

A título de complementação, segue a seguir o quadro comparativo elaborado pelo CNAS, das “provisões da norma atual em face da antiga” (BRASIL, 2013, p. 2), optando apenas pelo quadro do financiamento:

Quadro 1- Financiamento e Co-Financiamento

	NOB SUAS 2005	NOB SUAS 2012
Transferência dos Recursos	Adotou os Pisos de Proteção Social, definidos de acordo com o nível de Complexidade dos programas, projetos e serviços prestados, como forma de operar a transferência dos recursos para co-financiamento federal.	A estrutura de pisos foi mantida, entretanto, o co-financiamento federal dos serviços, programas e projetos poderá ser realizado por meio de Blocos de Financiamento, que correspondem ao conjunto de recursos destinados às ações socioassistenciais, devidamente tipificados e agrupados, e à sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O detalhamento da forma de aplicação dos repasses, dos critérios de partilha, da prestação de contas do co-financiamento dos serviços assistenciais regionalizados de média e alta complexidade e de outras questões afetas à sua operacionalização será objeto de ato normativo específico (artigo 56 e seguintes).
Piso de proteção Social Básica	Para o co-financiamento da Proteção Social Básica, definiu o Piso Básico Fixo e Piso Básico de Transição e Variável.	O co-financiamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Básica se dará por meio do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica. Foram mantidos os Pisos Básicos Fixo e Variável. Não fez previsão expressa ao de transição (artigo 63 a 65).
Piso de Proteção Social Especial	Para o co-financiamento da Proteção Social Especial definiu os Pisos Fixo e de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I e II.	O co-financiamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial se dará por meio do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial. Foram mantidos os Pisos de Média e Alta Complexidade, porém incluiu o Piso Variável de Média Complexidade e dividiu o Piso de Alta Complexidade em Fixo e Variável (artigos 66 a 71).
Incentivos Financeiros	Não fazia menção a incentivos financeiros à gestão Municipal do SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF, toda via em 2011 o Decreto n.º 7.636/2011 MDS, regulamentou o IGDSUAS-E e o IGDSUAS-M, como incentivos financeiros à gestão, e a lei n.º 10836 de janeiro de 2004 o IGD-PBF-E.	Na esfera municipal, o apoio à gestão descentralizada do SUAS e do PBF se dará por meio do Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS, do PBF e do Cadastro Único. Terão como componentes o Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS – M e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família – IGD PBF – M (artigos 72 e seguintes).

Fonte: CNAS, 2013.

Mesmo com as novas alterações que visam o aprimoramento do SUAS, é essencial que todo programa e projeto a ser implementado para elevar a proteção social aos cidadãos e compor a rede socioassistencial dentro do SUAS seja construído e planejado através do Plano de Ação do SUAS-WEB (Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro das Ações de Assistência Social), que inclui metas e repasses de recursos orçamentais em nível federal, do Plano Decenal – SUAS- Plano 10 (que inclui metas para a construção do SUAS), sendo uma importante referência para os planos municipais, estaduais e do Distrito Federal e, principalmente, do plano municipal como essencial instrumento de gestão tanto para discussões entre os governos e a sociedade civil quanto para o alcance da assistência social em seu nível local (BRASIL, 2008c, p. 15-16).

Os Planos de Assistência Social devem estar conectados e articulados com as prioridades colocadas por outros instrumentos legais de planejamento público como: Planos Plurianuais (PPAs), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis

Orçamentárias Anuais (LOA), nos três níveis de governo. Sendo que esses instrumentos devem ser complementados pela Lei 101/2000¹⁴ - Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2008c, p. 16).

Historicamente, o financiamento direto, por meio do fundo público em nosso país, não apresenta características progressivas no que se refere ao financiamento tributário e destinação de recursos. Com favorecimento a acumulação do capital financeiro, portador de juro, participa de forma indireta na reprodução deste, por meio de “[...] subsídios, negociação de títulos e garantias de condições de financiamento dos investimentos dos capitalistas [...]” (SALVADOR, 2010, p. 622), que são mais valia produzida pela força de trabalho, fonte de valor na sociedade capitalista (SALVADOR, 2010; ALENCAR; GRANEMANN, 2009).

Desse modo, o capital financeiro representado pelas instituições bancárias se apropria do fundo público quando realiza a intermediação do pagamento dos programas sociais de transferência de renda, o qual multiplica esse mesmo dinheiro, tornando-o capital. Essa é a lógica da função bancária financeira, no qual os juros representam a mais valia. Portanto, o fundo público desempenha um papel proeminente na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital, ao fazer o pagamento dos programas sociais de transferência de renda repassados as parcelas dos trabalhadores mais empobrecidas da sociedade (ALENCAR; GRANEMANN, 2009).

Por essas considerações, concorda-se com Salvador (2010, p. 617) que o fundo público, através do orçamento público no Brasil, é “financiado pelos mais pobres e trabalhadores e apropriado pelos mais ricos”.

Tendo em vista as novas propostas da PNAS, dentre elas que as organizações sociais compõem a “rede de proteção socioassistencial, [...] podem] então, receber o apoio técnico e financeiro do poder público para consecução de suas atividades, após processar adesão ao Suas” (COLIN, 2012, p. 202). Sendo que a forma de financiamento pode ser “direto, através dos fundos públicos, e o indireto, por meio das exonerações tributárias” (COLIN, 2012, p. 203). E esta última forma de

¹⁴ Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000- estabelece normas e finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título IV da Constituição Federal. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Lcp101.htm. Acesso em: 05 de abril de 2012.

financiamento, segundo a mesma autora, é instituída por meio de institutos jurídicos e classificadas da seguinte forma:

- a) imunidade - implica o impedimento da incidência da regra de tributação;
- b) isenção - dispensa o pagamento do tributo devido;
- c) remissão - indica o perdão da obrigatoriedade do pagamento do tributo;
- d) anistia - assegura o perdão da multa tributária;
- e) incentivos fiscais - dispõem os gastos governamentais indiretos de natureza tributária (COLIN, 2012, p. 203).

No contexto da mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças, as políticas sociais, numa relação indissociável com as políticas econômicas e financeiras, passam a operar em forma de mercadorias, decorrentes de sua privatização (terceirização) para as organizações sociais. “Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias” (IAMAMOTO, 2007, p. 206; 2009b, p. 366).

Essa tendência de compra e venda dos serviços sociais substitue os direitos de cidadanias que passam a vigorar pela lógica de direitos pertinentes a condição de consumidor. Nesse âmbito, encontra-se o assistente social que tem o significado de seu trabalho totalmente modificado, uma vez que os direitos e deveres voltam-se a operações de compra e venda (IAMAMOTO, 2007, p. 206; 2009b, p. 366).

Analisando que os vínculos empregatícios dos assistentes sociais se dão tanto na esfera pública quanto na privada, o sentido, o resultado e o significado social do trabalho técnico-profissional acabam sendo totalmente distintos, uma vez que é orientado por lógicas diferentes, de um lado tem-se o direito privado e do outro do direito público.

Considerando que as organizações sociais se inscrevem na compra e venda de mercadorias, pelos serviços sociais ofertados, não são alternativas ao sistema capitalista, nem ficam à margem da sua lógica e até do poder do Estado. Portanto, na nova estratégia hegemônica do capital, são integradas de forma funcional (MONTAÑO, 2005, p. 157).

A colocação da autora lamamoto, ao referir que os serviços sociais não se expressam como direitos pela questão da privatização vem ao encontro das narrativas do “AS2” e “AS3”, ao mencionarem sobre a escassez de financiamento para realização do trabalho junto às famílias dos projetos sociais. É notório, nesse processo, que os direitos universais dos cidadãos são subtraídos, tendo em conta a

maneira como se configuram esses novos projetos, ou seja, descontínuos e desconexos.

A não ingerência do gestor municipal na qualificação dos projetos mostra o quanto os serviços socioassistenciais da proteção social não vêm contribuindo para o enfrentamento das expressões da questão social. Expressões como: *“pois a prefeitura já estipulou que precisamos fazer o que der”* e *“dessa forma, trabalhamos com o que temos e o nosso trabalho não fica bem pensado”*, retratam as velhas formas de atendimento, desconsiderando todas as conquistas no campo da Assistência Social, uma vez que (como já referido em outros momentos desta dissertação), o resultado é a perda de direitos, a precarização das ofertas de serviços, bem como do trabalho interventivo do assistente social.

Essas reflexões se confirmam em Montaño (2005, p. 194) ao mostrar que “a retirada do Estado de sua responsabilidade social, [... deixa] amplos segmentos da população precariamente atendidos”.

E “a precarização/focalização/descentralização da atividade estatal e a paralela ampliação da atividade social (filantrópica ou mercantil), acaba por aprofundar e ampliar as desigualdades sociais [...]” (MONTAÑO, 2005, p. 194).

O pressuposto da descentralização dentro do SUAS supõe não apenas o repasse de novas responsabilidades para estados e municípios, mas também sua capacitação (financeira, gerencial, e recursos humanos e administrativos), no sentido de serem criadas condições objetivas para suas novas funções (BRASIL, 2008c, p. 24).

Nesse sentido, os planos são estratégicos para que, dentro da assistência social, a descentralização seja de fato democrática, todavia para que isto se efetive devem garantir o constante envolvimento das organizações sociais, principalmente da sociedade civil organizada nas representações e decisões (BRASIL, 2008c, p. 24).

Por outro lado, as ações na esfera municipal para efetivação do SUAS não podem se restringir a “boa vontade” de um ou outro governo. Pois se assim for, a implementação da PNAS/ SUAS e todas as demais normativas que lhe sustentam se modelarão, mediante aos interesses do gestor, de acordo com seu plano de governo.

Por isso, se faz urgente que os assistentes sociais, ao atuarem com o financiamento, tenham sua capacidade técnica não restrita à compreensão da lógica orçamentária, mas devem ter capacidade para negociar, articular, estabelecer alianças que priorizem a defesa do direito social, bem como dos recursos financeiros para a implementação dos programas e projetos (SILVA, 2012, p. 179-180). Isso faz parte do controle e participação democrática.

Outro ponto importante, que merece destaque, é que os assistentes sociais das organizações conveniadas ao governo municipal, ao vivenciarem formas tão intensas e complexas de precarização em suas práticas, desencadeiam sentimentos como: angústias, insegurança, frustração, como se confirma nas narrativas abaixo:

Nós temos um processo de participação durante algumas capacitações que existem e colocamos algumas **angústias**. Então, nós trazemos algumas angústias não só das necessidades da população local, mas dos entraves dentro da entidade que temos para discussão e percebemos que quando chegamos nessas reuniões para discutir os novos programas, as angústias das entidades são parecidas. Essas reuniões, depois que o programa já chegou, não tem efeito algum. (AS1)

Essas mudanças ocorreram e eu me recordo que todo mundo ficou **inseguro**. Se formos analisar, eu acho que está tudo um pouco perdido. A sensação que eu tenho é que preciso trabalhar cada dia. Minha colega assistente social me pergunta como as coisas serão e eu não tenho resposta nem de um lado nem de outro. Eu nunca vivi isso. Durante todo o tempo em que trabalhei na instituição, só agora que **estou sentindo isso**. Nós vamos trabalhando de forma **insegura**, porque quem dá a cara à tapa para os usuários somos nós. Quando eu penso no SUAS, nessa questão de território, de proteção à família, eu me questiono se a família está sendo protegida mesmo. Esse é o sentimento que tenho. (AS3).

Enquanto profissionais da área, a questão dos encaminhamentos e dos retornos/encaminhamentos muitas vezes nos **frustram** e isso acaba sendo repassado aos nossos usuários. (AS5).

Ao analisar as narrativas, percebe-se que os sentimentos desencadeados pelos profissionais pelas diversas situações enfrentadas certamente são resultados das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que também os afetam, principalmente aqueles que desenvolvem suas práticas por meio de contratos de trabalho estabelecidos por convênios. Isso gera uma dupla insegurança, tanto da organização social quanto (e principalmente) do profissional que sempre vivencia a incerteza da continuidade ou não do seu emprego. Assim posto, essa dinâmica da precarização e da flexibilização pela via da terceirização traz a insegurança do emprego, que vinculada às formas descontínuas, fragmentadas das políticas sociais

e agravam ainda mais as condições de trabalho dos que estão inseridos neste contexto.

A mercantilização das políticas sociais, conforme já discutido, mercantiliza também a força de trabalho do assistente social, impondo e impregnando condutas alienantes, uma vez que suas ações são submetidas aos poderes de seus empregadores, os quais determinam e estabelecem as demandas e prioridades que deverão ser atendidas (IAMAMOTO, 2007; 2009b). E a ingerência dos empregadores, gestores no trabalho dos assistentes sociais, esbarra na questão da (relativa) autonomia que dispõem e nas condições que desenrola e desenvolve seu trabalho (IAMAMOTO, 2007; 2009b; TORRES, 2005).

E, neste quadro, a destituição de valor do trabalho do assistente social não tem sido foco de atenção, e diante das condições e contradições dadas para que este se desenvolva, não alcançam “a totalidade da realidade social” (TORRES, 2005, p. 17).

Sob esse ponto de vista, tem-se como se apresentou neste eixo, que as narrativas dos assistentes sociais revelaram várias questões relacionadas à suas práticas no contexto das organizações sociais no processo da implementação do SUAS. E, por meio das narrativas, foi possível a realização das análises, reflexões e discussões constatando-se que esses profissionais conseguem sim pontuar as dificuldades e erros em torno das mudanças, especialmente no processo da implantação dos programas sociais ID e Social Alimenta, como forma de adequar às organizações nas quais desenvolvem suas práticas a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Todavia, sente-se a falta de uma leitura mais elaborada e aprofundada de conhecimentos que possam subsidiar suas ações interventivas, como forma de estratégias para não ficarem tão “vulneráveis” frente a gestão municipal e a sua forma de contratação, além de outros fatores que envolvem seu cotidiano de trabalho na sociedade regida sob a órbita da financeirização do capital.

Por fim, mesmo diante das condições adversas do trabalho dos assistentes sociais (terceirizados) e de suas práticas, corrobora-se com Raichelis (2011, p. 436) que:

[...] é através da organização coletiva que se criam as condições concretas para a resistência frente à violação de direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada.

5.3. DIFICULDADES E FACILIDADES ENFRENTADAS NO TRABALHO

Esta terceira e última subseção busca identificar, por meio das narrativas, as dificuldades e facilidades enfrentadas pelos assistentes sociais em seus cotidianos de trabalho nas organizações sociais.

Como visto nas subseções anteriores, as dificuldades foram de certa forma se mostrando ao longo desta dissertação, pois quando os profissionais relatam suas visões sobre a implementação da PNAS/SUAS e suas práticas dentro das organizações sociais, o fator dificuldade se mostrou evidentemente, considerando que o campo da Política de Assistência Social em nosso país, ao longo de seu processo histórico, foi marcado nos termos de Netto (1992) por suas “protoformas”, entre outros fatores que inviabilizam sua concretude no patamar da proteção social.

Com os novos rumos instituídos pela PNAS/SUAS, outros desafios vêm a tona para a profissão, principalmente no que se refere à transferência dos serviços sociais para as organizações sociais, como cogestoras e corresponsáveis na condução da própria política.

Mas, mesmo com todas intrincadas e complexas questões que envolvem a PNAS/ SUAS, considera-se que o trabalho do assistente social é um fator crucial no processar dessas leis e de suas implementações, sendo parte indissociável dessa política. Portanto, optou-se, nesta subseção, por meio dos pontos dificultadores e facilitadores, direcionar o foco das análises e discussões sobre o trabalho precarizado do assistente social dentro das organizações sociais, na efetivação do SUAS.

Como se estruturou nas subseções anteriores, antes de adentrar nas análises, será realizado um intróito retrospecto, passando pela mundialização do capital financeiro, trabalho dentro dessa órbita e, conseqüentemente, o trabalho do assistente social, especificamente na política pública de assistência social, pela via das organizações sociais. Por fim, trazer algumas reflexões acerca dos conceitos: flexibilização, precarização e terceirização.

No processo histórico mais recente (século XXI), o novo desenvolvimento do capitalismo em escala global, apresenta nova estrutura e novos elementos que se dão na transnacionalização da produção, na financeirização da economia, nas

mudanças ocorridas pelo grande salto do incremento tecnológico e científico (ANTUNES, 2010a, 2010b, 2004; ALENCAR; GRANEMANN, 2009; MOLINA, 2011).

Essas particularidades históricas do capitalismo no curso do cenário mundial levaram a uma nova reorganização da política e da economia (ancoradas nos princípios neoliberais), bem como na esfera da produção de bens e serviços e nos processos de regulação e reprodução social, repercutindo de forma generalizada numa ofensiva contra o trabalho e o trabalhador (ALENCAR; GRANEMANN, 2009; ALENCAR, 2009).

Nesse sentido, sob a lógica do capitalismo financeiro, o trabalho é afetado e passa ser marcado pela flexibilização, construção de consensos, controle, redução de postos formais e dos salários, informalização/descentralização (que gera vários tipos de terceirização), contrato temporário/parcial, trabalho domiciliar, desemprego estrutural devido a compressão do trabalho na área da indústria e de serviços, levando a uma verdadeira precarização do trabalho (ANTUNES, 2010a, 2010b, 2004; MOTA, 2009; ALENCAR; GRANEMANN, 2009; MOLINA, 2011).

Mas o que de fato se entende sobre a flexibilização, terceirização/subcontratação e conseqüentemente a precarização dentro da mundialização do capitalismo? Para entender o que significa de fato esses termos, que foram referenciados ao longo da dissertação, recorreu-se as autoras Thébaud-Mony e Druck.

Iniciando pelo termo flexibilização, as autoras vão dizer que no Brasil existem duas expressões que indicam, nas últimas décadas, as mudanças ocorridas no trabalho, sendo a flexibilização e flexibilidade. Essas expressões dentro de uma abordagem teórico-metodológica apresentam diferentes abordagens, mas alguns autores a tratam como sinônimos.

Assim, esclarecem que a flexibilização é apresentada nos diversos estudos como:

[...] instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos. Em geral, são apontadas como condições exigidas, impostas ou construídas por uma nova configuração em transição e essa é a diferença em relação ao uso do termo flexibilidade, que se refere a uma etapa ou situação já construída e estabelecida, seja no âmbito do processo/organização do trabalho, seja no quadro mais geral e sistêmico da economia e da sociedade capitalista (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p. 29, itálicos dos originais).

As autoras ainda complementam tais reflexões, dizendo que a concepção de flexibilização, adotada por elas, deve ser compreendida como processo que apresentam condicionantes macroeconômicos e sociais advindos da nova fase da mundialização do capitalismo, homogenizado pela esfera financeira, cuja suas fluidez e volatilidade que são características típicas dos mercados financeiros, além de repercutir na economia, também repercutem na sociedade como um todo, generalizando a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho [...] (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p. 29).

Em relação aos termos terceirização/subcontração, Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 27) vão considerar que são fenômenos mundiais que se generalizaram:

[...] para todas as atividades e tipos de trabalho na indústria, no comércio, nos serviços, no setor público e privado. Tal fenômeno se apresenta, entretanto, sob diferentes modalidades e diversas formas de regulação e legislação, expressando, centralmente, as condições objetivas e subjetivas que sintetizam as relações de forças em cada sociedade.

Já o termo precarização é:

[...] compreendido como processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central - e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, saúde (e de vida), dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical (Thébaud-Mony; Druck, 2007, p. 31).

Ao referir ainda sobre o termo precário dentro do trabalho, considera-se também o entendimento das autoras Cavalcante e Prêdes (2010, p. 3), onde:

[...] é importante, definir que na literatura o significado conceitual para o termo precário diz respeito a uma mudança, para pior, na qualidade das condições de trabalho, evidenciada no capitalismo [...]. Nesse sentido, o termo precarização se construiu a partir da realidade concreta das transformações contemporâneas no mundo do trabalho vivenciadas pelos trabalhadores, através das más condições de trabalho a que [...estão] submetidos, refletidas na ausência ou redução de direitos [... que fragiliza] acentuadamente a qualidade de vida do trabalhador (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p. 3).

Sobre a redução dos direitos trabalhistas e precarização do trabalho, Antunes (2010b, p. 634) também coloca que, devido às exigências do capitalismo global, tem-se o “desmonte da legislação trabalhista” (Ibid., p. 634), levando a flexibilização dessa legislação, o que leva ainda mais ao aumento dos mecanismos de exploração, destruindo os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

A partir de 1990, por conta da contrarreforma do Estado brasileiro (como já discutido na segunda subseção), nosso país inseriu-se de maneira “subalterna no processo da mundialização do capital” (ALVES, 2009, p. 190), o que intensificou ainda mais a degradação do mercado de trabalho, levando a classe trabalhadora à insegurança pelo desemprego (Ibid., p. 190).

Ao analisar o trabalho na era da globalização, reflete-se que são intensas as mutações no mundo do trabalho, haja vista pelo leque de tendências multiformes desse processo. Sendo uma delas, em especial, o desenvolvimento do terceiro setor, que assume cada vez mais várias formas alternativas de ocupação, dentre elas a do caráter assistencial (ANTUNES, 2004). Essa tendência, por sua vez, é decorrente da retração do Estado em dar respostas às questões sociais.

O campo da Política de Assistência Social, ao imprimir novos rumos, com a aprovação do SUAS, possibilitou aumento dos postos de trabalho para os assistentes sociais, tanto no setor público direto (via concursos públicos) quanto o indireto (via contratos, ou não temporários, pela via das entidades, instituições e organizações sociais das mais diversas finalidades), que são “parceiras” e “conveniadas” a gestão pública, principalmente na municipal, na qual ocorre de forma mais direta os serviços socioassistenciais.

A “constituição heterogênea desse quadro de profissionais” (RAICHELIS, 2010, p. 761), dentro da PNAS/SUAS, continua possibilitando as parcerias, mesmo que vislumbrando um outro *status* para as organizações sociais, ainda assim, os assistentes sociais desses espaços vivenciam condições de trabalho de maneira desvalorizada e precarizada igual a tantos trabalhadores, pela imposição do capitalismo financeiro globalizado. Essas questões se afirmam em Raichelis (2010, p. 758-759), a qual coloca que:

[...] essa dinâmica da precarização atinge também o trabalho do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de

horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualidade e capacitação profissional, entre outros.

Essa afirmativa da autora vem ao encontro das narrativas, para iniciar as análises e discussões pelo fator dificuldades.

Vou começar pelo que dificulta. Acho que o fato de você estar entre prefeitura e entidade já é um fato determinante para dificultar o trabalho. Não somente a ação, mas você enquanto profissional é funcionário contratado. Em alguns momentos, você responde o que a prefeitura quer, em outros, o que a entidade quer. Você tem de ficar entre os dois pólos: prefeitura e entidade. Para mim, há momentos muito difíceis. A prefeitura vem com uma fala e a entidade, às vezes, vem com outra. Então você tem de intermediar entre as duas e ter a maturidade de saber que você tem duas chefias. Embora eu saiba que eu tenha de responder pela prefeitura, eu sou contratado, eu sou pago com dinheiro público. Porém, quem me manda embora é a entidade. Uma dificuldade é o povo da comunidade da igreja católica, o povo das pastorais, que também utilizam o espaço em alguns momentos. Um fator de dificuldade importante de se falar é que com toda essa questão de mudança para certos atendimentos, você acaba ficando sem tempo. Ontem tive trabalho com a oficina, que dura de 1 hora á 1 hora e meia e chegaram dois atendimentos que eram de emergência. Ao mesmo tempo em que você tem de compilar os dados daquela oficina, você não pode mandar o munícipe embora e pedir para voltar amanhã. Porque a nossa política, o SUAS, tem essa questão da acolhida. Independente da existência do SUAS ou não, você, enquanto profissional, vê uma situação ali, em plena sexta-feira, às 16 horas. E quando surgem essas situações de emergência, você tem de atender. Acho que isso, lá na frente, tem de ser repensado, criado estratégia para deixar esses momentos para esses atendimentos. Ainda é uma dificuldade que se tem de pensar, pois chega uma hora que você está esgotado. (AS1).

Sobre as dificuldades, o cotidiano do trabalho não é fácil. Por sermos terceirização, nós prestamos serviço para a prefeitura e esses projetos precisam existir. Nós recebemos a verba da prefeitura e o contrato é renovado anualmente. Nós temos muitas dificuldades em questão de verba, em questão salarial dos assistentes sociais. Na medida do possível, nós damos o melhor enquanto assistentes sociais. Nós sabemos que há o compromisso ético, o compromisso com a população e, por isso, nós não podemos deixar de executar o serviço. Mesmo diante de tanta dificuldade. Por ser terceirização, houve uma dificuldade de aceitação, pois a política possui outra visão, concurso, não-terceirização. Não que a existência das entidades dentro da política esteja errada, mas sabemos que a tipificação dentro da política é outra, e que na prática, nem tudo funciona. A questão da comunicação ainda precisa ser muito desenvolvida, também dentro da entidade. Nós, que trabalhamos em ONG, temos dificuldade em entender o papel do assistente social dentro de uma organização. Ainda há a visão arcaica do Serviço Social como assistencialismo. Essa visão está muito enraizada, principalmente em algumas entidades de fins filantrópicos e religiosos. Então, há essa visão do assistencialismo, da ajuda. É preciso respeitar o nosso trabalho. Caso contrário, cairemos no assistencialismo que vemos muito forte nas entidades, não apenas onde trabalho, mas em outras entidades onde trabalham nossos colegas. (AS2).

As narrativas do “AS1” e “AS2” trouxeram elementos relevantes referentes às condições de trabalho nas quais se desenrola dentro das organizações sociais pela via da parceria e convênio com órgão gestor municipal.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à intrincada relação dessa parceria/convênio com este órgão, pois os profissionais tendem a responder para duas instituições de caráter distinto, prejudicando o objetivo do trabalho profissional.

Os profissionais, ao trazerem questões como: “*estar entre prefeitura e entidade é estar entre dois pólos*”, e isso tem que ser “*intermediado*”; “*as condições de trabalho e o fato de serem terceirizados*”, pois o contrato de trabalho é “*renovado a cada ano*”; a questão da “*terceirização gera não aceitação*”, uma vez que a PNAS/SUAS traz o enfoque do concurso público.

A legalização da precarização ocorre principalmente no âmbito municipal, pelas formas de contrato desses profissionais, ou seja, sem a realização de concursos públicos e a adoção de outras formas contratuais (ALENCAR; GRENEMANN, 2009, p. 168).

Silva (2012, p. 170) afirma que a tendência da terceirização no trabalho permite uma “ampliação da contratação temporária (observa-se que desde 1999 para cá poucas prefeituras tem realizado concursos público) além da terceirização de contratação realizada por entidades de assistência social”.

As PNAS/SUAS abriram possibilidades de trabalho para os assistentes sociais pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS aprovada em 13/12/2006, por meio da Resolução nº 269, que traz princípios e diretrizes, com ênfase nos concursos públicos para a gestão do trabalho no SUAS, conforme redação do seu princípio 5, e desprecarização do trabalho em seu princípio 8. Veja-se:

Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade de execução dos serviços (BRASIL, 2009, p. 15).

Logo, “a gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também: garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização” (BRASIL, 2009, p. 16).

Todavia, a mesma norma em sua parte introdutória aponta que:

Os princípios e diretrizes contidos na presente NOB/RH-SUAS têm por finalidade primordial estabelecer parâmetros gerais para a gestão do trabalho a ser implementada na área da Assistência Social, englobando todos os trabalhadores do SUAS, órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, inclusive quando se tratar de consórcios públicos e entidades e organizações de assistência social (BRASIL, 2009, p. 13).

Se evidencia nas normativas redações que, embora priorize a gestão pela via do concurso público, compreendido aqui como a forma mais transparente de contrato de trabalho; bem como garantias para que os trabalhadores do SUAS não vivenciem mais precarização do trabalho e fim da terceirização, ao mesmo tempo que todos os trabalhadores do SUAS devem ser englobados, inclusive das organizações de assistência social.

Considerando o processo lento para generalização de concursos públicos dentro das prefeituras, pensa-se que provavelmente essa realidade não se modifique em curto prazo. E ao pensar nas realidades das instâncias municipais, lembra-se o que mais se presencia são os convênios e parcerias, a exemplo do município de São José dos Campos.

Outra questão apresentada pela NOB-RH/SUAS, que deve ser exposta para complementar as análises, diz respeito às diretrizes para a gestão do trabalho, entre as quais destaca-se:

- conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS;
- vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;
- propor estímulo e valorização desses trabalhadores;
- uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnico-política desses agentes (BRASIL, 2009, p. 10).

A partir do destaque dado a essas diretrizes, analisa-se que os profissionais das organizações sociais são relegados a um plano secundário, mesmo fazendo parte da composição do quadro de profissionais dentro do SUAS.

Partindo do princípio de que todos os profissionais que compõem a rede socioassistencial devam ser envolvidos tanto na construção do SUAS como devem ser reconhecidos, é verificado que isso não ocorre para aqueles que são contratados

pela via dos convênios (terceirizados). Pois, como visto em momentos anteriores, esses profissionais não apresentaram em suas narrativas que são envolvidos em todas as ações municipais, exceto quando há necessidade de aumento de trabalho, nesse caso ocorrem algumas capacitações, conforme já foi mencionado pelo “AS1” no primeiro eixo dessa dissertação.

Como se firma na NOB-RH/SUAS, os profissionais devem ser estimulados, valorizados, de forma que suas qualificações sejam privilegiadas pela gestão, assim devem ser conhecidos para que suas expectativas sejam atendidas.

No entanto, a realidade dos profissionais das organizações se apresenta de forma bem diferente. Analisa-se que eles vivenciam, em suas praticas profissionais, um “isolamento”, porque de forma solitária trabalham sem um respaldo adequado diante da complexa realidade que se deparam cotidianamente em seus atendimentos.

Todavia, essas ambiguidades do SUAS convivem com diferentes formas de contratação como: os profissionais concursados, profissionais com contratos precários de trabalhos (desprovidos de direitos e com tempo pré-estabelecido), profissionais que são contratados pelas entidades sociais para atuar dentro do próprio espaço público e na entidade, mas que tem carteira assinada (SILVA, 2012, p. 170).

As narrativas que seguem, trazem à tona a questão dos salários e de um sindicato que possa representar os assistentes sociais que atuam nesses espaços sócio-ocupacionais:

As dificuldades são as condições de trabalho, esses programas novos, a não-contratação desses profissionais que deveriam estar no projeto. Essas são as maiores dificuldades; em relação ao SOSAM, as maiores dificuldades que enfrentamos durante os atendimentos, e também são relatos dos próprios usuários, é a questão do desemprego. O munícipe, algumas vezes, não tem uma qualificação profissional devido à baixa escolaridade e por isso não consegue um trabalho. Há também a questão da moradia, o munícipe não tem uma casa própria e precisa pagar aluguel. Tudo isso faz com que as pessoas fiquem dependentes do serviço da assistência. A questão profissional é o que eu vejo como mais difícil para nós no nosso dia-a-dia; seis horas, algumas vezes, não dá tempo de se fazer tudo o que precisa. Algumas vezes há a necessidade de ficarmos um pouco mais; no olhar da prefeitura, não se trata de uma terceirização, mas de uma parceria: somos conveniados, somos parceiros. Mas nós vemos que não é dessa forma, é um serviço terceirizado mesmo. Nós acabamos executando o mesmo trabalho dos profissionais que são concursados e vemos a diferença até pela questão salarial. A meu ver, há essa injustiça. (AS3).

Quando falamos em reconhecimento, falamos em salário. Na verdade, ficamos bem desanimadas, porque aumenta o serviço, aumenta a responsabilidade. E o salário? Reconhecimento é difícil, às vezes nos encontramos, assinamos documentos, mas não sabemos para onde vai, não temos resposta. Existe também a diferença de salário dentro da própria instituição. E o que acontece é que a outra colega com o salário menor também se vê executando o mesmo trabalho que as outras, porém com salário desigual. Nós ficamos pensando para onde recorrer se assinamos o documento ou não. Em 2012, nós assinamos e enviamos para a prefeitura, mas não obtivemos resposta. Hoje, uma colega informou que poderíamos estar indo assinar o documento em tal local, mas no momento nós nos vemos um pouco recuados com tantas mudanças, com casos de demissões em outras instituições. Nós ficamos com receio e não vemos o reconhecimento. E o órgão público, no caso a prefeitura, está vendo que nós estamos tentando lutar por isso, mas não está respondendo. É isso que percebemos. Infelizmente, nós não estamos sendo ouvidos. Fala-se muito em parceria. E a parceria nesse momento? E o reconhecimento desse profissional que está executando esse trabalho? E o aumento de salário? O profissional muitas vezes executa esse trabalho sem recursos. Há muitas mudanças e o salário fica na defasagem. (AS4).

As dificuldades surgem no nosso agir cotidiano, cada dia novos desafios, novas questões sociais surgem. Lutamos por garantia de direitos e ainda não temos um sindicato para nos representar. Quem sabe assim com essa representatividade também haveria uma significativa no salário, pois apesar de sermos entidades conveniadas, terceirizadas não podemos perder o valor do nosso papel. (AS5).

A questão da “*defasagem salarial*”, o “*não reconhecimento*”, os quais se sentem “*injustiçados*”; a luta pela garantia de direitos, ausência de um “*sindicato*” entre eles, para que o papel do assistente social “*não perca seu valor*”.

Postos esses elementos, reforça-se que as condições de trabalho de inúmeros trabalhadores em todo mundo sofreram mudanças radicais e substantivas (MOTA, 2009, p. 62). Assim, (como já referido), os assistentes sociais não escapam a essas mudanças globais, dentre elas a terceirização, à qual acirra a exploração.

A questão do reconhecimento profissional, defasagem salarial, também pode ser analisada a partir do que afirma a NOB-RH/SUAS, especificamente nas *Diretrizes nacionais para planos de carreira, cargos e salários – PCCS*, a qual vai dizer que “os Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS deverão ser instituídos em cada esfera de governo para os trabalhadores do SUAS, da administração direta e indireta, baseados [... em princípios e diretrizes] definidos nacionalmente” (BRASIL, 2009, p. 31). Dentre os princípios da NOB-RH/SUAS, destaca-se o primeiro:

[...] 1- **Universalidade dos PCCS:** Os Planos de Carreira, Cargos e Salários abrangem todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, desenvolvidos pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Administração Pública Direta e Indireta, das três esferas de governo na área da Assistência Social (BRASIL, 2009, p. 31, grifos do original).

E, das Diretrizes, destacam-se aqui a primeira e a quinta:

[...] 1- Os Planos de Carreira, Cargos e Salários abrangem todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, desenvolvidos pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Administração Pública Direta e Indireta, das três esferas de governo na área da Assistência Social.
5- Dever ser estimulada e incentivada a aplicação destes princípios e diretrizes aos trabalhadores da Assistência Social, contratados pelas entidades e organizações de Assistência Social, conveniados pelo SUAS, de modo a garantir a isonomia entre os trabalhadores públicos e privados do SUAS (BRASIL, 2009, p. 32-33).

Evidencia-se que todos os princípios e diretrizes contidos na presente resolução são importantes, mas optou-se destacar estes para refletir que muito embora se afirme que os trabalhadores indiretos que compõem o SUAS devam receber universalidade nos PCCS, que devam ser envolvidos pelos órgãos gestores, que devam ter garantias de isonomia entre os trabalhadores do público e do privado. Mas o que se presencia na realidade dos profissionais das organizações sociais não corresponde a tal resolução. Como fora mencionado por quase todos os profissionais em relação à defasagem salarial, não reconhecimento. Observa-se ainda que ao longo das narrativas não mencionam se recebem estímulos para participar de capacitações e cursos para o aprimoramento intelectual.

Acredita-se por essas questões que o convênio estabelecido entre o público e o privado foca-se somente na execução dos serviços, e não enfatiza tanta importância aos seus executores (terceirizados).

O mercado de trabalho para o assistente social, independente da forma de contrato se dá para todos os profissionais numa condição de **trabalho**. Pois:

[...] o assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho – condição para que possa exercer a sua profissão como trabalhador assalariado – vende a sua força de trabalho: uma mercadoria que tem valor de uso, porque responde a uma necessidade social um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho [...] (IAMAMOTO, 2007, p. 217).

O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho, o valor dessa força de trabalho especializada e qualificada pela formação universitária, juntamente com a condição de trabalhador assalariado, é entregue ao seu empregador que, diante dos padrões institucionais, normas, condições de trabalho, atribuições, requisições, vai impor os limites e as possibilidades para que esse trabalho se realize [...] (IAMAMOTO, 2007, p. 218-219). Nesse sentido, recebem um estatuto de trabalhador assalariado, inserindo-se desta forma nas suas entidades representativas que em conexão as exigências de seus empregadores, são submetidos ao poder desses (IAMAMOTO, 2009b; 2007).

Nessa mesma linha reflexiva, o assistente social como trabalhador especializado e coletivo, desenvolve na sociedade capitalista um processo de trabalho que tem um caráter social por atender as necessidades sociais. Como tal, passa a ser necessário pela utilidade social de seu valor de uso, pelo fato de oferecer serviços as mais diversas instituições empregadoras, bem como famílias, usuários, grupos. Ao mesmo tempo, tem valor de troca, cujo preço é pago por desenvolver esses serviços a sociedade e ao mercado de trabalho (SILVA, 2012, p. 164; FRAGA, 2010, p. 44).

Participando, desse modo, na produção e (re) produção social, apropriadas pelo capitalismo, e na redistribuição da riqueza social, com as dimensões e determinações econômicas, sociais, bem como políticas-ideológicas (IAMAMOTO, 2007; ARCOVERDE, 2008).

A força de trabalho do assistente social como mercadoria:

[...] só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocadas a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Ao analisar as narrativas dos profissionais, identifica-se que dentro das organizações sociais a precarização do valor de troca de seus trabalhos é acentuada, à medida que há defasagem e descompasso de seus salários, pois não se recebe pela sobrecarga desse trabalho. O trabalho especializado dos profissionais tem um valor de uso ao mercado que não corresponde ao valor de

troca, permeado pela exploração do “universo da mercantilização” (SILVA, 2012, p. 170) existente entre o Estado e as organizações sociais.

E os meios e instrumentos, pelos quais se materializam seus trabalhos, não apresentam condições necessárias para atendimento dos usuários, pois os poucos recursos e condições precárias o subordinam ainda mais as instituições empregadoras. Desta forma, corrobora-se com Silva (2012, p. 166) que estas condições e “mudanças produzem um rebatimento direto no mercado de trabalho do assistente social, incidindo sobre a base organizacional do trabalho profissional”.

Pontua-se, por fim, que a decadência do trabalho na sociedade capitalista, principalmente em tempos atuais, vem dilatando em proporções cada vez maiores as condições de vida humana (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167). Como indicou Marx, à medida que o trabalhador aumenta sua produção, mais pobre torna-se, tornando as relações sociais mais profundas. Na sua letra:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção em que produz bens (MARX, 2002, p. 111).

Nesse estágio de pauperização gerados pelas condições de trabalho, o trabalhador desenvolve uma tendência a alienação pelo trabalho desenvolvido. Nesse processo, “a realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*” (MARX, 2002, p. 112).

Os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, vivenciam a alienação. Entretanto, por sua formação, podem experienciar momentos de consciência e desalienação. Os assistentes sociais pesquisados conseguem apresentar uma leitura acerca das dificuldades enfrentadas no trabalho, que não correspondem somente aos programas que executam, que nem sempre conseguem alcançar a proteção social aos usuários dos serviços, mas também trazem à tona as necessidades que sentem por não serem reconhecidos como profissionais que dispõem de uma formação e, por isso, deveriam ter salários melhores.

O fato de reconhecerem essas questões que envolvem seu trabalho reflete-se que, ao mesmo tempo, não apresentaram a partir de suas narrativas uma leitura mais complexa a respeito das condições de trabalho na lógica do capitalismo. Nenhum deles apontou essa leitura, ou seja, trouxeram uma leitura a partir da realidade de seu contexto que, por sua vez, não deve ser analisado isoladamente porque está atrelado a um sistema maior que é a lógica do trabalho no capitalismo. Portanto, é uma realidade que abarca muitos trabalhadores assalariados.

Outra questão que merece destaque é que os profissionais não apresentaram uma leitura do coletivo, ou seja, que juntos podem articular-se coletivamente para conseguir melhores remunerações pelo trabalho desenvolvido, tendo em vista que encontram-se nas mesmas condições de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que mesmo não aceitando tal condição, acabam se “limitando” e “recuando”, provavelmente por “medo” de perder o emprego.

Assim, as condições propiciadas pela atual configuração do modo de produção, pelas exigências de lucro, as contrarreformas do Estado, a redefinição da política social com realce nos traços assistencialistas e a financeirização da política econômica, faz com que o trabalho obtenha uma tendência alienante (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167).

À medida que o exercício da profissão se realiza pelo trabalho assalariado, a mercantilização de sua força que é especializada e particular acaba subordinada “aos ditames do trabalho abstrato” (IAMAMOTO, 2009b, p. 348), impregnando os dilemas da alienação. Nesse sentido, há uma tensão entre o projeto profissional e as condições de trabalhador assalariado.

A autora supracitada ainda afirma que “as condições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2007, p. 219).

Essas considerações vêm ao encontro de outros elementos identificados nas narrativas, que dizem respeito à “*dificuldade de entender o papel do assistente social dentro das organizações sociais*”, que foi mencionado pelo “AS2”, bem como da “*visão assistencialista*”, a qual considera “*arcaica*”, e o quanto esta visão ainda se encontra “*enraizada*”, principalmente quando essas organizações possuem cunho

religioso. Este aspecto vem ao encontro da colocação do “AS1”, quando se refere “*ao povo da comunidade da Igreja Católica e das pastorais*”.

Essas questões presentes no trabalho do assistente social só reforçam o quanto (ainda) esta profissão sofre com as marcas que inegavelmente legitimaram, em um dado momento histórico, essas características assistencialistas às suas ações práticas. Por sua vez, essas visões de continuidades e descontinuidades acerca da profissão acabam negando o movimento de ruptura com as origens tradicionais/conservadoras do Serviço Social.

Sobre essas questões, Netto (1992, p. 65-67) afirma que na base do Serviço Social, a persistência tradicional é mais do que um equívoco. O autor aponta que existe uma “relação de continuidade” como componente que o enviesa de forma muito complexa.

A relação de continuidade com organizações vinculadas tanto à Igreja Católica como por outros credos como espírita, evangélica, as quais também atuam no SUAS por meio dos convênios, não esclarecem, por sua vez, a profissionalização do Serviço Social; mas sim a intenção de ruptura que definitivamente constitui o Serviço Social enquanto profissão.

Esta intenção de ruptura, posta de maneira concreta, é que vai dar:

[...] a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho) (NETTO, 1992, p. 69).

Nesta linha reflexiva, sobre a ruptura da profissão com o pensamento conservador, Raichelis (2011, p. 422) afirma que o significado dado à profissão do assistente social aufere novos patamares quando ocorre a “ampla interlocução com a teoria social crítica de Marx e o pensamento social clássico e contemporâneo”.

No entanto, a não interlocução com essas novas formas de entender a profissão reedita a natureza socioprofissional, conforme tratado em Netto (1992, p. 87-88) pelo “sincretismo” devido a “carência de um referencial teórico crítico-dialético”.

Essas contribuições auxiliam na reflexão sobre a forma como os profissionais das organizações sociais entendem seu trabalho e emergência da profissão. Pois é

oportuno mencionar que, ao longo das narrativas, em nenhum momento foi colocado por estes questões referentes ao processo de ruptura com visões que fazem do exercício profissional “modularmente sincrético” (Ibid., 1992, p. 88).

Por fim, reflete-se que o trabalho do assistente social está precarizado, porque as políticas sociais são precárias desde sua origem. Como o assistente social atua diretamente com esta política, acaba sofrendo seus reflexos que são intensificados na atualidade (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p. 2). Além desses fatores, pontua-se ainda que a precarização, principalmente dentro dos espaços organizacionais pela via das terceirizações, também ocorre pela não apropriação concisa dos referenciais teóricos críticos que possam embasar e oferecer concretude a profissão.

Nesta tensão, outros elementos importantes também foram identificados, como a redução da carga horária do Serviço Social, para 30 horas, conforme colocado pelo “AS2”: *“Precisamos trabalhar seis horas por dia, mas é como se fossem oito horas, porque precisamos dar o máximo para conseguir atender todos esses projetos em cinco dias por semana. Sendo que a nossa carga horária precisa ser respeitada, pois agora é Lei”*. E também pelo “AS5”: *“Posso destacar, por exemplo, nesses primeiros meses do ano de 2013 o quanto foi difícil trabalhar às 6 horas diárias executando três projetos distintos”*.

Observa-se também que o “AS1”, ao contar sobre as dificuldades de conciliar reuniões com atendimentos dentro de um determinado horário, afirma que situações emergências que aparecem entre uma ou outra atividade devem ser repensadas, pois isso “*esgota*” o profissional. E o “AS5” ao referir que a execução de novos projetos dificulta o trabalho dentro de seis horas: *“o quanto foi difícil trabalhar às 6 horas diárias executando três projetos distintos”*.

A carga horária de 30 horas semanais do trabalho do assistente social foi aprovada pela Lei nº 12.317, em 26 de agosto de 2010. Esta Lei complementa a Lei nº 8.662 de 1993, pelo acréscimo do **Artigo 5º A** que: “a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais”. E através do artigo 2º, é garantido aos profissionais com contrato de trabalho a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Importa evidenciar esta Lei pela magnitude de sua importância para a categoria profissional, uma vez que:

[...] a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para os assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos/as (CFESS, 2011).

As narrativas dos profissionais “AS1” e “AS2” geram preocupação, pois há que se pensar que o objetivo da diminuição da carga horária é justamente para que os profissionais tenham mais qualidade no trabalho e conseqüentemente na vida pessoal.

Assim, deve-se ter claro que a redução da jornada de trabalho para 30 horas são conquistas dos trabalhadores do serviço social, sendo que a sobrecarga de trabalho, a qual é imposta ao profissional em seu cotidiano, são imposições colocadas em decorrência do aumento de trabalho, que guarda relação com a nova morfologia do trabalho, à qual acentua a exploração das classes trabalhadoras.

As próximas narrativas que seguem vão discorrer sobre as análises dos pontos facilitadores (também permeadas por contradições).

A nossa entidade teve um salto qualitativo de conhecimento altíssimo. Hoje, com relação à diretoria onde eu trabalho, não há o que reclamar. Na nova diretoria, nós temos espaço de discussão, temos respeito nos atendimentos e isso é uma facilidade. O diretor chega e se ele vê que nós estamos em reunião, mesmo com a porta aberta, ele não entra, xxx (nome do diretor), é uma autonomia considerável como não aconteceria em outras entidades; a facilidade é a equipe técnica, minha colega de trabalho, nós temos uma discussão próxima e quando não temos, nós respeitamos um ao outro, não levamos para o lado pessoal. Trabalhar com um colega com união de atuação significa muita coisa. A equipe restante do convênio tem a boa vontade de estar conhecendo, tem ética, tanto a recepção como a administrativa. (AS1).

A facilidade é que depois que foi implantado o primeiro CRAS na região xxx (nome da região), mesmo sendo uma região muito grande, eu já percebi uma melhora em questão de rede. Hoje, a equipe que compõe o CRAS é formada por colegas ótimos e para eles também é tudo novo. É novo para todos. Depois da implantação do CRAS e com a sua nova coordenadora, há a busca pela firmeza dessa rede entre os agentes de saúde e os agentes comunitários, para o benefício dos próprios munícipes que buscam tanto o nosso atendimento como o atendimento do CRAS. Dessa forma, aprimoramos o vínculo entre nós para melhor atender esses usuários. A comunicação está começando a melhorar entre a prefeitura, a sede na região xxx (nome da região) onde funciona o CRAS e a entidade. Eu acredito que a comunicação melhorará, antigamente ela não existia e era muito difícil. Mas, com as mudanças, com a nova gestão, com a colega que está entrando como coordenadora, a rede ficará fortalecida. (AS2).

Na entidade, nós temos autonomia no trabalho, há uma boa relação com os dirigentes, com o presidente e os funcionários. (AS3).

A facilidade em questão à minha instituição, a nossa relação com a coordenação é muito tranquila, ela permite a nossa autonomia. A nossa coordenadora está presente, mas nos deixa caminhar com nossas próprias pernas, não interferindo no nosso atendimento, na nossa questão profissional. Nós recorremos a ela para muitas questões, porém em relação à questão técnica, ela nos deixa tranquilos para executar o nosso trabalho. Nós temos as duas unidades e nos encontramos para estar discutindo questões de encaminhamento. Temos essa liberdade e nossa coordenadora não nos priva em nada em relação ao nosso atendimento social e à nossa questão profissional. Ela é bem tranquila. (AS4).

Ao analisar as narrativas, nota-se que os profissionais se referem, como pontos facilitadores, as relações interpessoais com os dirigentes/presidentes das entidades, com os colegas de profissão, com demais funcionários e com a equipe da prefeitura, na pessoa de um coordenador do CRAS na região, e equipe do PATES que favorece o relacionamento, ajudando no cotidiano e no fortalecimento da rede, como mencionado pelo “AS5”: *“Para apoiar nossas ações, um aspecto facilitador contamos com o PATES, órgão da prefeitura que nos favorece, além de reuniões tanto individuais como também unindo as outras 2 unidades, temos contato telefônico e via Skype. Isso ajuda no nosso cotidiano”*.

Os profissionais apontam ainda que há comunicação entre os membros da entidade, respeito, ética, que dispõe de liberdade e autonomia para que seus trabalhos se desenvolvam dentro desse espaço.

Diante desses apontamentos, analisa-se que, mesmo que haja pontos facilitadores no trabalho desses profissionais dentro desses espaços socioorganizacionais, ainda assim considera-se que o fator facilidade é mínimo em relação as condições dadas para que o trabalho se concretize, diante da precarização, a qual abarca o trabalho assalariado e a instabilidade do contrato trabalhista, a circulação laica que ainda persiste no trabalho, os programas com ações pulverizadas, focalizadas, fragmentadas, que não alcançam a proteção aos usuários dos serviços, a alienação do trabalho, devido a órbita do capital financeiro, que rebate diretamente nos assistentes sociais na forma da exploração, principalmente desses que estão atrelados as organizações sociais.

Diante da análise exposta, considera-se que os fatores facilitadores narrados pelos profissionais são permeados pelas mesmas contradições, como se mostrou ao longo da dissertação nos eixos anteriores.

Os pontos facilitadores colocados pelos profissionais em seus trabalhos não estão desvinculados da “autonomia relativa” (IAMAMOTO, 2009b; 2007) e decisão

restrita que dispõem para realizar intervenção nas expressões da questão social, hoje, concretizadas no desemprego, na falta de alimentação, moradia, creche, escola, vaga na saúde, que cotidianamente ocorrem nos atendimentos dentro do SOSAM.

Nesse sentido, o exercício profissional esbarra nas condições que lhes são dadas, a partir das instituições empregadoras. Assim, os profissionais não dispõem de total autonomia para realizar a intervenção na realidade. Nas palavras de Cavalcante e Prêdes (2010, p. 17):

[...] a instituição exige o atendimento imediato dos usuários no contexto que não possibilita muito tempo para reflexão dos determinantes para as situações destes, o que se transmuta em respostas imediatas, parciais e fragmentadas, tais quais as refrações da questão social, que já se impõem para o profissional no âmbito da instituição com uma intervenção parcializada, sobre determinados segmentos, sem, contudo, alcançar a totalidade da realidade social.

Corroborar-se também com Yamamoto (2009b, p. 352), a qual coloca que:

[...] a relação que o profissional estabelece com seu objeto de trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende de prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.

Ao reforçar as relações que atravessam o exercício profissional, faz-se importante considerar que este possui uma dimensão interventiva, mesmo diante das requisições postas pelos espaços ocupacionais.

Nessa direção, o profissional deve intervir numa perspectiva crítica, que não se limita somente ao imediato, à aparência dos fenômenos, mas, por meio de conhecimentos teórico-metodológicos, de instrumentos técnico-operativos e de postura ético-política é que possibilitará conhecer a vida dos usuários, a realidade social, em especial as realidades municipais e locais para que possa elaborar diagnósticos e indicadores sociais, com devido tratamento técnico do que fora obtido. Esses elementos são importantes para subsidiar o financiamento público e verificar/estabelecer que prioridades e demandas serão definidas e atendidas (TORRES, 2005; ARCOVERDE, 2008; ALENCAR, 2009; RAICHELIS, 2009).

Outro elemento significativo para o exercício profissional crítico se dá pela atitude investigativa, compreendida nas produções de conhecimentos, elaboração

de pesquisas, os quais irão propiciar o suporte para qualificar e garantir a concretização da sua ação interventiva (TORRES, 2005, p. 197). Nesse sentido, a atitude investigativa é compreendida como o “fomento básico do exercício profissional que se refere ao movimento de desocultamento do real” (FRAGA, 2010, p. 42).

Por essas ênfases, a relativa autonomia do exercício profissional, dentro dos espaços ocupacionais, não deve ser considerada como perda, pois esses suportes elencados podem e devem ser usados a favor dos profissionais, juntamente com a regulamentação das suas funções privativas e competências profissionais (IAMAMOTO, 2009b; 2007).

Por esse prisma, tomando como referência que o Serviço Social é reconhecido como uma profissão, que tem um estatuto legal, regulamentado no Brasil pela Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão do assistente social e estabelece respectivamente sua regulamentação no artigo 4º - as competências do assistente social e artigo 5º - as suas atribuições privativas.

Assim, é sempre importante registrá-las como segue:

Artigo 4º - Constituem competência do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Artigo 5º- Constituem atribuições privativas do assistente social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas, e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações

e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (CRESS- SP, 2007, p. 36-38).

Considerando o esclarecimento advindo desses dois artigos, a profissão do Serviço Social e o trabalho dos assistentes sociais devem ser sempre lembrados como um movimento histórico que sempre articulou conhecimentos, luta no mercado de trabalho num patamar coletivo, sendo suas competências e atribuições privativas, reconhecidas legalmente conforme supracitados e nos demais estatutos normativos como Código de Ética (que não deve ser confundido com a Lei de Regulamentação), e as Diretrizes Curriculares da formação profissional (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Portanto, o projeto ético-político da profissão, que se dá pela via coletiva as discussões das questões que são colocadas à categoria profissional, é que vai definir e conferir a direção e auto-qualificação, autonomia teórico-metodológica, técnica, ético-política na condução do exercício profissional e do trabalho do assistente social (RAICHELIS, 2011, p. 428; 2010, p. 753).

Cumprir notar, sobre o trabalho dos assistentes sociais nas organizações sociais no processo da implementação do SUAS, que os mesmos não tem usado as prerrogativas legais a seu favor. Pois, ao analisar as narrativas, identifica-se que eles não conseguem se articular coletivamente para o enfrentamento dos entraves e até mesmo alguns avanços no seu trabalho, contudo não apresentam de que forma enfrentam a precarização e tudo que advém dela.

Em outras palavras, e de forma mais direta, reflete-se que na ação cotidiana os profissionais não demonstram que se ancoram nas leis que diretamente sustentam o exercício profissional. Os mesmos demonstram mais foco nas leis que normatizam a Política de Assistência Social, não que essas não sejam relevantes para garantir os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Mas, no caso do assistente social, o

respaldo de sua ação se dá pelas leis que o legitimam, regulam, protegem, às quais são extremamente necessárias para que os traços do assistencialismo e do conservadorismo sejam desmascarados, que não sejam reeditados nas práticas profissionais.

Em última análise, cumpre observar, fazendo uma ponte com as competências e atribuições dos assistentes sociais das organizações sociais, os quais tiveram que se adequar às novas frentes de trabalho diante dos programas Social Alimenta e ID. Como verificado no segundo eixo, os assistentes sociais não contaram com uma equipe interdisciplinar para avaliação das competências e atribuições, que não eram específicas do Serviço Social. Isso porque não houve “vontade política” da gestão anterior, nem da atual, para o financiamento e contratação de outros profissionais para compor o quadro dos novos programas.

Essa questão deve ser levada em consideração, pois o SUAS desenvolve também um trabalho na perspectiva **interdisciplinar**. Por outro lado, os profissionais, devem estar atentos para não desenvolverem papéis e atribuições que não lhes sejam específicos.

O trabalho compartilhado, em conjunto com outros profissionais, tem sido uma tendência e vem cada vez mais sendo discutido de forma consciente de que trabalhar isoladamente e de forma solitária pode comprometer as intervenções, considerando a complexidade da realidade social. Todavia, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor, com clareza, as particularidades de análise e propostas de ações diante de objetos comuns a diferentes profissões. No entanto, cada área deve oferecer a sua contribuição a partir dos conhecimentos, especificidades e saberes acumulados pelas suas respectivas áreas (RAICHELIS, 2009, p. 389; FRAGA, 2010, p. 56-57).

Pensar na interdisciplinaridade é ter consciência de que nenhuma profissão é mais importante do que a outra. Nesse sentido deve-se afastar a hierarquização entre as áreas do saber, porque se isto não ocorrer, o termo cairá no empobrecimento e será banalizado; e a possibilidade de construir alianças e projetos com pautas comuns não será mais primordial e nem estratégico (RAICHELIS, 2009, p. 389), para intervir no objeto.

O trabalho interdisciplinar deve possibilitar “a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada

profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos profissionais envolvidos” (ORTIZ, 2011, p. 195).

A autora supracitada afirma que para que se efetivem práticas interdisciplinares é importantíssima à construção de espaços democráticos e plurais permanentes, de forma que as equipes profissionais possam planejar as ações e discutir, em um ambiente de honestidade e segurança, os limites e potencialidades de cada profissional.

Para concluir, destaca-se o trabalho dos assistentes sociais dentro das organizações sociais, na efetivação do SUAS, é perpassado por uma ampla discussão acerca da complexidade que envolve suas práticas, as quais na contemporaneidade são balizadas pela mercantilização que sustenta o capital.

A concretização dos princípios e diretrizes apontados na PNAS/SUAS, na direção da construção de uma nova matriz para a assistência social liberta do seu passado assistencialista, exigem práticas profissionais críticas, construídas coletivamente, tendo em conta a multiplicidade de realidades com as quais se atua.

Nesse sentido, “não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (NETTO, 2009, p. 696).

Portanto, reflete-se que urge a necessidade dos assistentes sociais que atuam nesses espaços, de buscar constantemente o aprimoramento intelectual, compreendido como condição primeira para apreender a realidade em sua concretude e complexidade, que venha favorecer o alicerce teórico-metodológico (SANTOS, 2010, p. 708) da profissão e fortalecer as discussões no âmbito coletivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva analítica aqui empreendida não encerra as reflexões acerca do trabalho dos Assistentes Sociais nas organizações sociais na efetivação do Sistema Único de Assistência Social. Isto porque, pensar em que condições se desenvolve o trabalho dos profissionais pelo viés da terceirização remete ao contexto mais amplo da sociedade capitalista em sua face contemporânea, visto que o assistente social como trabalhador vivencia as mudanças operadas no mundo do trabalho tal como os demais trabalhadores. Nesse sentido, esse estudo não se esgota em si mesmo, ao contrário, a partir dele abre-se um leque de possibilidades que poderão ser percorridos para novos objetos de estudo.

Como visto, a presente dissertação teve como fio condutor a PNAS/SUAS, os quais estabeleceram novos elementos para discussão da assistência social no país, no escopo das novas configurações do capital em sua fase financeira, principalmente a partir de 1990, na qual se tem a abertura das privatizações pela contrarreforma do Estado brasileiro e fortalecimento das organizações sociais entre outras.

Esse ordenamento estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a sociedade, com deslocamentos das ações do Estado na condução das políticas sociais, com abertura para entrada das organizações sociais por meio das parcerias e convênios, na efetivação das ações assistenciais.

Nesse contexto, emergiram grandes tensões, na medida em que se ampliou o processo de terceirização, a questão social passou a ser tratada pela tônica da solidariedade, com clara desresponsabilização do Estado de um lado e forte responsabilização dos indivíduos pelas suas condições de vida.

A partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as novas prerrogativas legais para direcionar de forma organizada essa política aos cidadãos em situações de vulnerabilidade social, tem-se como cogestoras e corresponsáveis pela implementação e efetivação do SUAS, as organizações sociais para compor a rede de serviços socioassistenciais.

Nessa nova institucionalidade, o estudo realizado no município de São José dos Campos-SP, a partir das entrevistas realizadas com os assistentes sociais

terceirizados pela regulação do convênio entre gestão pública municipal e privada, trouxe elementos importantes para serem refletidos, considerando que esta regulação leva a muitas controversas e polêmicas discussões, que certamente não se esgotam nesta dissertação.

Considera-se, a partir das narrativas dos profissionais entrevistados, que a PNAS e o SUAS já estão implementados no município, porém com ressalvas, uma vez que muitos são os entraves que inviabilizam sua concretude de forma total.

Os cinco assistentes sociais entrevistados apresentaram contribuições que possibilitaram analisar essa processualidade em diferentes espaços ocupacionais dentro do município. Assim destaca-se que no primeiro eixo: “Visão da PNAS/SUAS e as possibilidades de implementação no município”, que a rede socioassistencial é permeada por entraves, prejudicando a articulação, interlocução com o trabalho desenvolvido pelo CRAS dentro do território como principal espaço nesse processo de fomentação da rede.

A implementação do SUAS é caracterizada pela fragmentação, descontinuidade dos programas e dos atendimentos aos cidadãos, bem como ausência de interlocução entre os profissionais que formam a rede socioassistencial. Nessa direção o SUAS não alcança concretude, nem tão pouco consegue possibilitar a proteção social aos usuários que buscam os atendimentos.

Os assistentes sociais das organizações sociais, por sua vez, não deixaram claro seus posicionamentos sobre esse processo. Sentiu-se a falta desse posicionamento, muito embora tenham conseguido apontar as lacunas; outra questão é que em nenhum momento demonstraram que também são responsáveis pela articulação junto com ao órgão gestor para que a rede socioassistencial seja um canal para o alcance da proteção social. É como se a responsabilidade fosse somente dos profissionais diretamente vinculados a gestão pública municipal, no fomento e realização da articulação e discussão da rede socioassistencial, bem como da PNAS/SUAS. Assim essas foram às considerações acerca do primeiro eixo.

Já no segundo eixo: “Práticas comuns no âmbito da organização e que relações guardam com o SUAS”, as narrativas apontaram que os profissionais têm conhecimento de que a PNAS/SUAS, ao padronizar os serviços em rede, visa garantir continuidade do atendimento.

Visando manter a política de parcerias que já vinha sendo praticada, as organizações sociais tiveram que se adequar e expandir suas atividades por meio de novos programas instituídos pelo gestor municipal, como forma de justificar suas existências.

Por esses novos contornos, os assistentes sociais tiveram uma sobrecarga significativa de trabalho, além de que os novos programas foram implantados sem que houvesse uma discussão coletiva entre os profissionais tanto das organizações, quanto da prefeitura.

Como a implantação se deu sem participação dos seus agentes executores, observa-se que os mesmos não se sentem pertencentes ao processo de discussão, e, por esse motivo, apenas executam os programas que já vêm prontos pelo órgão gestor.

Motivo que leva suas práticas se caracterizam com certa desqualificação, posto que o fato de não conseguirem se posicionar contrários às imposições colocadas pela gestão municipal os leva a serem profissionais apenas executores da ação. Nesse sentido, suas capacidades intelectuais, suas posições, suas visões, leitura da realidade são camufladas.

E essas questões prejudicam o desenvolvimento de suas práticas com competência, uma vez que podem ser estigmatizados como profissionais alienados, por não comprometer-se mais criticamente com a realidade que atuam em seu cotidiano de trabalho.

Outro resultado identificado diz respeito aos usuários dos serviços, os quais não têm garantidos seus direitos, visto que não há fluxo do atendimento em rede ou retorno dos encaminhamentos de um serviço ao outro. Por isso, reforça-se que o SUAS, implementado dentro do município, não propicia a proteção social.

Por fim, as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais das organizações sociais são envolvidas por acúmulo e sobrecarga de trabalho, dificultando a reflexão e discussão mais elaborada com posicionamentos mais críticos sobre a realidade e principalmente coletiva sobre o trabalho desenvolvido. Os profissionais, numa postura “acrítica” de seus contextos, conseguem apenas aferir queixas que não elevam a uma consciência crítica coletiva acerca de suas condições de trabalho, da realidade das famílias atendidas.

Portanto, o assistente social, independente do campo de trabalho em que realize sua intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa. Pois somente a partir da apropriação do conhecimento pertinente a sua área (principalmente) é que poderá conhecer a realidade de seu trabalho. Desse modo, não há como qualificar o seu exercício profissional, se não for por meio da busca do conhecimento, isso inclusive é uma prescrição do próprio Código de Ética da profissão (NETTO, 2009, p. 694).

Em relação ao último eixo: “Pontos dificultadores e facilitadores enfrentados no trabalho”, destaca-se que os profissionais vivem, em seus contextos de trabalho, formas cada vez mais precárias, tanto pelos vínculos empregatícios, quanto pelas condições ofertadas pelo gestor na condução da política social dentro do âmbito municipal.

O fato da terceirização favorecer a mercantilização como forma de garantir a hegemonia do grande capital financeiro repercute diretamente no trabalho dos assistentes sociais, que são trabalhadores assalariados, mesmo com suas especificidades, competências e atribuições garantidas em leis, não estão imunes as condições de exploração desencadeadas pelo capitalismo.

Apesar das contradições e dos processos alienantes vividos pelos profissionais, pontua-se que, de certa forma, esses profissionais conseguem refletir e perceber sobre a precarização de seu trabalho – baixos salários e/ou defasagem salarial, não reconhecimento – a partir da regulação do convênio estabelecido entre o órgão público e privado, mas, ao mesmo tempo, não elevam as reflexões num patamar mais alto, ou seja, que todas as contradições, precarização, exploração existentes em seu trabalho ocorrem por uma questão da lógica do capitalismo, principalmente em suas novas fases caracterizadas pela flexibilização do trabalho.

Por isso, urge a necessidade, em primeiro lugar, de que o profissional possua “uma visão global da dinâmica social concreta. Para isto, precisa conjugar o conhecimento do modo de produção capitalista com a particularização na nossa sociedade (ou seja, na formação social brasileira) [...]” (NETTO, 2009, p. 694).

Portanto, observa-se que as narrativas se dão mais no sentido das “queixas”, porque se sentem injustiçados, por não receberem salários dignos pelo acúmulo de trabalho, pelas defasagens e desigualdades salariais, devido a condição de terceirizados.

Reflete-se que a percepção em torno da precarização do trabalho desses profissionais está mais focada em seus espaços ocupacionais e não num contexto macro, pois hoje, em decorrência das condições impostas pela nova “morfologia do trabalho”, os trabalhadores em geral vivenciam condições muito precárias de trabalho, sendo que essa situação não afeta somente os profissionais terceirizados.

Cabe, portanto, compreender que as dificuldades dos profissionais que atuam dentro das organizações sociais são complexas, não somente pelas condições em que desenvolvem seus trabalhos, mas também pelas precárias condições em que são contratados.

Por essas questões, foi identificado que os pontos facilitadores de seus trabalhos são permeados por contradições, pois, ao vivenciarem precários contratos de trabalho, condições precárias para que esse trabalho se desenrole, acabam não propiciando atendimento com direção teórico-metodológico e ético aos usuários da assistência social na efetivação da PNAS/SUAS.

Diante das análises e discussões dos eixos norteadores do estudo, pensou-se em algumas propostas como forma de contribuir para a reflexão dos assistentes sociais que trabalham nas organizações sociais:

- Que a gestão pública municipal priorize espaços coletivos para aprimoramento de estudos por parte do gestor municipal, com discussão e interlocução entre os assistentes sociais ligados diretamente ao órgão público e as organizações sociais, a fim de garantir, por meio de maior nível de conhecimento e aprimoramento do SUAS, bem como dos postulados do Código de Ética e da Lei de Regulamentação dessa categoria;
- Que as informações sejam universalizadas, para que a comunicação entre os envolvidos nesse processo seja clara, precisa e transparente, a fim de viabilizar as ações;
- Que seja priorizado e estimulado a participação dos usuários nos vários espaços existentes, de forma que as discussões sobre a assistência social sejam intensificadas de forma democrática.

- Que os assistentes sociais busquem apoio de forma participativa e sistemática nos fóruns de trabalhos para discutir, no âmbito coletivo, as condições em que desenrolam seu trabalho, pela via da regulação do convênio. Pois somente através da participação e organização coletivas que será possível fomentar as discussões, a fim de que consigam ter mais reconhecimento e garantias trabalhistas, conforme prescrito na NOB-RH/SUAS;
- Que seja priorizado a abertura de mais concursos públicos pela gestão municipal, para suprir a defasagem de funcionários diretos na execução dos serviços socioassistenciais na efetivação do SUAS.

Considera-se que por em prática essas propostas, bem como ultrapassar a rotina imediatista, a sobrecarga de trabalho dos profissionais que atuam dentro das organizações sociais é um desafio posto aos mesmos. Pois compreende-se que o significado da reestruturação do capital no contexto contemporâneo, bem como os limites impostos ao trabalho advindos das contradições desse sistema, fazem parte do cotidiano dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais.

Além dessas questões, sabe-se que são muitos os obstáculos postos para que ocorra a efetivação do Projeto Ético-político desta profissão, ainda mais numa sociedade que tem como prioridade o financeiro e não o humano. Mas é a partir da apropriação cada vez mais concisa deste projeto que possibilitará aos profissionais alicerce para o enfrentamento de todas as formas de exploração existentes na sociedade de mercado que tem como prioridade o financeiro e não o humano.

Portanto, espera-se que a realização desse estudo contribua com o debate sobre as particularidades e contradições que envolvem as práticas e o trabalho dos assistentes sociais que atuam nas organizações sociais, conveniadas à esfera municipal na efetivação da PNAS/SUAS.

Deseja-se que novos questionamentos e objetos de estudos surjam como forma propositiva de aprofundar novos conhecimentos, que possam clarificar não só o trabalho dos profissionais nestes espaços, mas também de possibilitar com crítica como vem ocorrendo à implementação da PNAS/SUAS nos municípios do Brasil.

Por fim, foi possível aferir que, apesar das normativas na perspectiva da Política de Assistência Social como direito, são grandes os desafios que envolvem a

relação entre a esfera pública e a privada. Não se deve esquecer, conforme as palavras de Raichelis (2010, p. 770), que: “é na contracorrente do instituído que a categoria dos assistentes sociais vem construindo uma história de lutas e de resistência, apostando no futuro, mas entendendo que ele se constrói agora, no tempo presente”.

Portanto, todas as dificuldades enfrentadas cotidianamente não podem ofuscar e coibir o Projeto Ético-político a que se propõe a profissão, nem as lutas coletivas pelas quais os assistentes sociais historicamente sempre participaram de forma ativa em prol de uma vida mais digna e justa aos cidadãos do nosso país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 450-460.

ALENCAR, M. M. T.; GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálisys**, Florianópolis, vol. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.katalisys.ufsc.br/conteudo.php>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

ANTUNES, R. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2011. 136 p. ISBN 85-7559-065-0.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação de trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a. 287 p. ISBN 978-85-85934-43-9.

_____. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. In: THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. (Orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22. 240 p. ISBN 978-85-75-59-101-7.

_____. As Mutações no Mundo do Trabalho na era da Mundialização do Capital. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ag. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálisys**, Florianópolis, vol. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.katalisys.ufsc.br/conteudo.php>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

ARCOVERDE, A. C. B. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, vol. 14, n. 1, p. 102-124, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca básica de Serviço Social, vol. 2, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 213 p. ISBN 978-85-249-1259-7.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003. 304 p. ISBN 85- 249-0981-1.

_____. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 200 p. ISBN 8524906863.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, n. 3, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: < www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 23 de abril de 2012.

BOSCHETTI, I. A política da Seguridade Social no Brasil. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.323-340.

_____. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. Brasília: GESST/SER/UnB, 1. ed., 2003. vol. 1. 180 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim de Informações**. Brasília, DF, 2013. Disponível em:<[http:// aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php)>. Acesso em: 27 de abril de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Configurando os Eixos de Mudança**. Capacita Suas. Vol. 1, 1. ed., Brasília, DF, 2008a. 136 p. ISBN 978-85-60700-07-3.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Capacita Suas. Vol. 2, 1. ed., Brasília, DF, 2008b. 120 p. ISBN 978-85-6070-07-3.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Capacita Suas. Vol. 3, 1. ed., Brasília, DF, 2008c. 120 p. ISBN 978-85-6070-07-3.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, DF, 2005a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2005b.

_____. Presidência da República. **Consolidação das leis de Trabalho- CLT**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/decreto_lei/de5452.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

_____. Presidência da República. **Nova Lei do SUAS (Lei 12.435 de 2011)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/L-8742...de.../view>>. Acesso em: 07 de outubro de 2012.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp101.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2012.

_____. Presidência da República. **LOAS Anotada - Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei Federal 8.742, 07 de dezembro de 1993. Brasília, DF, 2010.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário oficial da República Federativa do Brasil, DF, 25 de nov. 2009.

CAMPOS, E. B. Usuários da assistência social: entre a tutela e o protagonismo. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 245-269. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

CARDOSO, M. L. A Ideologia persistente do desenvolvimento. **Revista em pauta**. Entrevista com: Miriam Limoeiro Cardoso, junho, 2013.

CARDOSO, P. **Assistência Social: da ajuda moral ao direito - a concretização da Assistência Social como direito social**. Capacitação Solidária, SUAS: Conceituação e Perspectivas: Capacitação dos Profissionais da Área Social. São Paulo, 2006.

CARVALHO, M. C. B. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 87, ano XXVI especial, p. 123-131, setembro 2006. 206 p. ISSN-0101-6628.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, A. G.; ESTABILE, P. B. T.; SOUSA, R. S. Público versus Privado: a construção da esfera pública, o terceiro setor e os movimentos sociais. In: PAULA, R. F. (Org.). **Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**:

fundamentos para gestão. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013. p. 29-50. 254 p. ISBN 978-85-8360-29-9.

CAVALCANTE, M. M. G.; PRÉDES, R. A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, vol. 10, n. 1, jan./jun. 2010, p. 1-24. ISSN 1980-8518. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistalibertas/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

CICONELLO, A. **A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. In: From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World, Oxfam International, 2008. Disponível em: <http://www.Oxfam.org/en/policy/frompovertytopower>>. Acesso em: 27 de Dezembro de 2013.

COLIN, D. R. A. A gestão e o financiamento da assistência social transitando entre a filantropia e a política pública. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 193-244. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para Assistentes Sociais sem redução salarial**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaoconfess30horas.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2014.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentos da (o) assistente social/ organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região**. 3 ed. São Paulo: Pyxis Editorial e Comunicação, 2007. 596 p.

DAMASIO, E. B. **Assistência Social- Avanços e Retrocessos: reflexões sobre os limites da Política Nacional de Assistência Social no enfrentamento da Questão Social**. 99 f. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://web.intranet.ess.ufrj.br/monografias/104133246.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2014.

DINIZ, T. M. R. G. Sobre a participação: desafio para o seu exercício na atualidade. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 289-306. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

DUARTE, J. L. N. **O Serviço Social nas Organizações Não-Governamentais: tendências e particularidades**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, RN, 2007.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. 310 p. ISSN0101-7330.

FRAGA, K. C. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 702-717.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, p. 185-221. ISSN 8589697061.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. p. 15-50.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 342-375.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007, 495 p. ISBN 978-85-249-1345-7.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

JACCOUD, L. Política pública e oferta privada: um desafio para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 63-88. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002, n. 72, p. 23-52. 192 p. ISBN-9770101641327.

LOPES, M. H. C. O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006, n. 87, ano XXVI especial, p. 76-95. 206 p. ISSN-0101-6628.

MARCONDES, N. A. V. **A Educação Permanente no Sistema Único da Assistência Social: a percepção dos Assistentes Sociais**. 233 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, 2013.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 2003. p.19-29. 143 p. ISBN 85-87064-04-5.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. 198 p. ISBN 85-7232-475-5.

MESTRINER, M. L. A intricada relação histórica entre a assistência social e a filantropia no Brasil. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 39-62. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 9-29. 81 p. ISBN 85.326.1145-1.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Assistência Social. In: **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 52-67.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 248 p. ISBN 85-249-0601-4.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006, n. 87, ano XXVI especial, p. 163-177. 206 p. ISSN-0101-6628.

MONTAÑO, C. **A Natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 223 p. ISBN 978-85-249-1337-2.

_____. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálisys**. Florianópolis, SC. v. 9, n. 2, julho/dezembro, p. 141-157, 2006.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 288 p. ISBN 85-249-0820-3.

MOLINA, S. L. W. O trabalho no contexto do “novo capitalismo” globalizado. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 25/26, p. 29-54, 2011. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social:

Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992. 165 p. ISBN 85-249-0394-5.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, Uso e Possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 1-5, 2º sem./1996.

ORTIZ, F. da S. G. Interdisciplinaridade e assistência social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do assistente social no SUAS.** Brasília: CFESS, 2011.

PAULA, R. F. S. Estado, gestão pública e elementos condicionantes das metamorfoses na Política de Assistência Social brasileira. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos.** São Paulo: Veras, 2012. p. 123-156. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O.; STUCHI, C. G. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos.** São Paulo: Veras, 2012. p. 7-12. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

PAZ, R. D. O. Qualificação das entidades e organizações de assistência social: considerações acerca do artigo 3º da Lei Orgânica. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos.** São Paulo: Veras, 2012. p. 109-123. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 63-83, janeiro/junho, 2007. Disponível em: <http://www.seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

PINHEIRO, M. M. B.; PAULA, R. F. S. Controle social no Brasil pós-Suas: tendências e perspectivas. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos.** São Paulo: Veras, 2012. p. 89-108. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

PORTAL da Transparência Estadual. Organizações Sociais (banco de dados). Disponível em: <<http://www.transparencia.sp.gov.br/organizacoes.html>>. Acesso em: 01 de julho de 2014.

PORTELLI, A. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História Oral do Departamento de História** – PUC-SP, n. 15, p. 13-52, abr. 1997.

PREFEITURA Municipal de São José dos Campos (banco de dados). Disponível em: <<http://www.sjc.sp.gov.br/cidade.aspx>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

RAICHELIS, R. Prefácio. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 13-20. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010. 793 p. ISSN 0101-6628.

_____. O trabalho do Assistente Social na esfera estatal. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 378-391.

SANTOS, S. M. M. CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

SILVA, A. L. S. B. **A Relação com Entidades Sociais na Gestão da Assistência Social em São José dos Campos: uma experiência em análise**. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <www.psarq.ufsc.br/download/metpesq.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2012.

SILVA, J. A. F. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **Revista SER Social**, vol. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.bce.unb.br/index.php/SEr_social>. Acesso em: 08 de outubro de 2012.

SPOSATI, A. Desafios do sistema de proteção social. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 21-38. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

_____. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009. p. 13-57. 424 p. ISBN 978-85-7652-092-4.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2006, n. 87, ano XXVI especial, p. 96-122. 206 p. ISSN-0101-6628.

_____. Assistência Social: de ação Individual a Direito Social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional- RBDC**, n. 10, p. 435-458, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2014.

STUCHI, C. G. A concretização constitucional da assistência social e sua afirmação como direito e política pública. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O. (Orgs.). **Assistência Social e Filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras, 2012. p. 157-192. 352 p. ISBN 978-85-87064-39-4.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: A Erosão dos Direitos dos Trabalhadores na França e no Brasil. In: THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. (Orgs.). **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58. 240 p. ISBN 978-85-75-59-101-7.

TORRES, M. M. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do Assistente Social: uma contribuição para o debate. *Revista Libertas*, vol. 4 e 5, n. especial, p. 192-219, jan./dez. 2004 e jan./dez. 2005. ISSN 1980-8518. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistalibertas/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

YASBEK, M. C.; PAULA, R. F. A Gestão Pública Social no Contexto dos Fundamentos da Formação do Estado Moderno e o SUAS. In: PAULA, R. F. (Org.). **Gestão Pública e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): fundamentos para gestão**. São Paulo: Livrus Negócios Editoriais, 2013. p. 51-66. 254 p. ISBN 978-85-8360-29-9.

YASBEK, M. C. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados**. Capacita Suas. vol. 1, 1 ed., Brasília, DF, 2008. p. x-x. 120 p. ISBN 978-85-60700-07-3.

_____. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentos da (o)**

assistente social/ organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região. 3 ed. São Paulo: Pyxis Editorial e Comunicação, 2007. 596 p.

ZEFERINO, B. C. **Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais.** Mestrado da Faculdade de Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-274.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2012.

APÊNDICE I - Instrumento de Coleta de Dados

Identificação do entrevistado:

Nome:

Organização Social em que trabalha:

Região do município que atua:

Eixos Norteadores do Estudo:

Visão da PNAS/SUAS e as possibilidades de implementação no município;

Práticas comuns no âmbito da organização e que relações guardam com o SUAS;

Dificuldades e facilidades enfrentadas no trabalho.

ANEXO A - 1ª Declaração de Aprovação do Comitê de Ética



Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pela portaria CEE/GP nº 30/03
CNPJ 45.176.153/0001-22

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa
Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Cidade Taubaté - SP - CEP 12020-040
Telefones: 3625-4143 3635-1233
cep@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 305/12

Protocolo CEP/UNITAU nº 353/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Os impactos e desafios para os assistentes sociais que atuam em organizações não governamentais (ONG) dentro do sistema único da assistência social (SUAS)*

Pesquisador(a) Responsável: Sandra Regina dos Santos

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **10/08/2012**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 10 de agosto de 2012

Prof. Dra. Maria Dolores Alves Cocco

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté



PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

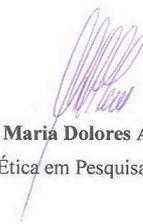
DECLARAÇÃO Nº 007/2013

Registro CEP/UNITAU nº 353/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto).

Pesquisador (a) Responsável: Sandra Regina dos Santos

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião ordinária de **13/09/2013**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou **Aprovada** a alteração do Título, solicitada pelo autor, que passa a vigorar como: “O trabalho dos assistentes sociais na organizações sociais na efetivação do sistema Único de Assistência Social”.

Taubaté, 13 de setembro de 2013



Profa. Dra. Maria Dolores Alves Cocco

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO C - Ofício

Taubaté, _____ de _____ de 2013.

Ilmo (a). Sr(a).

Vimos por meio deste, solicitar a V.S. permissão de realização de pesquisa pela aluna Sandra Regina dos Santos, do curso de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

A pesquisa intitulada: **“O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)”**, será desenvolvida sob orientação do (a) Prof (a). Dr (a). Elisa Maria Andrade Brisola. O estudo será realizado com cinco Assistentes Sociais que atuam nas Organizações Sociais e desenvolvem o trabalho no SOSAM, que compõem a rede de proteção social básica, e são conveniadas com a gestão pública municipal de xxxxx – SP. Sendo que período de coleta de dados junto aos assistentes sociais será nos meses de xxxxxxxxx de 2013.

Para tal, a pesquisa será realizada por meio de entrevista através de um questionário elaborado para este fim, junto à população a ser pesquisada. Será mantido o anonimato da Instituição e das profissionais.

Ressaltamos que o projeto de pesquisa passou pelo Comitê de ética em pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob nº 353/12 (Anexo I).

Desde já agradecemos e colocamo-nos a disposição para maiores informações e esclarecimentos no Programa de Pós-graduação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio branco, 210, CEP 12.080-000, telefone 36254100 ou 81586557 (pesquisadora), e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Elisa Maria de Andrade Brisola

ANEXO D - Termo de Autorização da Instituição

Taubaté, _____/_____/_____ de 2013.

De acordo com as informações do ofício _____ sobre a natureza da pesquisa intitulada **“O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)”**, com propósito de trabalho a ser executado pela aluna Sandra Regina dos Santos, do curso de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Instituição que represento, autoriza a realização de coleta de dados com a assistente social que atua nesta xxxx, sendo que será mantido o anonimato da Instituição e da profissional.

Atenciosamente,

ANEXO E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Eu, _____

RG: _____ declaro que aceito participar da Pesquisa “**O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA EFETIVAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**”.

Pesquisadora responsável: Sandra Regina dos Santos

Telefone para contato: 81586557

Orientadora: Prof^a Dr^a Elisa Maria Andrade Brisola

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é conhecer o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam em organizações sociais da rede de proteção social básica na efetivação do SUAS. Os dados serão coletados por meio de entrevista, na qual você terá que responder a três questões abertas. As entrevistas serão gravadas em áudio, posteriormente transcritas na íntegra e após cinco anos, apagadas da mídia digital.

As informações serão analisadas e transcritas pela pesquisadora, não sendo divulgada a identificação de nenhum depoente. O anonimato será assegurado em todo o processo da pesquisa, bem como no momento das divulgações dos dados por meio de periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. O pesquisado terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

Fui esclarecido (a) quanto: a liberdade de aceitação ou não da participação da pesquisa, respondendo a um questionário e que será mantido o sigilo. Fui informado (a) também que existe autorização da Direção da Instituição para realização da pesquisa, sem prejuízo algum a minha pessoa; de que os dados coletados não serão utilizados para outros fins que os não previstos neste estudo; que poderei me retirar deste estudo a qualquer momento, sem prejuízo e que a não participação na pesquisa também não me acarretará qualquer problema, sendo este documento elaborado em duas vias, uma minha e outra da pesquisadora.

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura da pesquisadora responsável

Taubaté, ____ de _____ de 2013.